

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

**ÉLIDA LIMA**

**RELAÇÕES DIALÓGICAS NO JORNALISMO IMPRESSO:  
O EPISÓDIO ARACRUZ SOB A PERSPECTIVA DE ZERO HORA**

**Pelotas  
2010**

**ÉLIDA LIMA**

**RELAÇÕES DIALÓGICAS NO JORNALISMO IMPRESSO:  
O EPISÓDIO ARACRUZ SOB A PERSPECTIVA DE ZERO HORA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Texto, Discurso e Relações Sociais.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Glória Corrêa di Fanti

**Pelotas  
2010**

Aos meus pais, Élido e Elizabete,  
que se empenharam na missão de  
ensinar a mim e a minhas irmãs  
preciosos valores da vida...  
...responsabilidade, respeito e amor  
Sobretudo, amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, especialmente às professoras Carmem Matzenauer e Susana Funck.

A Maria da Glória di Fanti, pelos ensinamentos que não se restringem às páginas de trabalhos acadêmicos, mas que valem para a vida. Pela atenção e paciência, pelo exemplo de pessoa e de profissional, pelo incentivo e segurança.

A Antônio Luiz Oliveira Heberlê, pelo carinho e ajuda nessa jornada, pela incansável dedicação com que ensina as coisas da vida.

Aos colegas, pelo aprendizado e pelo convívio, especialmente a Antônia Zago.

A Eva e Patrícia, minhas amigas, pela compreensão e apoio em todas as horas.

A Eliane Degani, minha irmã de coração, pelas palavras de incentivo.

A Vera e Rosângela, pelo afeto que sempre dedicaram a mim.

A Elton, pelo companheirismo.

A Gustavo, por sempre oferecer novos e alegres sentidos a minha vida.

## RESUMO

Este trabalho estuda notícias publicadas em Zero Hora sobre um acontecimento de grande repercussão na mídia gaúcha, que denominamos para fins de pesquisa como Episódio Aracruz. Para tanto, nossas reflexões se baseiam nos pressupostos teóricos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, estabelecendo interlocução com a sociologia e a abordagem ergológica. O objetivo geral da pesquisa é analisar estratégias discursivas eleitas para a produção das notícias sobre o Episódio Aracruz, a partir da cena construída pelo jornal Zero Hora, observando relações dialógicas empreendidas que permitem recuperar características e efeitos de sentido das notícias no jornal impresso. São analisadas as notícias sobre o Episódio Aracruz nas edições de 10 e 12 de março de 2006, contemplando a capa e, mais sucintamente, as páginas internas (4 e 5). Por razões metodológicas, a análise está organizada em dois grupos interdependentes. O primeiro deles apresenta uma reflexão acerca dos recursos verbais eleitos para a construção da notícia. O segundo grupo analisa os recursos visuais utilizados (como cor, espaço e elementos gráficos). Em relação às capas, desdobramos a categoria analítica que trata dos recursos verbais (o primeiro grupo) em outros dois tópicos: (a) designações utilizadas para a chamada sobre o Episódio Aracruz e (b) elementos verbais utilizados em outras chamadas. As reflexões empreendidas ao longo do estudo permitem algumas percepções sobre o objeto de pesquisa, como as posições avaliativas, ideológicas, que se projetam no conjunto dos recursos verbo-visuais, visto que as notícias são uma construção, uma versão especializada, dos acontecimentos. Nesse espaço discursivo, há pistas das estratégias discursivas eleitas pelos jornalistas para apresentar na cena pública as notícias sobre o Episódio Aracruz, deixando ressoar, entre as posições axiológicas assumidas por Zero Hora, o conflito com os movimentos sociais de esquerda. Nas elaboradas relações dialógicas, percebemos a escolha de Zero Hora em abarcar sob a temática da reforma agrária manifestações de protesto. Tal decisão não foge às lógicas da esfera jornalística, que não se ocupa em aprofundar debates, mas em trazer para a cena pública temas que provoquem impacto ante suas audiências, especificidade que requer um olhar crítico dos leitores para a compreensão das relações de sentido que circulam nas páginas dos jornais impressos.

**Palavras-chave:** Relações dialógicas; jornalismo impresso; capa de jornal; Aracruz; Zero Hora.

## **ABSTRACT**

This work analyses news published by Zero Hora (RS) newspaper regarding the coverage of an event of great repercussion in "gaucho" media that we call for research sake "Episódio Aracruz" [Aracruz Episode]. The analysis is based on theoretical grounds developed by the Bakhtin Circle and establishes an interlocution with an ergological viewpoint. The main purpose is the exam of discursive strategies chosen for producing news about the said episode from the enunciative scene created by the newspaper by focusing on the ways dialogical relationships are established in order to retrieve characteristics and sense effects of printed newspapers. We analyze news about Aracruz Episode published in March 10 and 12, 2006 issues, taking the cover as the main object, supplemented by a brief exam of pages 4 and 5 of each issue. For methodological reasons, the analysis is organized in two interdependent groups. The first presents a reflection about verbal resources selected for constructing the news. The second one examines visual resources used therein (such as color, space and graphic elements). As regards the covers, we considered analytically two groups of verbal resources, namely (a) names used for leads regarding Aracruz Episode and (b) verbal elements used in other leads. Our reflections show the presence of evaluative, ideological positionings that project themselves in verbal-visual resources as a whole, for news are a construction, a specialized version, of events. In this discursive process, there are cues pointing to discursive strategies chosen for presenting in the public space news regarding Aracruz Episode which allow us to perceive, among Zero Hora's axiological positions, resonances of a conflict between the newspaper and leftist social movements. In the well elaborated dialogical relationships identified, we also perceive Zero Hora's strategy of including protests demonstrations under the theme of agrarian reform, something common in the journalistic sphere, which do not engage in deepening debates but only in bringing to the front of the public scene impact-provoking themes supposedly interesting to the audience, an specificity requiring a critical attitude by the audience for an adequate understanding of the sense relationships circulating in printed newspapers pages.

**Keywords:** Dialogical relationships; printed newspapers; newspaper covers; Episódio Aracruz; Zero Hora newspaper

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Capa do jornal Zero Hora em 10 de março de 2006.....	77
<b>Figura 2.</b> Página 4 da edição de 10 de março de 2006.....	86
<b>Figura 3.</b> Página 5 da edição de 10 de março de 2006.....	86
<b>Figura 4.</b> Capa do jornal Zero Hora em 12 de março de 2006.....	91
<b>Figura 5.</b> Página 4 da edição de 12 de março de 2006.....	99
<b>Figura 6.</b> Página 5 da edição de 12 de março de 2006.....	99

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 DISCURSO, ESFERA E ATIVIDADE</b> .....	16
1.1 Estudos da linguagem: teoria bakhtiniana .....	17
1.1.1 Dialogismo e produção de sentido .....	20
1.1.2 Enunciado e acento de valor .....	24
1.1.3 Gêneros do discurso e plurilingüismo .....	27
1.2 Esfera e campo: possibilidades interdisciplinares.....	29
1.2.1 Campo social: um espaço de tensões .....	32
1.2.2 O poder de fazer crer.....	34
1.3 Estudos do trabalho: abordagem ergológica .....	36
1.3.1 Atividade de trabalho .....	37
1.3.2 Norma e renormalização .....	39
<b>2 ESFERA MUDIÁTICA</b> .....	41
2.1 Mass media: um espaço de mediação .....	42
2.1.1 Um campo instituidor de sentidos.....	48
2.1.2 Peculiaridades da mídia.....	52
2.2 A esfera jornalística: um espaço de encenações .....	55
2.2.1 Estratégias discursivas na enunciação jornalística.....	61
2.2.2 Efeito de objetividade e atividade jornalística .....	63
<b>3 CAMPOS SOCIAIS EM TENSÃO: O EPISÓDIO ARACRUZ EM ZH</b> .....	69
3.1 O Episódio Aracruz.....	70
3.1.1 Via Campesina .....	72
3.1.2 Aracruz.....	72
3.1.3 Grupo RBS – Jornal Zero Hora.....	73
3.2 O Episódio Aracruz em Zero Hora: uma abordagem dialógica.....	73
3.2.1 Questões Metodológicas .....	75
3.2.2 “Ataque em Barra do Ribeiro” - Edição de 10 de março.....	77
3.2.3 “Impunidade radical” – Edição de 12 de março.....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	110
<b>ANEXOS</b> .....	113

## INTRODUÇÃO

Os discursos que circulam no espaço público<sup>1</sup> solicitam um tempo para serem acolhidos e processados no organismo social. Podemos falar de uma época, não muito remota, em que os dispositivos temporais, requisitos necessários para a reflexão e o amadurecimento das idéias e dos conceitos, acompanhavam o processo, por vezes de compasso lento, que reclama a socialização. Essa condição é hoje escassa, pois no mundo contemporâneo os discursos migram de sentido numa velocidade acelerada.

A aceleração do tempo tem relação estreita com a modernidade e o sistema capitalista, em que o consumo dita as regras sociais e impõe comportamentos. A inserção num mundo tecnológico com certeza faz parte dessas regras de consumo, em consonância com as lógicas comerciais do modelo econômico hegemônico. A despeito de toda tecnologia, que teria o atributo de facilitar e agilizar as tarefas, esse mundo de tempo acelerado tem como característica a falta de tempo.

Conjuntura que pode ser vista como um dos grandes paradoxos da vida moderna. Podemos atribuir o estabelecimento desse ritmo, em parte, ao desempenho das mídias e a sua consolidação como espaço simbólico inalienável da esfera das mediações. Não nos ocupamos, entretanto, em evidenciar se a mídia é responsável pela imposição desse fenômeno, pois ela própria parece empenhada em acompanhar esse ritmo acelerado, mas compreendemos que, efetivamente, os *mass media* contribuem para o sucesso desse modelo.

Nosso entendimento é de que as mídias de massa influenciam sobremaneira a sociedade atual, tendo repercussões decisivas na natureza das relações do sistema social e na interação entre os sujeitos. A comunicação, como interação social, é caracterizada por uma dimensão simbólica, atributo regido com maestria pela mídia, que ocupa e amplia os espaços de mediação.

Isso não significa que as outras esferas tenham sido dominadas pela esfera midiática, mas que na atual estrutura social poucos são os campos fora da mídia que já não tenham sido tocados de alguma forma pela sua força simbólica. Tanto é que podemos perceber certa disposição dos campos sociais em se mostrar na mídia e, mais

---

<sup>1</sup> Esfera pública, aqui também denominada como espaço público, é uma noção apresentada por Jürgen Habermas (1984) para explicar a emergência de uma esfera intermediária entre vida privada e o Estado. Esse espaço surge conforme ocorre a “separação do espaço social entre a esfera pública e a esfera privada, que é uma criação da burguesia” (Pena, 2005, p.30).

ainda, em atender os requisitos dessa esfera e realçar seus discursos com as prerrogativas de um fato noticioso.

Nesse movimento, de busca de notícias, em que a mídia se abastece na fonte de outros campos, há uma certa forma de apresentação peculiar dos campos ao se mostrarem. O próprio campo jornalístico não foge a essa lógica e, ao apresentar seus produtos (as notícias) no espaço social, também os reveste com artifícios específicos. São justamente essas estratégias, aqui consideradas como discursivas, que nos instigam a realizar a presente pesquisa, pois compreendemos serem decisivas para conquistar a atenção de leitores e produzir capitais simbólicos, tais como credibilidade. Nesse aspecto, consideramos a centralidade da linguagem para os estudos que buscam apreender, mesmo que em parte, pistas que remetam às estratégias discursivas utilizadas pelos jornais impressos e os efeitos de sentido produzidos por elas.

Foi com esse propósito que buscamos qualificação, em nível de mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), na linha de pesquisa “Texto, Discurso e Relações Sociais”, pois compreendemos que a ação humana tem vínculo indissociável com a linguagem e deve ser contemplada nas pesquisas sobre o campo midiático. Nesse sentido, os estudos sobre a linguagem, sob o ponto de vista discursivo, oferecem um arcabouço teórico elementar para as pesquisas que vislumbram uma apropriação dos sentidos emanados pelos discursos em circulação. As noções desenvolvidas por estudiosos do discurso contribuem de forma ímpar para pesquisas como esta, concernente às ciências humanas, que tratam de um objeto de difícil apreensão, pois as produções humanas se caracterizam por uma dinamicidade, potencializada pela aceleração vivenciada nos últimos tempos.

Nessa perspectiva, tomamos como base os pressupostos da teoria dialógica do discurso (Bakhtin, 1997, 1998, 2003; Bakhtin/Volochinov, 1999), especialmente noções como enunciado, gêneros do discurso e plurilingüismo, que auxiliam na compreensão das construções discursivas historicamente situadas no tempo e espaço. Tais noções foram temas recorrentes nas obras produzidas por um grupo de estudiosos russos, no início do século passado, que não só questionaram as correntes teóricas da época como também empreenderam uma virada na compreensão que até então se tinha acerca da linguagem. As obras mais influentes da teoria dialógica levam o nome de Mikhail

Bakhtin, tanto que o sobrenome do pensador é usado na designação que identifica o grupo: Círculo de Bakhtin<sup>2</sup>.

O princípio do dialogismo talvez seja a maior contribuição do legado bakhtiniano, pois desvelou a propriedade da interação social da linguagem. Porém, há de se considerar que os conceitos formulados fazem parte de uma extensa e sólida malha teórica, tecida de tal forma que dificilmente pode ser fragmentada. Uma noção remete a outra, que só tem sentido em referência a anterior. Esse engendramento não implica fechamento da teoria, muito pelo contrário. As noções da teoria dialógica permitem uma interlocução com outras tantas áreas, interdisciplinaridade proposta pelo próprio Bakhtin que via a necessidade de uma articulação com conceitos de outros universos de pensamento que não a lingüística. E é o que nos propusemos ao entrecruzar a noção de campos sociais com a teoria dialógica para uma compreensão do funcionamento das esferas de produção. Para tanto, buscamos os conceitos desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997, 2001, 2009).

Esse diálogo somente é possível justamente pelo alargamento do espectro da linguagem para todas as esferas de atividade humana proposto por Bakhtin. Ele próprio é defensor de uma interdisciplinaridade para o estudo dos gêneros, já que as atividades humanas são heterogêneas e, portanto, com peculiaridades que se refletem nos discursos. E são justamente as particularidades do fazer jornalístico que nos remetem a estabelecer uma interlocução com as noções desenvolvidas pela ergologia (Schwartz, 1994, 2003, 2006), abordagem que considera o “fazer” do trabalhador como uma atividade viva, sempre inovadora, materializado no debate constante entre normas antecedentes e renormalizações.

O aporte dessas teorias possibilita definir a proposta deste estudo no que se refere a observação das notícias pela ótica da análise dialógica do discurso, sem perder de vista os elaborados processos produtivos e a complexa atividade do jornalista. Para tanto, apresentamos as especificidades do funcionamento do campo midiático, esse

---

<sup>2</sup> Em *Marxismo e filosofia da linguagem* são apresentadas noções da arquitetura do pensamento do Círculo de Bakhtin, que reuniu, no início do século passado na Rússia, pessoas de diferentes formações e nomes de expressão, como Valentin N. Volochinov, Pavel N. Medvedev e Mikhail Bakhtin. A autoria de algumas obras desses três pensadores ainda hoje suscita debates, principalmente sobre a participação de M. Bakhtin nos livros *Freudismo e Marxismo e filosofia da linguagem*, inicialmente assinados apenas por Volochinov, e *O método formal nos estudos literários*, que originalmente carregou somente o nome de Medvedev. Neste trabalho, optamos por incluir os dois nomes na autoria, como, por exemplo, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que adotamos como assinatura Bakhtin/Volochinov. É fácil perceber, no entanto, que, ao longo do trabalho, fazemos inúmeras referências apenas à Mikhail Bakhtin, pois, além dele ser o líder do grupo, consideramos que a obra *Estética da Criação Verbal* (de sua autoria), aprofunda e amadurece alguns dos conceitos-chaves do conjunto da obra do Círculo.

espaço em que fatos do cotidiano, buscados em diferentes campos da atividade humana, são apresentados como enunciados com características peculiares às operações das esferas midiáticas (jornalística, publicitária, entre outras). Na esfera em que se configuram tais discursos, há um espaço simbólico de apresentação, tornando-os reconhecíveis. Tal reconhecimento acontece pelos gêneros do discurso, justamente por se apresentarem, segundo Bakhtin (2003), como enunciados com estabilidade relativa.

Ao observarmos os enunciados produzidos na esfera jornalística, é possível perceber que as notícias são construções discursivas de um fato, tendo em vista constituírem uma elaboração em que entram em jogo diferentes perspectivas, como a do jornalista, do jornal, do público-alvo, dos patrocinadores, das alianças políticas, dentre outros elementos, o que configura a cena apresentada pelos veículos de comunicação. Vale lembrar que a notícia pode ser considerada como um produto da esfera jornalística, que, para se apresentar na cena pública, precisa concentrar aspectos da realidade. É claro que é uma versão da realidade, mas não é uma versão qualquer, pois, além de ser discurso (e, portanto, uma construção), é produzida por especialistas (jornalistas).

Há de se considerar, ainda sob esse enfoque, que somente são publicadas aquelas notícias que atendem a certos requisitos mercadológicos, ou seja, é necessário que os fatos eleitos, para serem publicizados, tenham o apelo e o valor exigidos pela esfera jornalística. Assim, a seleção, escolha de um assunto e não de outro, é realizada em consonância com as prerrogativas desse campo, como, por exemplo, a publicação de acontecimentos de interesse público (que possam atingir um grande número de pessoas). Destacamos, além disso, que as notícias ganham maior ou menor visibilidade dentro desse espaço discursivo a partir da avaliação dos profissionais da comunicação, no que tange aos saberes, história, interesses e perspectivas ideológicas, que se revelam (em maior ou menor intensidade) em suas produções discursivas.

Nesse contexto, chama-nos a atenção a primeira página dos jornais impressos, espaço que reúne uma síntese daquelas notícias consideradas de maior impacto, na ótica dos profissionais da imprensa. Os fatos que ali figuram, via de regra, ocupam espaços privilegiados nas páginas internas do jornal. Assim, a apresentação “objetiva” buscada na capa do jornal impresso é importante elemento na cena discursiva construída pelos veículos de comunicação para a apresentação dos acontecimentos e, por isso, merecedor de uma análise mais detalhada, uma vez que, na sociedade contemporânea, é através das notícias que circulam por este espaço que muitos leitores tomam conhecimento de fatos da atualidade. Além disso, a análise das páginas internas, onde está o complemento das

notícias destacadas na capa, podem lançar luz às estratégias eleitas pelos veículos para a apresentação de determinado acontecimento como notícia.

Sob esse ponto de vista, no conjunto de notícias apresentadas nos jornais diários impressos, as ações dos movimentos sociais de esquerda chamam a atenção no Brasil, e especificamente no Rio Grande do Sul, pelo tensionamento que se observa na relação com diferentes campos sociais. Os grupos que defendem a bandeira da reforma agrária, ao se manifestarem, via de regra, provocam um acirramento das posições. Se a relação entre movimentos sociais que defendem a reforma agrária e a agricultura familiar e os grupos que focam um sistema de produção rural empresarial está sob constante tensão, a questão agrária se torna ainda mais penosa quando um grupo de comunicação, detentor de jornais, rádios e televisão, também se posiciona contrário às ações de grupos políticos de esquerda.

É assim que a cobertura do jornal Zero Hora (RS) relativa ao fato ocorrido em 8 de março de 2006, que para efeitos de pesquisa denominamos Episódio Aracruz, chamou atenção e é apresentado aqui como objeto de reflexões teórico-analíticas. Na madrugada do dia 8 de março, um comboio de 40 ônibus transportou cerca de 1,5 mil pessoas de Porto Alegre-RS para o município de Barra do Ribeiro-RS, distante 60 quilômetros da capital gaúcha. No local, o grupo entrou no hortoflorestal da empresa de celulose Aracruz e inutilizou aproximadamente três milhões de mudas de eucaliptos, além de estufas e experimentos. Os manifestantes, que protestavam contra a instalação de florestas de eucalipto no Rio Grande do Sul e, futuramente, de uma indústria de celulose, eram, em sua grande maioria, mulheres integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), vinculado à Via Campesina. O fato teve grande repercussão nos campos político e jurídico, além, obviamente, de ocupar espaço privilegiado na mídia.

Considerando tal contexto, temos como objetivo geral, neste trabalho, analisar estratégias discursivas eleitas para a produção das notícias sobre o Episódio Aracruz, a partir da cena apresentada pelo jornal Zero Hora, observando relações dialógicas empreendidas. Como objetivos específicos, nos propomos a verificar (a) aspectos da constituição dialógica dos enunciados verbais eleitos para construir os textos noticiosos sobre o Episódio Aracruz e (b) aspectos não-verbais selecionados para a cobertura, constitutivos das estratégias discursivas. Na perspectiva de discutir a constituição dos sentidos na cobertura do Episódio Aracruz, este trabalho pretende responder a seguinte pergunta de pesquisa: Que relações dialógicas podem ser observadas na cena construída

a partir das estratégias discursivas eleitas por Zero Hora na apresentação do Episódio Aracruz?

Quanto à metodologia, analisamos discursivamente as capas do jornal Zero Hora dos dias 10 e 12 de março de 2006 e as respectivas notícias publicadas nas páginas 4 e 5, verificando relações dialógicas estabelecidas de modo a recuperar características e efeitos de sentido da cobertura do Episódio Aracruz, evento de grande repercussão na mídia gaúcha. Selecionamos essas duas edições pela variedade de recursos usados para a apresentação do acontecimento, além da utilização de espaço privilegiado, tanto na capa quanto nas páginas internas.

Este trabalho é constituído por três capítulos, seguidos das considerações finais. No primeiro, são apresentados conceitos considerados relevantes para o embasamento teórico da pesquisa. Trazemos noções desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin, como dialogismo, enunciado e gênero do discurso, as quais ancoram teoricamente nossa pesquisa. A partir das concepções da teoria dialógica do discurso, ampliamos o espectro teórico de nossa pesquisa, realizando uma interlocução com as noções de campo social, apresentadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997, 2001, 2009), e os pressupostos da abordagem ergológica, propostos pelo filósofo Yves Schwartz (1994, 2003, 2006).

O segundo capítulo contempla uma contextualização do campo midiático, mais precisamente o jornalístico, trazendo para reflexão alguns dos aspectos mais marcantes das notícias, que são, a rigor, uma versão dos acontecimentos elaborada pelos profissionais da área. Na seqüência, fazemos algumas considerações sobre estratégias discursivas de construção das notícias, sem deixar de considerar as peculiaridades da atividade, no que se refere às normas que norteiam o trabalho dos jornalistas.

No terceiro capítulo, buscamos contextualizar o Episódio Aracruz, pois consideramos importante alguns pontos das circunstâncias em que se produziu o acontecimento, situando-o historicamente, principalmente em relação à esfera midiática. Trazemos ainda, mesmo que rapidamente, dados sobre a Via Campesina, a empresa Aracruz e a Rede Brasil Sul de Comunicação, conhecida como Grupo RBS, ao qual pertence o jornal Zero Hora. A segunda parte do capítulo é dedicada à apresentação da cobertura jornalística feita por Zero Hora, seguida das questões metodológicas que norteiam a nossa análise. A partir desse contexto, apresentamos as reflexões teórico-analíticas das duas edições selecionadas (capas e páginas 4 e 5).

Nossas percepções sobre as relações dialógicas empreendidas no jornal Zero Hora para a apresentação do Episódio Aracruz estão apresentadas na última parte do trabalho - *Considerações Finais*. Neste espaço buscamos realizar uma reflexão acerca dos efeitos de sentido que pudemos vislumbrar, mesmo que em parte, a partir das estratégias discursivas eleitas para a produção da cena construída pela esfera jornalística para a apresentação de acontecimentos como o Episódio Aracruz, que buscam, na tentativa de conquistar a audiência, tocar as emoções dos seus públicos. Tal movimento requer um olhar mais atento de leitores e pesquisadores.

## 1 DISCURSO, ESFERA E ATIVIDADE

A compreensão de uma língua viva, a partir de um processo de interação social, é apontada como uma das maiores contribuições do Círculo de Bakhtin para os estudos lingüísticos. Ao considerar os enunciados sob o princípio do dialogismo, os pensadores russos trouxeram a língua para uma dimensão social e, por consequência, localizaram a linguagem como centro das pesquisas acerca do sujeito. Ou seja, os pesquisadores que buscam compreender as relações de sentido empreendidas numa atividade humana podem fundar seus estudos no vasto e firme terreno das teorias enunciativo-discursivas.

A malha conceitual bakhtiniana deixou ainda o tributo da interdisciplinaridade, o que representa a possibilidade de emprendermos pesquisas nesta direção. Trata-se de um viés teórico que considera o heterogêneo espaço social. Neste estudo, buscamos contar com este conjunto conceitual para iluminar um complexo objeto, que suscita inúmeras formas de compreensão: a esfera midiática. Mais detidamente, acreditamos ser possível, à luz dos estudos bakhtinianos observarmos as estratégias discursivas utilizadas no jornalismo impresso, como é o caso do jornal Zero Hora.

Sem perder de vista o viés de complementaridade entre os campos do saber, organizamos este capítulo com o objetivo de embasar nossas reflexões sobre dialogismo e sua potencialidade interdisciplinar. Para isso, lançamos mão não só da teoria dialógica do discurso, como também das contribuições da sociologia e dos estudos do trabalho.

Para tanto, apresentamos na primeira seção deste capítulo, intitulada *Estudos da linguagem: teoria bakhtiniana*, algumas noções basilares do Círculo de Bakhtin, como dialogismo, enunciado e gênero do discurso. Tais conceitos não podem ser vislumbrados, e muito menos compreendidos, isoladamente, pois uma concepção se engendra em outra, articulando-se, constituindo-se mutuamente. Em função disso, antes de tratarmos mais detalhadamente cada conceito, em três subseções, fizemos uma pequena reflexão acerca do pensamento bakhtiniano, abarcando algumas idéias fundantes.

Na segunda seção – *Esfera e campo: possibilidades interdisciplinares* – mostramos, inicialmente, o entendimento de Bakhtin/Volochinov (1999) e Bakhtin (2003) no que tange às esferas da atividade humana, este espaço social dinâmico onde perpassam formas relativamente estáveis de dizer, os gêneros dos discursos. Na seqüência, propomos uma interlocução entre a noção de esfera com o conceito de campo, este último desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997, 2001,

2009). Ainda nessa seção, a partir da noção de campo social, fazemos uma breve contextualização sobre as relações empreendidas pelos indivíduos nessas esferas, assim como as disputas pelo reconhecimento dos seus poderes, capitais.

Na terceira e última seção deste capítulo – *Estudos do trabalho: abordagem ergológica* – ampliamos um pouco mais a perspectiva teórica, pois estabelecemos um diálogo com a ergologia. A abordagem do trabalho proposta por Yves Schwartz (1994, 2003, 2006) se compromete com a valorização do humano nas trocas laborais, contribuindo para a compreensão de características do trabalho no tocante às dimensões éticas e históricas dos saberes presentes nas atividades humanas. Consideramos que essas noções contribuem de forma ímpar para esta pesquisa no que se refere à reflexão sobre o trabalho do jornalista.

### **1.1 Estudos da linguagem: teoria bakhtiniana**

O princípio do dialogismo é a matriz conceitual do pensamento de Mikhail Bakhtin, sendo questão norteadora não só para quem busca compreender as noções apresentadas pelo pensador russo como também para os que se ocupam dos estudos das ciências humanas. Dizemos isso por acreditarmos que as contribuições das obras do Círculo de Bakhtin não ficaram circunscritas aos estudos da lingüística, pois a concepção de linguagem dialógica impregnou e produziu reflexos na compreensão do objeto das ciências humanas: o sujeito que se constrói no discurso ou por meio dele (Barros, 2005).

A centralidade do discurso para as investigações acerca do sujeito ainda hoje encontra resistência, mesmo entre estudiosos da linguagem. Posição compreensível se considerarmos duas linhas teóricas que até o início do século passado estudavam a língua: o *subjetivismo individualista* e o *objetivismo abstrato*. A despeito dessas correntes teóricas, os estudiosos russos nos falam da primazia da interação social quando o assunto é linguagem. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1999), encontramos noções da arquitetura bakhtiniana, assim como as oposições do Círculo aos estudos da época.

As críticas em relação ao *subjetivismo individualista* concentram-se na concepção puramente estética que a linguagem adquire ao ser apresentada como resultado da expressão individual do sujeito, isto é, os fundamentos da língua estariam

presos e restritos ao psiquismo individual, o qual deveria ser o objeto de estudo dos lingüistas. A teoria do *objetivismo abstrato* também é motivo de críticas, por apresentar uma concepção de linguagem como um sistema sem sujeito. O ponto de partida das reflexões sobre a língua é o sistema lingüístico, entendido como um sistema fechado, de normas rígidas e imutáveis, que o indivíduo recebe da comunidade lingüística.

Os integrantes do Círculo não se limitam a tecer críticas às teorias vigentes e, ao mesmo tempo em que enumeram os pontos desconsideráveis das escolas mais influentes da época, traçam novas concepções para a língua em seu caráter dialógico. Em relação ao pensamento da primeira corrente, o Círculo se contrapõe à compreensão da língua como uma realização estilística individual que se sobrepõe às formas gramaticais estáveis. Segundo Bakhtin/Volochinov (1999, p.112), “não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, *é a expressão que organiza a atividade mental*, que a modela e determina sua orientação”.

Sobre o objetivismo abstrato, o grupo se posiciona contrário à idéia de que a forma normativa lingüística é a verdadeira substância da língua, em detrimento da variação de caráter individual. Para tanto, defende que a linguagem não pode ser vista como um sistema, pois, enquanto sinal estável, não tem importância para o locutor. O importante é aquilo que torna a forma lingüística um signo adequado às condições de uma situação concreta (Bakhtin/Volochinov, 1999). Ou seja, na acepção bakhtiniana é impossível pensar a língua isoladamente, a partir de qualquer uma dessas linhas de pensamento, pois a primeira menospreza o sistema e prioriza a fala individual (subjetivismo individualista) e a segunda rejeita a enunciação como individual e centraliza a forma lingüística (objetivismo abstrato).

Questionando as duas correntes, mas sem dispensar o sistema lingüístico, Bakhtin/Volochinov (1999) diz ser a linguagem um produto da interação social. A estrutura da enunciação e mesmo a atividade mental de elaboração estilística da enunciação são de natureza social, tendo como centro organizador o exterior. Ao trazer a língua para a ordem do social, que depende de uma interação dos sujeitos, Bakhtin/Volochinov (1999) explicita como essa interação se dá e passa a apresentar, ainda que de forma inicial, o conceito de enunciado, já sob uma nova perspectiva:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação

verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin/Volochinov, 1999, p.123).

É esse enunciado, produzido e constituído a partir da interação verbal, que passa a ser objeto das ciências humanas, em estudos que buscam compreender o ser humano como um sujeito situado social e historicamente, fazedor de história. Barros (2005, p.26) oferece algumas definições para esse objeto: é significante ou de significação (o texto significa); é produto da criação ideológica, compreendendo contexto histórico, social, cultural etc.; é dialógico, definindo-se pelo diálogo entre interlocutores e pelo diálogo com outros textos; é único, não-reiterável e não-repetível<sup>3</sup>.

A individualidade do enunciado, absolutamente irreproduzível, é colocada como um problema para a ciência. Segundo Souza (1999, p.74), os integrantes do Círculo fizeram conjecturas se o conhecimento científico, limitado por uma propensão a generalizações, conseguiria tratar da singularidade dos enunciados. Bakhtin (2003) considera que é possível tratar dessa individualidade e oferece argumentos para tal posição:

Em primeiro lugar, o ponto de partida de toda ciência são as unidades ímpares, e em todas as etapas da sua trajetória ela permanece ligada a estas. Em segundo, a ciência, e acima de tudo a filosofia, pode e deve estudar a forma específica e a função dessa individualidade. A necessidade de uma precisa conscientização do corretivo permanente das pretensões da análise abstrata (lingüística, por exemplo) ao pleno esgotamento de um enunciado concreto (Bakhtin, 2003, p.313).

As reflexões apresentadas nesta parte introdutória tiveram como objetivo mostrar que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno da interação verbal. Outro aspecto relevante é a posição central que a linguagem ocupa em relação às ciências humanas, entendimento que abre a possibilidade de estudos interdisciplinares, tal como o empreendido nesta pesquisa. Isto posto, passamos a desenvolver, nas próximas três seções, aspectos relevantes para a compreensão da teoria dialógica do discurso: *Dialogismo e produção de sentido, Enunciado e acento de valor, Gêneros do discurso e plurilingüismo*.

---

<sup>3</sup> Essas noções foram citadas aqui por considerarmos pertinente mostrar como compreendemos esse objeto da ciência. Tais conceitos serão retomados ao longo deste capítulo, mas de forma detalhada, quando apresentaremos as especificidades do enunciado concreto bakhtiniano e sua relação indissociável com os gêneros do discurso e com a esfera da atividade humana a que está associado.

### 1.1.1 Dialogismo e produção de sentido

O conjunto de noções desenvolvidas pelo russo Mikhail Bakhtin delineou novas perspectivas para os caminhos empreendidos até então pela lingüística. Críticos das propostas estruturalistas que davam ênfase às relações entre os elementos no interior do sistema da língua, os integrantes do Círculo de Bakhtin defendem a propriedade dialógica da linguagem, numa referência ao princípio que instaura uma permanente inter-relação entre discursos. As contribuições desse grupo de pensadores, os quais anteciparam os estudos sobre a enunciação e o discurso, não pararam por aí.

Tocaram de forma indelével na compreensão que as ciências humanas passariam a ter sobre a linguagem, considerada na arquitetura bakhtiniana numa dimensão social e, portanto, viva e sujeita a dinamicidade do falar humano. Esse estatuto social que a linguagem adquiriu pelo olhar bakhtiniano abre caminho para que as relações humanas, sua organicidade, sejam observadas a partir do entrelaçamento de aspectos verbais, sociais, ideológicos e dialógicos.

Dentre estes elementos, todos constitutivos da linguagem, focaremos inicialmente na questão verbal. No que tange aos elementos lingüísticos, podemos observar a intrínseca relação empreendida entre os elementos estáveis e os não-reiteráveis a partir das noções de *significação e tema*. Esses dois conceitos não só contribuem para o entendimento do enunciado concreto, como trazem luz a outros aspectos do arcabouço conceitual da teoria dialógica, como a importância de não descartar as relações lógicas<sup>4</sup> para a compreensão da linguagem enquanto dialógica.

Os pensadores russos definem a *significação* como “um aparato técnico para a realização do tema” (Bakhtin/Volochinov, p.129). Trata-se, então, dos elementos repetíveis, que não têm atributo de sentido, mas oferecem o suporte para a noção de *tema*. É no domínio da *significação* que está resguardado o potencial de construção de sentido, capacidade que Cereja (2005, p.202) diz ser “própria dos signos lingüísticos e das formas gramaticais da língua”. Dessa forma, à *significação* estão vinculados os aspectos lingüísticos que somente ganham vida no uso, na relação indissociável com o *tema*.

O *tema* constitui-se como a própria enunciação, única e não-reiterável, sendo composto por aspectos verbais e não-verbais, que ganham sentidos outros a partir do

---

<sup>4</sup> Abordaremos mais detidamente essa noção ainda nesta seção.

acentuado de valor produzido no processo enunciativo. Quer dizer que o *tema* se realiza numa situação concreta, abrangendo uma dimensão histórico-social.

A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da significação é a seguinte: o tema constitui o *estágio superior real da capacidade lingüística de significar*. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o *estágio inferior da capacidade de significar*. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um *potencial*, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto. (Bakhtin/Volochinov, 1999, p.131)

Essas duas noções não podem ser compreendidas como dicotômicas, pois são constitutivas uma da outra. É impossível desvincular o *tema* da estabilidade que a *significação* lhe concede, ligando-o ao sistema da língua em uso e aos enunciados antecedentes, assim como é impossível atribuir um significado para uma palavra isolada sem considerá-la como elemento do *tema*, sem dar um exemplo para contextualizá-la.

Essa indissociabilidade entre *significação* e *tema* a que se refere Bakhtin/Volochinov (1999) nos remete à concepção de signo ideológico, constitutivo da linguagem nos seus mais diferentes aspectos, tais como sociais/verbais/históricos/ideológicos. Porém, antes de adentrarmos na questão do signo e a compreensão pela teoria dialógica, consideramos fundamental explicar o entendimento que os integrantes do Círculo têm de ideologia, ideológico.

Ideologia, na concepção bakhtiniana, pode ser compreendida a partir de duas noções. Na primeira está a referência ao universo que engloba os produtos do ‘espírito’ humano, a cultura imaterial. Isto é, as manifestações de um universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, a política, entre outros. A palavra é apresentada no plural, as ideologias, para designar as esferas da produção intelectual humana (arte, ciência, filosofia...). Ideológico seriam os produtos dessa cultura imaterial (das ideologias), criação esta sempre social e histórica (Faraco, 2006).

Na segunda concepção, o termo ideológico, diferentemente do entendimento recorrente no senso comum, não tem sentido de restrito ou negativo. Em função disso, Faraco (2006, p.46) diz ser “inadequado lê-los nestes textos com o sentido de ‘mascaramento do real’, comum em algumas vertentes marxistas”. Ideológico, como adjetivo, aparece em alguns textos como sinônimo de axiológico, de acentuado de valor, concepção que está em consonância com outros escritos do Círculo que colocam o enunciado sempre numa dimensão avaliativa.

É assim que Bakhtin/Volochinov (1999), em *Marxismo e filosofia da linguagem*, afirma que tudo que é ideológico (os produtos das ideologias) possui significado, é um signo. Qualquer produto pode ser transformado em *signos ideológicos* (agora no sentido axiológico), tal como o pão e o vinho tornam-se símbolos religiosos na cerimônia de comunhão. Isto é, por serem intrinsecamente sociais, os signos ideológicos são criados e interpretados no interior das relações sociais.

É nesse sentido que os textos do Círculo vão dizer recorrentemente que os signos não apenas *refletem* o mundo (não são apenas o decalque do mundo); os signos também (e principalmente) *refratam* o mundo. Em outras palavras, o Círculo assume que o processo de transmutação do mundo em matéria significante se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos (Faraco, 2006, p.49).

Justamente por ter um traço de repetível, ainda no âmbito da *significação*, desprovido do atributo de sentido, é que o enunciado se presta para apoiar o processo de preenchimento de sentido dos signos ideológicos, de qualquer espécie que eles sejam. Significa dizer quanto ao signo ideológico que “seja qual for a natureza de seu material significante, *é acompanhada de uma refração ideológica verbal*, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (Bakhtin/Volochinov, 1999, p.38).

Ao considerar a linguagem como resultante de uma intrínseca relação verbal/social/ideológico, passamos agora às características de outro aspecto considerado constitutivo da linguagem: o dialogismo. Para tanto, empreendemos uma observação mais detida sobre aspectos do princípio fundante da teoria bakhtiniana. Segundo Faraco (2006, p.58), a dialogicidade que impregna todo o dizer se apresenta em três dimensões diferentes:

1) *todo dizer se orienta pelo “já dito”* – todo enunciado é uma réplica, constituindo-se como uma memória discursiva;

2) *todo dizer é orientado para a resposta* – todo enunciado espera uma réplica; é intrínseco ao enunciado o receptor presumido, qualquer que ele seja;

3) *todo dizer é internamente dialogizado* – é heterogêneo; é uma articulação de múltiplas vozes sociais, fruto de uma dialogização interna.

Assim, consideramos que o dialogismo, a partir da memória discursiva dos enunciados, da heterogeneidade dos discursos e da antecipação dos dizeres, implica o estabelecimento permanente de relações responsivas (relações dialógicas) com discursos

de outrem em diferentes direções, o que garante a dinamicidade de sentidos. Tais relações se dão entre índices sociais de valor, os quais constituem parte inerente de todo enunciado, compreendido, aqui, como unidade da interação social. Esse enunciado não pode ser entendido “como um complexo de relações entre palavras, mas como um complexo de relações entre pessoas socialmente organizadas” (Faraco, 2006, p.64).

Desse modo, para a teoria bakhtiniana, a língua é considerada em situações concretas na materialização de enunciados, os quais estão sempre em inter-relação com outros enunciados e fazem circular posições avaliativas de sujeitos do discurso. O enunciado implica também, como observa Bakhtin (2003), uma relação entre o dado e o criado, no sentido de ressaltar sua dimensão de singularidade, de resignificação, de irrepetibilidade. Mesmo havendo algo que é dado, mesmo que uma repetição lingüística, sempre há criação, renovação, reelaboração, pois os sujeitos e contextos são sempre outros.

Ao atribuir ao enunciado um traço estável (o dado), Bakhtin mostra que não desconsidera as relações lógicas, próprias da lingüística do sistema, mas ultrapassa-as. É nesse sentido que Di Fanti (2004) afirma que, Bakhtin, ao propor uma nova disciplina, a Metalingüística, busca estudar aspectos do discurso que ultrapassam os limites dos estudos estruturalistas, mas não ignora a importância das análises lingüísticas e a aplicação de seus resultados pelas pesquisas metalingüísticas:

O estudo da língua como relação lógica carece de abordagem enunciativa e o estudo do discurso a partir das relações dialógicas é irreduzível à logicidade. Observa-se, sob esse enfoque, que as relações dialógicas são apreendidas discursivamente na língua enquanto fenômeno integral concreto, sem que se desconsidere as relações lógicas. Logo, a tensão entre relações dialógicas e lógicas indica que a linguagem somente tem vida na comunicação dialógica, comunicação de sentidos, que constitui o seu campo de existência (Di Fanti, 2004, p.32).

Pressupostos como significação/tema, signo ideológico/refração e relações lógicas e dialógicas possibilitam compreender a linguagem como um fenômeno que se apresenta na tensão das dimensões verbal, social, ideológica e dialógica. A partir das considerações acerca desse espaço enunciativo-discursivo, buscamos na sequência observar mais detidamente as peculiaridades da constituição do enunciado. Tal reflexão se mostra pertinente para a compreensão das enunciações jornalísticas, articuladas num processo discursivo mais amplo que abrange os conceitos de gênero e esfera, ambos constitutivos da malha teórica bakhtiniana.

### 1.1.2 Enunciado e acento de valor

A noção de enunciado reclama uma articulação com outros conceitos para abarcar as peculiaridades que a teoria bakhtiniana lhe atribui. De forma sucinta, podemos afirmar que somente por meio do enunciado, na interação verbal, a língua se materializa, seja na forma oral, seja na forma escrita. Porém, para uma compreensão mais ampla do termo, buscamos alguns aspectos elencados na obra do Círculo sobre a linguagem que mostram algumas particularidades do enunciado enquanto unidade mínima da comunicação discursiva.

A relação intrínseca entre *significação* e *tema*, apresentada anteriormente, pode ser melhor vislumbrada a partir de outro conceito da arquitetura do discurso dialógico: o *problema da compreensão*. Estamos nos referindo a uma compreensão ativa, na qual o interlocutor relaciona a enunciação a um contexto, construindo uma réplica. Assim, nas palavras de Bakhtin (2003, p.271): “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (...); toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”.

A *compreensão*, ativamente responsiva, só ocorre quando o ouvinte considera o contexto em que o enunciado se concretiza. “Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*” (Bakhtin/Volochinov, 1999, p.132). Essa compreensão ativa é aguardada pelo locutor, que não espera “uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc.” (Bakhtin, 2003, p.272).

O teórico russo classifica como *ficção científica* as representações que sugerem um “esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de recepção e compreensão do discurso no ouvinte” (Bakhtin, 2003, p.271). A representação da comunicação discursiva num “esquema abstrato” chegou a ser utilizada por teóricos da lingüística, desconsiderando o papel do “outro”. Esse entendimento é motivo de muitas críticas por parte do Círculo bakhtiniano, que refuta qualquer ato de compreensão do enunciado como tarefa passiva.

Na concepção de Bakhtin (2003), o falante, ao elaborar enunciados, ao mesmo tempo em que responde a já-ditos, não deixa de antecipar dizeres, pois inclui na sua fala a resposta, a compreensão do outro. Ou seja, o interlocutor ocupa função essencial, complementando o dizer via posição responsiva ativa:

(...) o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; esta posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (Bakhtin, 2003, p.271).

A concepção de um ouvinte que atribui sentidos aos enunciados e que não apenas os recebe é fundamental no complexo processo de comunicação discursiva. Afinal, as palavras são constituídas pelo que Bakhtin/Volochinov (1999) denominou de *acento de valor* ou *apreciativo*. Estamos tratando aqui do elemento que desencadeia o enunciado, determinante para a passagem do âmbito da *significação* para a dimensão do *tema*. É nesse sentido que Bakhtin/Volochinov (1999) diz que “quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra” (p.132).

A partir desse entendimento, podemos afirmar que o enunciado concreto bakhtiniano vem carregado de sentidos, não é neutro, pois aporta um traço avaliativo concebido pelo locutor. É nesse movimento, de orientação apreciativa, que o sujeito deixa sua marca e mostra sua posição em relação ao outro, desencadeando infundáveis *temas*. Na orientação apreciativa está inscrita também a antecipação a objeções que porventura possam ser feitas pelo interlocutor.

A enunciação, por conseguinte, sempre está direcionada para um destinatário, um interlocutor ativo (presente ou presumido). Esse endereçamento é tão presente no dizer que influencia na construção dos enunciados, pois o locutor espera, como já dissemos, uma ativa compreensão responsiva do seu interlocutor.

Esse destinatário pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc.; ele também pode ser um *outro* totalmente indefinido (...). Todas essas modalidades e concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a que tal enunciado se refere. A quem se destina o enunciado, como falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado – disto dependem tanto a composição quanto, particularmente, o estilo do enunciado. Cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero (Bakhtin, 2003, p.301).

A palavra do outro, então, é constitutiva do dizer. Mas isso não ocorre somente em relação aos elos que sucedem o dizer (o outro a quem dirijo a palavra). A palavra do outro também está presente nos elos antecedentes do enunciado. E isso pode ocorrer de muitas maneiras. Ao abordar um dos elementos do enunciado, a expressividade, Bakhtin (2003) apresenta os três aspectos sob os quais a palavra existe para o falante: a palavra da *língua* (não pertence a ninguém, pois é uma unidade da língua); a palavra *alheia* dos outros (carregada de ecos dos enunciados que antecedem e sucedem); e a *minha* palavra (usada numa situação concreta e com uma intenção discursiva, carrega a minha expressão).

No que tange à participação do *outro*, Bakhtin diz que em qualquer enunciado há toda uma gama de palavras do outro, que podem ser semilattes ou latentes, em diferentes graus de alteridade. Assim, cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva, carregado de valoração, respondendo aos discursos que o antecederam e esperando subsequentemente uma compreensão ativa.

A palavra do outro, entretanto, pode ser introduzida no enunciado, numa espécie de alternância dos sujeitos do discurso (similar ao que ocorre num diálogo). Mesmo que seja marcada pelas aspas no discurso escrito, a expressão do falante penetra através dos limites criados por essa alternância e se dissemina no discurso do outro. Conforme Bakhtin (2003), ao destacar como do outro, podemos transmitir esse discurso em tons irônicos, indignados, simpáticos, reverentes. Quer dizer que a palavra do outro é reconfigurada no meu discurso com o auxílio de uma entonação expressiva, de uma apreciação, obviamente que nunca é neutra.

Logo, tanto os dizeres anteriores, quanto os futuros, fazem parte dos enunciados, o que pode ser observado pelas vozes discursivas, mais ou menos aparentes, que se manifestam. Na constituição do enunciado, esse entrecruzamento de vozes sociais se dá numa concorrência, em que se encontram e se distanciam diferentes pontos de vista, visões de mundo. O enunciado, desse modo, se materializa heterogeneamente e, ao mesmo tempo em que responde a discursos diversos (nem sempre observáveis), apresenta posições de quem se responsabiliza pelo dizer (Bakhtin, 1998). A partir dessas compreensões, passamos à seção que tratará das especificidades dos gêneros dos discursos, a partir dos quais o sujeito elabora o seu projeto de dizer.

### 1.1.3 Gêneros do discurso e plurilingüismo

O enunciado concreto bakhtiniano é o elo real na cadeia discursiva e apresenta uma certa estabilidade dentro do campo em que está inserido. Essa relativa estabilidade, com especificidade e finalidade próprias das esferas de atividade a que respondem, é que o configura como gênero discursivo: “... cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (Bakhtin, 2003, p.262).

As peculiaridades dos enunciados nos remetem às três características indissociáveis dos gêneros do discurso: o tema, a forma composicional e o estilo. O *tema*, o dizível de um dado gênero, mantém uma relativa estabilidade e produz o vínculo entre os elos precedentes e os que se sucedem. Podemos pensar que a esfera jornalística se ocupa de acontecimentos que efetivamente ocorreram, sendo que nas páginas policiais certamente o conteúdo temático serão notícias sobre ações criminosas, notícias que sempre ganham novos tons (entonações) a cada edição. Logo, embora haja em cada notícia uma certa possibilidade de tema, sua materialização será sempre única, irrepetível, pois novos sentidos são convocados.

A *forma composicional* tem relação com a estrutura do enunciado no que se refere a sua construção organizacional. Os textos noticiosos, por exemplo, apresentam nos primeiros parágrafos informações que respondem a seis questões: O que? Onde? Quem? Quando? Como? Por quê? A forma composicional atende às particularidades do gênero e, mesmo que falte uma das questões, no caso da notícia, continua sendo notícia.

Por *estilo verbal* podemos compreender os elementos lingüísticos, tais como gramaticais, fraseológicos e lexicais. Esses recursos da língua se engendram nas produções enunciativas, mas sempre com nova entonação, o que indica o estilo individual do locutor. Nesse contexto, podemos observar, seguindo Bakhtin (2003), que “a intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade”, relaciona-se ao gênero escolhido, ou ainda, “constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero” (p. 282).

A subjetividade a que se refere Bakhtin tem relação estreita com a inscrição do sujeito no dizer, a marca individual, que torna os enunciados irrepetíveis. Esse sujeito-enunciador é dinâmico e constrói sua palavra em diferentes gêneros discursivos da esfera em que está inserido. A origem desse dizer, no entanto, não pode ser atribuída a

um locutor uno, pois o enunciado é produzido a partir da interação do sujeito, repleto de outras vozes sociais.

Em outras palavras, o sujeito que enuncia traz ressonância da interação constante e contínua com os enunciados dos outros, impregnado de tons valorativos que são assimilados, reelaborados e reacentuados pelo enunciador. Essas palavras não são da ordem da língua, mas do discurso, engendradas num gênero discursivo que estabelece relações com a esfera em que se encontra.

O entrecruzamento de vozes no enunciado é coerente com a idéia de um sujeito dinâmico, que se movimenta de uma a outra esfera da criação humana, incorporando e refutando os discursos que aí circulam. A relação entre tais vozes discursivas foi apresentada ao longo da obra do Círculo com várias designações: heteroglossia, plurilinguismo ou plurilinguismo dialogizado. Independentemente do termo utilizado, a noção desenvolvida pelos pensadores russos enfatiza as diversas vozes que circulam no dizer. Há que se ressaltar que, mais importante que a existência dessa ressonância de outros dizeres, é observar como essas vozes se relacionam, interagem e se deixam mostrar, mesmo que em parte, no discurso (Di Fanti, 2004).

Em *O discurso no romance* (1998), Bakhtin descreve a dinâmica desse encontro sociocultural de vozes no interior da linguagem, onde funcionam e interagem forças centrípetas e centrífugas. As *forças centrípetas* estão relacionadas com o sistema lingüístico da língua, que impõe limites, assegurando um mínimo de compreensão da língua e resistindo às diversidades. Ao lado das forças “da unificação e da centralização das ideologias verbais” caminham, interagem, as *forças centrífugas*, as quais sinalizam para o lado contrário, para a descentralização, para a estratificação que se dá no processo de preenchimento da linguagem por índices de valor.

Nesse sentido, aquilo que chamamos de língua não é só um conjunto difuso de variedades geográficas, temporais e sociais (como nos ensinam a dialetologia, a lingüística histórica e a sociolingüística). Todo esse universo de variedades formais está também atravessado por outras estratificações, que é dada pelos índices sociais de valor oriundos da diversificada experiência sociohistórica dos grupos sociais. Aquilo que chamamos de língua é também e principalmente um conjunto indefinido de vozes sociais (Faraco, 2006, p.56).

Por essa razão, a compreensão da linguagem, enquanto discursos que circulam em nosso mundo e produzem sentidos, reclama um olhar mais atento para o funcionamento das esferas em que tais gêneros se circunscrevem. Em outras palavras, a

apreensão de pistas das “formas relativamente estáveis e típicas de construção” do gênero jornalístico, perante o qual ocupamos uma posição responsiva, carece de uma compreensão das esferas da atividade humana, dos espaços sociais onde os indivíduos se concentram para fazer história, onde circula uma diversidade de vozes que constituem o dizer.

## **1.2 Esfera e campo: possibilidades interdisciplinares**

A noção de esferas da atividade humana é apresentada ao longo da obra do Círculo de Bakhtin e, tal como outros conceitos elaborados pelo grupo, não é apreendida com a leitura de um único texto, mas a partir do conjunto da obra. Para melhor compreendermos a acepção bakhtiniana acerca de esfera, é preciso retomar algumas considerações feitas na primeira parte deste capítulo em relação à crítica de Bakhtin/Volochinov (1999) aos conceitos teóricos do subjetivismo individual e do objetivismo abstrato. Enquanto a primeira explicava a linguagem como um ato psicofisiológico (desconsiderava o sistema), a segunda compreendia a língua como um sistema fechado de formas lingüísticas (desconsiderava o sujeito). As críticas se assentam no caráter monológico que a linguagem adquire em qualquer uma das concepções.

O caráter dialógico da língua, como vimos, é adquirido na interação social de sujeitos que se constroem pelos seus enunciados. O princípio de dialogismo atribuído à linguagem

(...) possui em seu escopo uma abordagem social que lhe é própria, um ‘compartilhar com o outro’ que exclui qualquer possibilidade de abordagem individualista ou mecânica, pois tal princípio se constitui na língua como processo interacional, um fenômeno social, realizado na enunciação. Por conseguinte, tratar do dialogismo é, por um lado, descartar qualquer possibilidade de limitação e redução de sentidos e, por outro, é preservar as ressonâncias de outros ditos, já-ditos, presumidos e/ou não-ditos na linguagem (Di Fantí, 2004, p.33).

Interessante observar que essa linha de pensamento, de tratar a língua como fenômeno social, se mostra em plena sintonia quando Bakhtin trata mais amiúde dos gêneros do discurso e os considera não como algo estático, visto que estão inseridos intrinsecamente às esferas da atividade humana. Faraco (2006) nos remete a esse viés

dinâmico da produção, ao considerar que a teoria do Círculo aponta para uma “estreita correlação entre os tipos de enunciados (gêneros) e suas funções na interação socioverbal; entre os tipos e o que fazemos com eles no interior de uma determinada atividade social”.

Ao elencar as características das esferas as quais Bakhtin se refere, Faraco observa o vínculo orgânico entre a utilização da linguagem e a atividade humana, vínculo este que seria o ponto de partida dos estudos de Bakhtin. Todas as esferas estão sempre relacionadas com a utilização da linguagem, na forma de enunciados, os quais são constitutivos e intrínsecos às esferas.

Se quisermos estudar o dizer, é preciso remetermos a uma ou a outra esfera, ao tipo de atividade em que os participantes estão envolvidos, assim como é necessário focar os tipos de dizer que são produzidos, circulam e evoluem no interior de uma esfera, para que possamos estudá-la, pois os tipos de dizer (gêneros do discurso) são constitutivos das atividades humanas.

(...) para Bakhtin, gêneros dos discursos e atividade são mutuamente constitutivos. Em outras palavras, o pressuposto básico da elaboração de Bakhtin é que o agir humano não se dá independente da interação; nem o dizer fora do agir. Numa síntese, podemos afirmar que, nesta teoria, estipulase que falamos por meio de gêneros no interior de determinada esfera da atividade humana. Falar não é, portanto, apenas atualizar um código gramatical num vazio, mas moldar o nosso dizer às formas de um gênero no interior de uma atividade (Faraco, 2006, p.112).

A proposta de Bakhtin em caracterizar o espaço onde os enunciados são produzidos passa longe de uma tentativa de *limitar* os tipos de dizer em gêneros do discurso e, conseqüentemente, *encaixotá-los* em esferas. Seria um contra-senso em pelo menos dois aspectos: primeiro, pelo teor das críticas feitas às correntes teóricas vigentes a sua época e, segundo, por considerar a língua numa dimensão social e, portanto, viva e sujeita a transformações. Para tanto, Bakhtin caracteriza os enunciados como relativamente estáveis, numa articulação entre uma maleabilidade que comporta o reiterável e uma estabilidade que abarca o novo.

Seguindo essa perspectiva, Grillo (2006) sustenta que, da forma como são entendidas por Bakhtin, as esferas dão conta da realidade plural da atividade humana, as quais teriam como base comum a linguagem verbal humana. Ela considera essa diversidade como condição para o “modo de apreensão e transmissão do discurso

alheio, bem como da caracterização dos enunciados e de seus gêneros” (Grillo, 2006, p.147).

Talvez esteja aí um dos grandes diferenciais da teoria bakhtiniana. Ao colocar a idéia de relativa estabilidade, Bakhtin antecipa e oferece uma solução para o debate de que as atividades humanas não seriam previsíveis por modelos pré-existentes, nem seriam totalmente casuais. Essa perspectiva, de relativizar o estável, por um lado resolve o risco de minimizar a heterogeneidade dos domínios de produção humana, mas, por outro, dificulta o trabalho de análise. No entanto, e na mesma perspectiva de que há uma certa estabilidade, Bakhtin também possibilita que se reconheça as similaridades dos dizeres no interior de cada esfera. É a essa estabilidade, as recorrências em cada gênero, que devemos nos remeter para apreender os elementos organizadores das esferas, sem desconsiderar a dinamicidade das produções humanas.

A questão de haver um espaço social dinâmico que, em função e em consonância com as atividades nele desenvolvidas, concentra formas relativamente estáveis de dizer é basilar para o conceito de gêneros do discurso, mas também para inserir no centro da discussão a linguagem e o indivíduo. Nesse ponto, considerando que a linguagem se concretiza a partir da interação dos indivíduos, as concepções de Bakhtin acerca de esfera se aproximam dos conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1997, 2001, 2009) sobre campo social.

Tal como os integrantes do Círculo de Bakhtin contestaram as linhas de pensamento que desconsideravam o social, Bourdieu se contrapõe a uma concepção da língua e da sociedade como sistema sem sujeito. A proposta de articulação entre conceitos de tais estudiosos não significa o desconhecimento de diferenças entre as duas teorias. Primeiramente em função do objeto de cada estudo: Bakhtin apresenta a linguagem numa perspectiva filosófica, enquanto Bourdieu trata das relações sociais numa perspectiva sociológica. Em segundo, a época em que cada estudo foi desenvolvido: as principais produções do Círculo surgiram na primeira metade do século XX, enquanto Bourdieu produziu seus textos a partir da década de 1960.

No contexto desta pesquisa, qual seja o estudo da mídia e suas performances a partir de um panorama discursivo, cumpre realizar a distinção entre a compreensão e o papel atribuído à língua na comunicação humana pelos dois teóricos. Grillo (2006) afirma que as duas obras se distanciam de forma irremediável neste ponto, pois enquanto o Círculo entende o sistema lingüístico, em sua dinamicidade, como um

componente do discurso, constituindo uma ordem própria de coerções, Bourdieu concebe a língua como “um produto ideológico” que segue “uma lógica estritamente sociológica”. Em consonância com os pressupostos teóricos deste trabalho, nesse aspecto, aderimos à perspectiva bakhtiniana da língua como aspecto constitutivo e específico da interação social.

O distanciamento das duas teorias ao tratarem das especificidades de cada objeto, no entanto, não inviabiliza a reflexão epistêmica entre os pensamentos de Bakhtin e Bourdieu. Ambos os autores repudiam as correntes teóricas vigentes (subjativismo individualista e objetivismo abstrato) e focalizam no estatuto social das ciências humanas. Em função dessa aproximação, buscamos em Bourdieu as noções de campo social e, posteriormente, poder simbólico, que parecem coerentes com os objetivos deste trabalho e auxiliam para a compreensão do objeto em estudo, sem entrar em contradição com os pressupostos bakhtinianos.

Grillo (2006) entende que os conceitos de esfera e de campo “dão conta de um conjunto de fenômenos sociais” (p.134). Esse cruzamento é coerente por que os dois teóricos, além de questionarem as mesmas correntes de pensamento,

(...) partiram de um terreno comum: a constituição sócio-histórica do sujeito agente que não é um produto de um determinismo mecânico da estrutura, mas também não é uma individualidade autoconsciente e livre de coerções. Por fim, os dois autores elaboraram suas teorias numa dialética entre, de um lado, o contexto socioideológico do campo intelectual e, de outro, a compreensão da natureza do seu objeto de estudo (Grillo, 2006, p.142).

Consideramos as reflexões de Grillo a respeito da obra de Bourdieu e do Círculo de grande valia para empreender uma articulação entre aspectos das teorias desses dois autores. Assim, sem desconsiderar as especificidades de cada trabalho e as ressalvas referentes à concepção de língua para Bourdieu, passamos ao detalhamento de alguns conceitos desenvolvidos pelo sociólogo francês, os quais poderão contribuir para a construção deste trabalho.

### **1.2.1 Campo social: um espaço de tensões**

Ao trilharem caminhos diferentes, a fim de darem conta das especificidades de seus objetos, Bakhtin e Bourdieu desenvolveram noções que podem ser articuladas de forma complementar. Conforme Grillo (2006), Bakhtin não se ocupou em aprofundar o

conceito de esfera<sup>5</sup>, tendo sua atenção voltada para os estudos da linguagem, com especial olhar para a literatura, enquanto Bourdieu, numa perspectiva sociológica, conceitua os campos da atividade humana assim como fornece vasto material para a compreensão das relações sociais que ocorrem nestes espaços.

É válido destacar que Bakhtin não desconsiderou a importância do campo para a compreensão dos gêneros discursivos, tanto que atribui a dificuldade de classificá-los à ausência (na época) de estudos que tratassem dos gêneros por campo de atividade. Apesar de não se aprofundar, mas sempre o tê-lo no horizonte de suas reflexões, o teórico russo diz que o campo é um espaço de refração, como vimos na primeira parte deste estudo.

Nesse aspecto, a compreensão de campo para Bourdieu é condizente com a noção de Bakhtin. O sociólogo francês considera que é a capacidade de refratar ou retraduzir as demandas externas, sobretudo as de ordem política e econômica, que confere maior ou menor autonomia a um campo. Bourdieu define o espaço social como um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos.

Bourdieu (2009), ao defender que o campo social é “construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado” (p.133), lança mão de um princípio de apreensão relacional do mundo. Significa que a posição dos agentes é reconhecida a partir das relações objetivas que empreendem com outros, isto é, os indivíduos coexistem na e pela diferença. Não é uma questão de negar a diferenciação social, mas admitir que as relações se estabelecem nos espaços sociais, onde se estruturam e distribuem as formas de poder.

Descrito por Bourdieu como um espaço de relações objetivas, o campo social também é um lugar de lutas, de disputas, e os agentes que ali interagem assumem posições. Ele reforça essa idéia ao dizer que esse espaço social pode ser considerado como, simultaneamente, “um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvido, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura

---

<sup>5</sup> Até o momento, por uma questão metodológica e para uma melhor compreensão dos conceitos, designamos “esfera” quando nos referíamos aos estudos de Bakhtin e “campo” quando convocávamos reflexões de Bourdieu. A fim de entrar em consonância com a tradução de 2003 de *Estética da Criação Verbal*, na qual foi utilizado o termo “campo”, a partir desta seção passaremos a utilizar tais designações como equivalentes. Essas noções, no entanto, se consideradas as abordagens de Bakhtin e Bourdieu, são compreendidas nesta pesquisa como complementares, tendo suas especificidades, como as ressalvas já feitas sobre o entendimento de Bourdieu no que tange à importância da língua.

do campo de forças” (Bourdieu, 2001, p.50). Tais embates desempenham papel importante na conservação ou na transformação da estrutura do campo.

Como um lugar de disputa, esse espaço social é marcado pela necessidade constante de ajustamento. Significa que os indivíduos, ao interagirem, mostram suas identidades e diferenças e, numa luta simbólica, buscam imprimir e fazer valer suas crenças. De forma sucinta, Grillo (2006) explica que os agentes assumem posições segundo quatro coerções:

(...) a relação com o *habitus*, ou seja, as disposições incorporadas sob a forma de modos de agir, preferências, gostos, capacidade de compreensão das regras do jogo, etc.; o capital simbólico, decorrente da posição ocupada no campo e do conseqüente reconhecimento pelos pares; o capital econômico, proveniente sobretudo da herança e da renda; e as possibilidades e as impossibilidades oferecidas por um campo aos seus agentes, segundo as disposições por ele incorporadas (Grillo, 2006, p.149).

Para efeito deste estudo, avançamos na compreensão de Bourdieu (2009) a respeito de capital simbólico, descrito como o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção. Trata-se, então, do reconhecimento de qualquer um dos poderes, capitais, que os agentes detêm. Parece-nos que aqui Bourdieu toca numa questão primordial da subjetividade, a forma como é apreendida a percepção do mundo pelos agentes. Tal como os espaços sociais são marcados pelas lutas, a capacidade de intervir na percepção do mundo social também é objeto de disputas. Assim, passamos para a próxima seção, onde trataremos desse complexo poder, o de fazer valer nossas crenças.

### **1.2.2 O poder de fazer crer**

A capacidade de fazer prevalecer uma opinião e não outra parece ser o grande desafio dos agentes que buscam reconhecimento dentro e, até mesmo, fora do campo social em que estão inseridos. Esse talento de fazer crer, de impor nossas crenças, é descrito por Bourdieu (2009) como poder simbólico, o qual pode conferir um dos capitais mais valorizados na sociedade contemporânea: o capital simbólico.

É poder simbólico enquanto capacidade de influenciar, de tornar o dito como verdadeiro, mesmo que este seja um fragmento. Essa perspectiva é o que nos interessa aqui. Bourdieu diz que o poder simbólico é:

(...) poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 2009, p.14).

Esse reconhecimento tem relação estreita com o que o sociólogo chama de categorias de apreensão da percepção do mundo. Interessante destacar que essas categorias estão ancoradas no seio da lingüística, isto é, a capacidade, o poder gerativo de *nomear* as coisas. Bourdieu (2009), ao apresentar a noção de poder simbólico, se aproxima mais uma vez dos estudos sobre a linguagem, mais precisamente do discurso, quando discorre sobre como se legitima esse poder: “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu, 2009, p.15).

Assim, se o poder das palavras é essencial para a interação e as disputas nesse mundo social não estão circunscritas às palavras, significa que há algo além do que nos mostra a lingüística estruturalista. Estamos falando, portanto, da representação discursiva das coisas, da forma como podem ser percebidas, das linguagens, dos discursos. Significa dizer que na sociedade contemporânea a visão de mundo é constituída por universos simbólicos de tal forma que não há compreensão das estruturas sociais sem uma prévia análise ou consideração sistemática das estruturas simbólicas, dos capitais simbólicos. O tema poder simbólico não se esgota aqui, pois recorreremos a ele para dar suporte a algumas de nossas reflexões sobre a esfera midiática.

Nesta parte, apresentamos algumas considerações acerca dos espaços sociais de produção humana, nos quais os indivíduos ocupam uma posição relacional do mundo, num ambiente de disputas e conflitos. Cremos que as noções da sociologia contribuem em muito para nosso trabalho, no tocante à compreensão de que o mundo contemporâneo é marcado por lutas simbólicas, por um jogo de fazer valer crenças, de constantes ajustamentos. É assim que a figura de um sujeito “expressivo e falante” (Bakhtin, 2003) envolvido num dinâmico espaço de produção humana nos remete aos estudos da atividade profissional, numa interlocução entre a teoria dialógica do discurso e a ergologia, tema da próxima seção.

### 1.3 Estudos do trabalho: abordagem ergológica

Tal como a articulação empreendida entre os pressupostos do Círculo de Bakhtin e as noções desenvolvidas no campo da sociologia, apresentamos nesta seção uma interlocução entre conceitos oriundos de diferentes universos de estudo, o que nos parece pertinente para o escopo teórico desta pesquisa. É assim que, partindo da compreensão de um sujeito que ocupa uma posição responsiva ativa frente ao seu mundo, que mostra suas posições axiológicas por meio da linguagem e que, além disso, está sempre posicionado em campos sociais marcados por lutas simbólicas, propusemos um diálogo entre as concepções de linguagem e de trabalho.

Para tanto, buscamos os estudos realizados por pesquisadores vinculados a *Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail* (APST) da Université de Provence (Aix-Marseille I). Entre as reflexões desenvolvidas pelo grupo, destacamos a proposta da ergologia, apresentada pelo filósofo Yves Schwartz (1994, 2003, 2006), que busca uma abordagem especializada da análise do trabalho, com vistas à valorização do humano nas trocas laborais. Ou seja, é uma concepção comprometida com características do trabalho no que tange às dimensões éticas e históricas dos saberes presentes nas atividades humanas (Schwartz, 1994, 2003, 2006; Schwartz e Durrive, 2007).

Essa abordagem se mostra como um caminho inverso ao trilhado pelas formas racionalizadas de trabalho que o modelo taylorista difundiu pelo mundo no período pós-guerra, até entrar em declínio nos anos 80 (Schwartz, 2006). O termo refere-se a Frederick Taylor e ao método por ele criado de simplificação das relações de produção. Muito mais do que proporcionar ganhos econômicos para a civilização no início do século XX, o período taylorista trouxe à tona questionamentos sobre a forma mecanicista como era encarada a “força de trabalho” humana, devido ao fato de não dar espaço para a contribuição intelectual do trabalhador. Isso podia ser observado no modo como as relações laborais eram regidas: os gerentes elaboravam as regras e os empregados apenas as cumpriam. O ser humano era visto como mero executor de tarefas, uma simples engrenagem da organização.

O sistema taylorista considerava o trabalho a partir da perspectiva dos gestores, sem deixar espaço para a contribuição intelectual do trabalhador, pois, nesse modelo, falar significava perda de tempo. O sucesso dessa idéia sobre a relação linguagem/trabalho pode ser atribuído ao tipo de trabalho desenvolvido nas linhas de

montagem idealizadas por Henry Ford (da indústria automobilística Ford), onde se preconizava o controle de tempo e ritmo de trabalho. “O taylorismo desenvolveu uma visão de linguagem segundo a qual falar e trabalhar são atividades antagônicas, a fala é vista apenas em seu aspecto lúdico e, portanto, é improdutiva, faz perder tempo e retarda a automatização do gesto” (Souza-e-Silva, 2005, p.8). Esse paradigma foi contestado com o surgimento de novas teorias de análise do trabalho. A começar pela ergonomia da atividade e, posteriormente, pela ergologia.

### 1.3.1 Atividade de trabalho

A ergonomia da atividade<sup>6</sup>, que, sob a ótica etimológica pode ser entendida como a ciência do trabalho, tem como foco a atividade de trabalho numa perspectiva humanizada, dinâmica e heterogênea. Dentre as contribuições que essa abordagem, também chamada de ergonomia situada, trouxe aos estudos do trabalho, podemos destacar o reconhecimento da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Ou seja, busca-se uma problematização do trabalho real, considerando-o não como uma execução do prescrito, mas mostrando, a partir de análises concretas, a distância entre o prescrito e o real.

Significa dizer que o indivíduo responde às prescrições gestoras com uma atividade real não de forma mecânica, mas pela capacidade de transformar. Por mais que uma atividade seja planejada para evitar a reelaboração, o trabalhador não se restringe a executar tarefas, visto que, em sua prática profissional, sempre faz algo diferente, singular. As regras que norteiam uma atividade laboral não são, no entanto, descartadas. Não podem ser consideradas externas, pois fazem parte da organização do trabalho.

Se as prescrições estão na origem das atividades, as atividades delas se afastam porque a realização efetiva visa a uma eficácia particular em contexto, a um trabalho de reelaboração daquilo que é preciso fazer, daquilo que há a fazer em determinada situação. A abordagem ergonômica considera que a ação é simultaneamente uma resposta às prescrições, mas também uma questão a elas endereçada (Souza-e-Silva, 2003, p.345).

---

<sup>6</sup> Os estudos franceses sobre a ergonomia percorreram um trajeto diferente daquele empreendido na Inglaterra, país onde foi desenvolvida uma possibilidade de amenizar os esforços físicos em situações extremas. Na França, o foco ficou sobre as especificidades do trabalho em relação ao humano (Di Fanti, 2004).

Essa concepção nos remete ao princípio dialógico da linguagem, em que o sujeito se responsabiliza pela sua expressão, direcionando seu dizer aos discursos anteriores (os já ditos) e às possíveis respostas (a ser dito). Segundo Souza-e-Silva (2003), a crítica tecida por Bakhtin às ciências da linguagem, em relação à compreensão de uma dicotomia língua prescrita / fala real, é heurística para as ciências do trabalho. É a partir da linguagem, em sua propriedade de interação verbal, que a noção de gênero do discurso é considerada para compor o escopo conceitual de gêneros da atividade.

No entendimento do lingüista Daniel Faïta (2002, 2004, 2007), os gêneros da atividade carregam uma memória discursiva, formas próprias de cada coletivo de trabalho, característica que permite aos indivíduos apreenderem os conhecimentos pré-estabelecidos de suas atividades. Esse estatuto de relativa estabilidade contribui para uma economia da ação, pois trata daquilo que o trabalhador já conhece, permitindo, a partir desse dado, reelaborar seu fazer (Souza-e-Silva, 2003, 2005). É nesse sentido que o filósofo Yves Schwartz (1994, 2003, 2006), ao conceituar a ergologia, não descarta as prescrições do trabalho, mas sobretudo as redefine como normas antecedentes, as quais, embora mantenham a mesma natureza das prescrições, não se limitam a elas.

A abordagem ergológica dá um passo à frente aos estudos da ergonomia situada ao propor a análise do trabalho vivo a partir de um conjunto de várias disciplinas (filosofia, lingüística, ergonomia, sociologia e economia), as quais oferecem subsídios para as pesquisas que têm como preocupação a valorização do conhecimento de cada trabalhador. É assim que compreendemos a atividade de trabalho: lugar de se fazer história na medida em que o ser humano, tratando daquilo que não é antecipável, realimenta e transforma as configurações culturais e sociais. As concepções da ergologia sobre norma antecedente e renormalização nos interessam sobretudo por considerarmos que a atividade do jornalista é normatizada nos manuais de redação e guias de ética e estilo, o que não impede a contribuição do profissional frente a diferentes situações de trabalho.

### **1.3.2 Norma e renormalização**

O conceito de trabalho, na abordagem ergológica, é compreendido a partir da concepção de atividade industriosa, um permanente debate de normas. Essa noção amplia o que até então era proposto pela ergonomia: a diferença entre trabalho prescrito e trabalho real. A ergologia considera a atitude do sujeito em renormatizar o meio de

vida e o meio de trabalho como uma tendência inerente ao ser humano. Assim, as normas antecedentes são importantes e podem orientar, em parte, o que vai ser produzido no “vivo da atividade”; entretanto, não pré-definem o real do trabalho, já que a história da atividade é sempre inacabada e lacunar.

Tal concepção é amplamente explorada, diríamos que até mesmo amplificada pelos estudos da ergologia, tal como é defendido por Schwartz ao falar da importância de se “fazer circular, fazer esse vai-e-vem entre a riqueza dos saberes envolvendo as normas antecedentes – que estão na nossa vida, no social e no trabalho – e tudo que será recriado pela atividade” (Schwartz, 2006, p.461). É assim que se obtém a contribuição ímpar do trabalhador, que ao renormatizar produz sempre, em parte, uma situação singular.

Ao subverter<sup>7</sup> as normas, o trabalhador se mostra, na atividade de trabalho, como “fabricante” de história, com capacidade de (re)questionar e (re)combinar os saberes, (re)elaborando em permanência novas tarefas para o conhecimento. São consideradas aí as diferentes dimensões que constituem o trabalhador, como saberes, experiências, projetos, preocupações e anseios.

Se este concentrado de história é sempre, por uma parte, inacabado, lacunar, isto significa que a história se re-escreve em permanência, que novas normas de construção de saberes, de construção do social, “renormalizações” incessantes reaparecem em todos os lugares onde os grupos humanos se mobilizam para produzir. (Schwartz, 2003, p.24)

Considerando essas observações, Schwartz (1994, 2003, 2006) propõe que se observe o debate entre normas antecedentes (objetivos, planejamentos) e renormalizações (o trabalho vivo) para o entendimento de características da atividade. Nesse debate, ocorrem subversões das normas, momento em que cada um, na relação incessante com o outro, preenche lacunas e “faz história”. Ao renormalizar, o trabalhador tem uma relativa possibilidade de fazer escolhas, as quais serão mais ou menos engenhosas e criativas, dependendo das experiências e saberes anteriores. Segundo Schwartz (2003), os saberes estão na dependência dos debates de normas, que, inseridos na história que se faz no dia-a-dia, não podem se desenvolver na neutralidade, assim como o trabalhador não pode ser neutro quando faz a própria história. Trata-se de

---

<sup>7</sup> Subversão, para a abordagem ergológica, não carrega o peso negativo observado no senso comum. Ao contrário, o sujeito fazedor de história, que mantém uma posição responsiva, mostra sua inscrição diante de seu mundo ao subverter as normas antecedentes.

um ato único a (re)significação das normas, o preenchimento das lacunas com o heterogêneo saber.

É justamente nesse debate que se pode perceber a atividade de trabalho como lugar de se fazer história, na medida em que o ser humano, tratando daquilo que não é antecipável, subverte as normas, chegando a transformar as configurações culturais e sociais, o que nos remete à esfera midiática. Para tanto, retomaremos as noções propostas pela abordagem ergológica no capítulo seguinte, sobre a mídia, no tópico que abrange os aspectos da atividade jornalística.

## 2 ESFERA MIDIÁTICA

Passamos agora a observar mais atentamente um campo que no último século ocupou espaço marcante na vida social. Trata-se da esfera midiática, que se apresenta como uma das novas formas de interação, determinadas por mudanças que conferiram aos aparatos tecnológicos alto grau de adesão e ajustamento ao tecido social. Tais mudanças alteraram o status da comunicação de massa e despertaram o interesse de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento humano, que buscam compreender esse novo espaço de mediação dos assuntos da esfera pública: o fenômeno da mídia. Vale lembrar que um dos maiores desafios dos pesquisadores que se propõem a estudar o fenômeno midiático, ainda hoje, é a dificuldade de mensurar ou, pelo menos, compreender a importância e a influência da mídia na sociedade contemporânea.

O termo “meios de comunicação de massa” passou a ser empregado no início do século passado para designar o rádio, o cinema e os jornais de grande circulação, em substituição à idéia inicial dos teóricos da área, que os compreendiam como “meios de comunicação coletiva”. Coletiva porque o ato de comunicação protagonizado por esses meios se diferenciava do que até então se conhecia, ou seja, era muito diferente de comunicação intrapessoal, comunicação interpessoal, comunicação de grupo etc. A multiplicação seriada de informes logo mostrou que não se tratava simplesmente de uma comunicação coletiva (a comunicação de um grande grupo), daí a necessidade de uma nova designação (massa), numa tentativa de distinguir um fenômeno comunicacional sem precedentes.

Marilena Chauí (2006) explica que nos primeiros estudos sobre comunicação de massa, escritos em língua inglesa, foi empregado o termo em latim *mass media* (meios de massa). A pronúncia, em inglês, do latim *media* é “mídia”, palavra que passou a ser empregada no Brasil, numa apropriação da terminologia. Importante dizer que o jargão mídia, entretanto, ganhou novo significado com o passar dos anos, abrangendo outros tantos meios, além daqueles que compreendem os meios de comunicação de massa tradicionais (jornal, rádio e televisão).

São reflexões sobre esse espaço e a importância adquirida nos últimos tempos que desenvolvemos neste capítulo. Na primeira seção, intitulada *Mass media: um espaço de mediação*, trazemos para debate alguns dos aspectos mais marcantes da mídia, como a intervenção tecnológica, a distância entre a esfera de produção e recepção e, talvez a mais contundente, a mediação que se dá na produção da mensagem.

Em outras palavras, os produtos da mídia, a rigor, são uma versão dos fatos elaborada pelos profissionais da área. Esta primeira seção está subdivida em duas outras, as quais tratam sobre *Um campo instituidor de sentidos* e *Peculiaridades da mídia*.

Na segunda seção, passamos a perscrutar mais detalhadamente uma das esferas que se engendra no campo midiático. Trata-se do jornalismo, que tem como característica basilar trabalhar com fatos da atualidade que interfiram no cotidiano social. Esta parte – *A esfera jornalística: um espaço de encenações* – traz ainda duas subseções: *Estratégias discursivas na enunciação jornalística* e *Efeito de objetividade e atividade jornalística*. A última parte traz alguns aspectos pertinentes à atividade jornalística, principalmente no tocante às crenças que norteiam o trabalho dos profissionais que se ocupam com a produção das notícias.

Salientamos que as reflexões feitas aqui, a partir de estudos realizados por pesquisadores da área de comunicação social, são apresentadas no intuito de uma articulação (complementar) com os conceitos da teoria bakhtiniana, no que se refere, principalmente, a compreensão da linguagem como fruto de uma interação social. Ou seja, os discursos produzidos na esfera jornalística são produções discursivas situadas histórica e socialmente, a partir de um permanente movimento de relações dialógicas com outros discursos em diferentes direções, garantindo a dinamicidade de sentidos.

## **2.1 *Mass media*: um espaço de mediação**

Em linhas gerais, os meios de comunicação de massa podem ser caracterizados como “objetos tecnológicos capazes de transmitir a mesma informação para um vasto público ou para a massa” (Chauí, 2006, p.35). Estamos falando, então, de uma comunicação mediada, a qual se distingue da comunicação interpessoal, pois há intervenção tecnológica. Esta seria uma característica marcante desses meios, mas não a única.

O crescimento dos *mass media* tem relação estreita com as transformações vivenciadas pela sociedade nos dois últimos séculos. As mudanças nos cenários econômico (e, conseqüentemente, tecnológico) político e social criaram uma conjuntura favorável para o desenvolvimento dos meios de massa. Segundo Beltrão/Quirino (1986), a revolução tecnológica do século XX provocou mudanças na própria natureza

humana e na vida social, principalmente com o surgimento de um grande mercado consumidor, terra fértil para o avanço das mídias.

Nesse ‘admirável mundo novo’, a principal trama da vida social, como o advertiu Wirth, é a comunicação de massa. É ela a força que, fornecendo idéias e informações de acordo com a identidade de valores dos grupos diferenciados e dispersos que constituem a sociedade, e dando curso a diferentes pontos de vista, fomenta os interesses comuns, ora criando, ora desintegrando solidariedades sociais (Beltrão/Quirino, 1986, p.55).

Essa posição central, no entanto, jamais seria conquistada se não houvesse, paralelamente ao desenvolvimento da sociedade, uma evolução naquilo que Beltrão/Quirino (1986) descreve como a “natureza do processo comunicacional”, até então artesanal e horizontal. Isto é, os meios de massa assumem um caráter industrial e vertical que o processo civilizatório contemporâneo reclamava. Essa nova indústria se ocupa em produzir e distribuir produtos culturais padronizados num sistema de produção em série, o que requer vultosos aportes econômicos, técnicas variadas e profissionais especializados de diferentes áreas do conhecimento humano e, principalmente, planejamento. Essa organização atenta para questões de ordem administrativa e econômica, com vistas ao funcionamento regular e lucrativo da atividade.

Em relação ao caráter vertical da comunicação de massa, Beltrão/Quirino salienta que ao utilizar práticas industriais, naturalmente, se impôs uma verticalidade no processo comunicacional. O comunicador lança mão de um conjunto de operações eminentemente técnicas e se dirige a um receptor massivo<sup>8</sup>, denominado audiência (são os leitores, telespectadores, ouvintes e, mais recentemente, os internautas). Essa audiência é anônima, no sentido de não se saber objetivamente idade, sexo, grau de instrução (apenas tem-se dados estatísticos), e dispersa, pois não está reunida como uma multidão, podendo ser uma pessoa isolada ou grupos, nos mais diversos locais. É assim que as mídias idealizam, ao produzir seus discursos, um tipo-padrão de receptor.

A comunicação é realizada através de meios tecnológicos com capacidade de alcançar esse vasto público, onipresente e sem lugar fixo, que é a massa. No entanto, o

---

<sup>8</sup> Algumas denominações utilizadas neste capítulo e os sentidos que podem ser depreendidos delas (massivo, mensagem, receptor, emissor, resposta) parecem em contradição aos pressupostos teóricos em que nos ancoramos, tal como apresentado no primeiro capítulo. Adotamos essa terminologia por uma questão de fidelidade às obras consultadas e por compreendermos que, no contexto e apreciação deste trabalho, as idéias dos autores consultados ajudam a desvendar a operação das mídias, mas não necessariamente iluminam de todo a complexa compreensão do fenômeno que se dá entre emissor e receptor. Na seqüência do trabalho, não nos furtamos em explicar e apresentar as designações que nos parecem mais coerentes.

caráter vertical da comunicação massiva não se refere somente à utilização de aparatos técnicos para atingir esse receptor massivo, mas, principalmente, à impossibilidade de conhecer o retorno dessa audiência como um todo<sup>9</sup>.

(...) entendemos como comunicação de massa, o processo industrializado de produção e distribuição oportuna de mensagens culturais em códigos de acesso e domínio coletivo, por meio de veículos mecânicos (elétricos/eletrônicos), aos vastos públicos que constituem a massa social, visando a informá-la, educá-la, entretê-la ou persuadi-la, desse modo promovendo a integração individual e coletiva na realização do bem-estar da comunidade (Beltrão/Quirino, 1986, p.57).

Os meios de comunicação de massa ou o fenômeno por eles protagonizado (a comunicação de massa) são questões centrais de publicações de pesquisadores das mais diferentes áreas. A mediação tecnológica e a impossibilidade de identificar uma resposta da massa parecem ser temas recorrentes nos estudos sobre os *mass media*. Essas duas questões estão presentes no trabalho de Alsina (2001) que propõe, em função da crescente ocupação, por parte da mídia, dos espaços na esfera das mediações sociais, passar a falar de *comunicação mediada* no lugar de *comunicação de massa*. Alsina concorda que a intervenção tecnológica é uma das características mais representativas do fenômeno midiático, mas se ater a somente esse quesito é insuficiente para distinguir e caracterizar a mediação realizada pelos meios. Ele enumera, então, cinco características básicas, sendo que o aparato tecnológico, já explicado, é a primeira delas.

A segunda característica seria o fato de o comunicador se manifestar em duas instâncias. Por um lado, o sujeito da enunciação individual (abrangendo desde os próprios colaboradores anônimos até as estrelas do rádio). Por outro lado, um sujeito da enunciação coletiva, que seria a própria empresa de comunicação, construindo, assim, uma imagem de si mesma. O terceiro item elencado também tem relação com o comunicador: trata-se da comunicação mediada não somente por conta de ser tecnologicamente mediada, mas por haver também uma mediação que se dá na produção do discurso.

*Este sujeto de la producción enunciativa no utiliza el medio sólo como un transmisor, como simplemente un canal, sino como constructor de un discurso a partir, entre otros discursos, del discurso del sujeto de la*

---

<sup>9</sup> A impossibilidade de apreender a “resposta” das massas é tema recorrente nas obras de pesquisadores da comunicação. Apresentamos, por enquanto, as idéias de alguns desses estudiosos sem fazer ressalvas, pois são válidas para este trabalho. Mas, ainda nesta seção, retornamos ao tema para apresentar a nossa compreensão sobre o público-alvo dos meios de massa.

*enunciación. Es decir que hay una gramática de la producción. Esto diferenciaría una teleconferencia con un plano fijo, en la que no se manifestaría este sujeto de la producción enunciativa, de un programa habitual de televisión en el que se dirige la mirada del espectador (Rodrigo Alsina, 2001, p.61).*

Em quarto lugar, o teórico espanhol caracteriza a comunicação mediada como algo que se dá num “*tempo e/ou espaço plusmediático*”. Este lugar “*no es un territorio al margen del resto de la vida social de cada uno, sí que es un espacio virtual añadido (...) y por tanto es un plus*” (Gómez Mompart apud Rodrigo Alsina, 2001, p.61). Ou seja, é quase como uma extensão, algo agregado à vida social, que possibilita ‘ir’ sem efetivamente ‘estar’ em outros espaços. Essa característica é mais palpável nos meios que trabalham com informação visual, na televisão, principalmente, pois permite perceber os múltiplos tempos (distintos e concorrentes) existentes numa escala mundial.

O quinto e último item trata da separação que ocorre na comunicação mediada entre os sistemas de produção e recepção. Juntamente com a intervenção tecnológica, o distanciamento entre emissor e receptor, em que o emissor perde referências objetivas a quem se dirige e seus retornos, compõem as duas características mais citadas nos estudos sobre a comunicação mediada. Assim como define Beltrão/Quirino (1986), ao falar sobre o caráter vertical da comunicação massiva, Rodrigo Alsina (2001) compreende que a produção dos *mass media* está relacionada ao processo industrial, que também se ocupa da distribuição desses conteúdos (selecionados a partir de uma lógica comercial) a um público amplo. Esse distanciamento faz com que os meios de comunicação tenham poucas possibilidades de acompanhar a interpretação de seus produtos, a despeito das tentativas feitas com a abertura de espaços específicos para a manifestação do público (votação em internet, carta do leitor, enquetes, entre outros).

Ao apresentarmos a dificuldade em identificar o interlocutor (e suas respostas) na comunicação massiva, não significa, entretanto, que desconsideramos o papel que o público-alvo dessas mensagens desempenha no discurso do sujeito-enunciador. Por se dirigir a um amplo e heterogêneo universo, a apreensão de um retorno se diferencia da comunicação interpessoal, por exemplo, mas isso em nada se refere à compreensão de que o enunciado espera uma réplica, que no discurso está intrínseca a figura de um receptor presumido, independentemente de quem ele seja.

...a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser

substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. (...) Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos ‘a cidade e o mundo’ através do prisma do meio social concreto que nos engloba (Bakhtin/Volochinov, 1999, p.112).

O postulado de Bakhtin nos mostra que o receptor está sempre presente no discurso do sujeito, apesar de não o conhecer ou não vivenciar o momento da recepção desse discurso. Consideramos que há um distanciamento do público que recebe os produtos da mídia, tal como entendido pelos estudiosos da comunicação, mas o afastamento físico e a impossibilidade de monitorar as reações desse público não representam que o discurso produzido pelas mídias não tenha um endereçamento e que os discursos que sucedem não sejam constitutivos do discurso midiático. Trata-se daquilo que Beltrão/Quirino (1986), como já dissemos, considera como “um tipo-padrão de receptor”, idealizado pelas mídias ao produzir seus discursos.

A preocupação com a perda de referências da resposta do receptor, no entanto, é presença marcante na agenda das empresas de comunicação. Primeiro, porque a dificuldade em identificar características desse vasto universo de ‘consumidores’ configura-se como empecilho, uma barreira a ser ultrapassada para a criação de produtos com apelo comercial, vendáveis. Segundo, a concepção do receptor como um tipo-padrão idealizado acarreta em dificuldade para a mensuração da influência da mídia na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, o sucesso comercial das empresas. Em função disso, a mídia, em busca de um *feedback*, depende investimentos em “pesquisa científica de audiência, que lhe proporcionará uma avaliação e lhe servirá de subsídio para o prosseguimento de sua atividade incessante” (Quirino/Beltrão, 1986, p.56).

Ainda sobre a instância de recepção dos discursos da mídia, cremos ser importante fazer algumas considerações sobre a compreensão de receptor massivo dos meios de comunicação de massa, no que tange ao entendimento de “massa” como algo inerte, consumidores passivos e manipulados. Theodor W. Adorno (1978) analisou a natureza e as conseqüências do que denominou como indústria cultural, referindo-se, de maneira geral, às indústrias interessadas na produção em massa e à mercantilização das formas culturais ocasionadas pelo surgimento das indústrias de entretenimento. Segundo o autor, essas empresas, seguindo uma lógica capitalista, padronizaram e racionalizaram as formas culturais, processo que resultou numa atrofia da capacidade de o indivíduo pensar e agir de maneira crítica e autônoma. Ou seja, os sujeitos são

facilmente manipuláveis. Essa visão parece coerente com o termo eleito para nomear o público da indústria cultural: *massa*. Tal designação remete à idéia de algo impreciso, inerte, amorfo e, principalmente, moldável.

A despeito desse conceito, muito aceito por diferentes teóricos da comunicação, que prenuncia o ato de comunicação como algo unilateral e irreversível, encontramos idéias e reflexões que não necessariamente concordam com tais pressupostos. Thompson (2002) ao traçar algumas características dos *mass media* apresenta uma abordagem peculiar em relação ao que se denomina como comunicação de massa. Para ele, a expressão massa passou a ser utilizada em função de que os produtos da mídia são disponibilizados a audiências relativamente amplas. Esse caráter quantitativo, no entanto, perde força se considerarmos que ainda hoje há setores da mídia que mantêm uma audiência restrita e especializada, como é o caso das editoras. O termo massa, então, pode ser compreendido em função de os produtos estarem disponíveis para uma “pluralidade de receptores”.

Tal percepção obscurece o fato de que as mensagens transmitidas pelas indústrias da mídia são recebidas por pessoas específicas, situadas em contextos sócio-históricos específicos. Essas pessoas vêem as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as a outros aspectos de suas vidas (Thompson, 2002, p.287).

A concepção de um público que responde aos discursos dos meios de comunicação também é tema de Beltrão/Quirino (1986), quando fala ser a dificuldade de apreender o retorno da massa uma das características da comunicação vertical. Conforme os autores, a massa, “sem dúvida, reage à mensagem, quer ignorando-a, quer rejeitando-a, quer acatando-a, mas, enquanto tal, não dá a conhecer as suas reações” (p.57). Esta também é a compreensão de Rodrigues (1994) sobre o público dos meios de massa, o qual não é mera peça moldável, pois, mesmo que a “percepção da realidade se ter assim tornado um produto tecnicamente elaborado pelos *media*, cada um de nós continua, no entanto, a interpretá-la no quadro da experiência espontânea da sua própria cultura” (p.27). Rodrigo Alsina (2001) reitera essa compreensão, quando sustenta a capacidade de os indivíduos escolherem os produtos da mídia:

(...) a partir de los años 70, desde la investigación empírica se empieza a postular que los medios de comunicación quizás no puedan hacer cambiar la forma de pensar de la gente, pero sí que tienen efectos cognitivos. Aunque,

*por otro lado, se considera que la audiencia es activa y capaz de seleccionar el uso de los medios según sus necesidades* (Alsina, 2001, p.22).

O entendimento desses teóricos parece-nos muito próximo da proposta apresentada pelo Círculo de Bakhtin, que considera a ativa posição responsiva do ouvinte. Assim, temos a possibilidade de observar um sujeito ativo e propositivo, diferentemente do que as teorias clássicas de comunicação anunciavam. Conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, na visão de Bakhtin (1997, 1998, 2003) e Bakhtin/Volochinov (1999), o processo de comunicação envolve uma participação ativa dos agentes, com suas posições axiológicas marcadas no discurso.

Essa compreensão a respeito de massa, entretanto, não significa que desconsideramos os aspectos industriais dos meios de comunicação de massa. Seria uma visão reducionista, para não dizer ingênuas, se, ao compreendermos o público do *mass media* como co-enunciadores com capacidade de interpretação e elaboração, não considerássemos o comportamento autoritário de quem domina os meios de produção ou pelo menos a recorrente tentativa de manipular.

Sem dúvida que há um jogo comercial, no qual a mídia força a adesão a um determinado comportamento. Essa questão tem relação com a importância do campo midiático no mundo contemporâneo, assim como as peculiaridades de seu funcionamento. Considerando, então, que os meios da comunicação de massa são mediadores das informações que circulam na esfera pública, passamos a perscrutar alguns aspectos desse campo social, inclusive no que tange às relações empreendidas com outros campos.

### **2.1.1 Um campo instituidor de sentidos**

O espaço midiático configura-se como um campo social, na acepção apresentada por Pierre Bourdieu (1997), pois compreendemos que a mídia, apesar de se ocupar dos discursos emanados de outros campos sociais, impregna o discurso midiático com as suas próprias visões de mundo. Nesse sentido, Heberlê (2006) considera que a mídia não se reduz a um campo de passagem, podendo ser considerada como um espaço instituidor de sentidos, já que ao operar com os significados também trabalha com os seus.

Nesse contexto, a mídia<sup>10</sup> desempenha importante papel de mediadora das relações sociais, principalmente por se ocupar e apresentar nas suas produções o discurso de outras esferas da atividade humana que não a sua. É nesse sentido que se pode dizer que estão cada vez mais escassos os ambientes fora da mídia, o que não significa que a esfera midiática tenha dominado ou subsumido os demais campos.

(...) a presença da mídia no cotidiano já é praticamente imperceptível, já faz parte da ambiência cotidiana. O êxito da sua performance está assentado não apenas na possibilidade de mediar, de estabelecer contatos, apresentar os discursos e reabastecerem-se neles mesmos, mas de realizar isso cada vez mais naturalmente (Heberlê, 2006, p.43).

Nessa mesma direção, Adriano Rodrigues (2001) observa que a esfera da comunicação pode ser considerada como um campo que perpassa os demais campos, estabelecendo diferentes mediações. Essa mediação, entretanto, não é realizada aleatoriamente, eis que a esfera midiática institui uma ordem axiológica própria, a dos valores de mediação entre os campos sociais, preenchendo os discursos de sentidos, impondo suas visões de mundo.

Esse poder de revestir os discursos com suas posições e a pressão que exerce sobre os outros campos, num primeiro momento, parecem ser uma imposição dos *mass media*. E o são, mas não significa que seja um poder arbitrário. Afinal, o campo midiático somente tem tal capacidade a partir da legitimação conferida pelos outros campos sociais. Afinal, não existe poder simbólico sem que haja um reconhecimento, a validação por outrem. Assim, o campo midiático tem uma legitimidade

(...) delegada dos restantes campos sociais e que, por conseguinte, está estruturado e funciona segundo os princípios da estratégia de composição dos objetivos e dos interesses dos diferentes campos, quer essa composição prossiga modalidades de cooperação, visando nomeadamente o reforço da força da sua legitimidade, quer prossiga modalidades conflituais, de exacerbação das divergências e dos antagonismos (Rodrigues, 1997, p.152).

Dessa forma podemos falar que a legitimidade do campo midiático é de natureza vicária, ou seja, supre uma das funções que, *a priori*, poderia ser exercida pelos atores dos próprios campos sociais, qual seja a sua função expressiva junto ao espaço público.

---

<sup>10</sup> A parte inicial deste capítulo tratou da mídia como um campo que concentra diversas esferas, desde as que se ocupam do entretenimento até as informativas. A partir de agora, além de apresentar noções gerais sobre o campo midiático, passaremos, concomitantemente, a focar as peculiaridades das mídias de informação, concernentes à esfera jornalística.

Ao delegar às mídias função de mediadora dos assuntos na esfera pública, os campos sociais concedem e reconhecem a legitimidade dos *mass media* como uma instituição de mediação.

Para dar conta da composição dos objetivos e interesses divergentes desse poder delegado, a mídia se fundamenta como um campo “em que as funções expressivas predominam sobre as funções pragmáticas. É o campo em que o dizer prevalece sobre o fazer; a importância destas funções faz com que o discurso assumna na modernidade uma posição central na estruturação do tecido social” (Rodrigues, 1997, p.158). É assim que a mídia, detentora de um poder simbólico, busca instaurar valores nessa mediação (preencher os discursos com as suas próprias posições avaliativas).

Podemos falar de pelos menos três valores de mediação que as *media* tentam instituir: representação, legibilidade e transparência. Os dois primeiros se referem ao poder delegado às mídias de apresentar os discursos de outrem e de torná-los perceptíveis e compreensíveis a um vasto público (a massa). É nesse espaço de valorização que estão as pretensões da mídia à universalidade e à formação de consensos. Em relação à transparência é preciso deixar claro que tal designação é entendida aqui apenas em oposição à postura reservada que os campos sociais assumem diante das suas funções expressivas, àquelas “que dizem respeito à inscrição da sua ordem no espaço público” (Rodrigues, 1997, p.156). Significa dizer que a especificidade simbólica dos campos pode ser definida pela opacidade e pela reserva.

Justamente o oposto do ritual simbólico de visibilidade que prega a esfera midiática. É por esse viés que Rodrigues (1997) nos fala do valor de transparência que as mídias se empenham em instaurar. A delegação de parte de suas funções expressivas à mídia, ou seja, a mediação a que recorrem os campos sociais para tornar público seus temas sacros, os discursos criados para uso externo, não ocorre de forma fortuita, mas a partir de uma articulação entre as lógicas do campo que se apresenta e as lógicas do campo midiático. Há, então, um tipo de negociação regida pelas modalidades de cooperação ou de conflito.

Talvez resida aí o pessimismo percebido nos primeiros escritos de Theodor Adorno (1978), abordado no início deste capítulo, sobre a influência manipuladora da mídia e na proporção que o campo midiático assumiu junto a outros campos. Importância que se assenta não apenas no poder de mediação, mas também na concepção que anteriormente apresentamos, de Rodrigo Alsina (2001), de a mídia se configurar como um espaço plusmidiático da vida moderna, que tem o poder de “nos

permitir”, de forma muito natural, “estar” em vários lugares (ou, melhor dizendo, ter a impressão de “estar”).

Essa capacidade das mídias de nos “transportar”, de nos permitir “vivenciar” outras realidades parece-nos ter outra implicação: a contribuição para a aceleração do tempo. Atributo das sociedades industriais, essa nova relação com o tempo surgiu conforme as sociedades se afastaram do que Guy Debord (1997) denomina como o tempo cíclico imposto pelo modo de produção agrária, determinado pelo ritmo das estações climáticas. A consolidação de uma sociedade industrial destrói com a dependência de um ritmo cíclico, o qual regulava a sobrevivência (em função da produção de alimentos). É assim que o tempo é transformado pela indústria, é acelerado. Aceleração de vínculo estreito com o consumo, pois “o tempo que tem sua base na produção das mercadorias é ele próprio uma mercadoria consumível” (Debord, 1997, p.104).

Por ser consumível, o tempo é um produto valorizado e, conseqüentemente, rentável. Em função disso, a sociedade industrial também se ocupou em facilitar as atividades que despendiam muito tempo, tal como o transporte e o preparo de alimentos (aí estão as sopas instantâneas). Apesar dessas facilidades vivemos num corre-corre desenfreado em busca de tempo para o que Debord denomina como a imagem social do consumo do tempo: o período de descanso, de frear o tempo acelerado, mas que, se esquadrihado, também é um tempo de ritmo intenso, consumível.

(...) momentos de lazer e de férias, momentos representados a *distância* e desejáveis por definição, como toda mercadoria espetacular. Essa mercadoria é explicitamente oferecida como o momento da vida real, cujo retorno cíclico deve ser aguardado. Mas, mesmo nesses momentos concedidos à vida, ainda é o espetáculo que se mostra e se reproduz, atingindo um grau mais intenso. O que foi representado como a vida real revela-se apenas como a vida mais *realmente espetacular* (Debord, 1997, p.106).

Compreendemos que as mídias não impuseram esse modelo, fruto das mudanças estruturais e tecnológicas da sociedade moderna. Porém, há de se considerar que o espaço plusmidiático contribui, em muito, para o sucesso desse sistema. Debord considera esse tempo consumível que vivemos como tempo espetacular, tanto como tempo do consumo das imagens como imagem do consumo do tempo (como no caso das férias). Mas é o tempo do consumo das imagens<sup>11</sup> que nos interessa aqui, pois este

---

<sup>11</sup> O autor parece se referir apenas às imagens que transitam na esfera publicitária. Apesar da compreensão de Guy Debord, optamos por alargar o espectro e abarcar nesse contexto as imagens produzidas nas outras esferas midiáticas. Imagens, em nossa compreensão, são todas as cenas construídas,

seria o elo entre todas as mercadorias, onde “se exercem plenamente os instrumentos do espetáculo, e o objetivo que estes apresentam globalmente, como lugar e como figura central de todos os consumos particulares” (Debord, 1997, p.105)

Se é pelas imagens que se dá a espetacularização das coisas, da representação dessas coisas espetaculares, inevitavelmente estamos falando da esfera midiática, que também sofre a pressão da aceleração do tempo e se vê às voltas com a necessidade de aderir a formatos que atentem para a fluidez do tempo. Isto é, precisa construir uma cena que, a despeito do apelo de outros tantos produtos consumíveis, chame a atenção do consumidor. Esse tema será tratado na seqüência deste capítulo, mas com o foco voltado para a esfera jornalística.

A partir das reflexões nesta seção, consideramos a mídia um campo instituidor de sentidos, tendo sua legitimidade, de instituição de mediação, reconhecida pelos outros campos sociais, que delegam à esfera midiática a função expressiva junto à cena pública<sup>12</sup>. É assim que atentamos para a dimensão simbólica da legitimidade conferida à mídia; dimensão que está no âmbito das inúmeras lógicas que regem o campo midiático. São as peculiaridades da mídia que trataremos a seguir.

### 2.1.2 Peculiaridades da mídia

O papel central atribuído à mídia deve-se em muito à habilidade com que esse campo lida com o poder simbólico, valendo-se desse capital em duas dimensões. Primeiro, por ser uma instância mediadora e se dirigir a um grande público, pode conferir, por meio de seu poder simbólico, reconhecimento a outros que não do seu campo. Num segundo momento, a mídia se vale do próprio capital simbólico, da legitimidade como instituição de mediação, para obter sucesso comercial e a sua sobrevivência como empresa. As dimensões que caracterizam a esfera midiática não funcionam aleatoriamente, pois atendem a diversas lógicas, com destaque para a lógica de mercado e a lógica simbólica.

De um ponto de vista empírico, pode-se dizer que as mídias de informação funcionam segundo uma dupla lógica: uma lógica *econômica*, que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por

---

sejam os vídeos dos telejornais, sejam as páginas dos jornais impressos, as quais, na nossa ótica, também são produzidas para consumo.

<sup>12</sup> Retomaremos ao tema da função das mídias como mediadora do discurso dos outros campos na próxima seção.

finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca de bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabricá-los fazendo parte dessa lógica); e uma lógica *simbólica*, que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública (Charaudeau, 2006, p.21).

Como afirmamos anteriormente, a construção dessa opinião pública não ocorre como uma imposição arbitrária, mas pela adesão aos discursos prescritos pela mídia. Discurso prescritivo que é elaborado em consonância com a estrutura e funcionamento do campo midiático, conforme os interesses dos diferentes campos em que a mídia busca subsídios para construir seus discursos.

Em relação à função das mídias como mediadora do discurso dos outros campos, é importante destacar que a composição (com as demais esferas) pode ser realizada pelas modalidades de cooperação, a qual reforça a legitimidade das mídias, e pelas modalidades de conflito, que exacerbam as diferenças. Esses movimentos de adesão ou de afastamento têm relação com as lógicas do campo midiático, principalmente a econômica. É também a pressão econômica que define, juntamente com as lógicas do suporte tecnológico, os formatos que imperam na esfera jornalística e impõe restrições a outros campos.

Pierre Bourdieu (1997) tece duras críticas em relação à imposição das limitações da estrutura midiática aos outros campos de produção cultural. Essas restrições se referem a três aspectos da mídia: o tempo/espaço limitado (restringe maiores reflexões), a seleção do tema (impõe o assunto a ser abordado) e o controle exercido pelos profissionais do jornalismo (sempre atentos às técnicas jornalísticas e à linha editorial da empresa). Essas características estão em consonância com os formatos midiáticos vigentes, que vislumbram a conquista de mercado, numa concorrência quase sem limites pelo índice de audiência.

O universo do jornalismo é um campo, mas está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre os outros campos, enquanto estrutura (Bourdieu, 1997, p.77).

O contexto descrito por Bourdieu é reflexo da adesão das mídias a um modelo industrial, que atende às lógicas de mercado. Junto a esse novo panorama, os jornais se viram às voltas com outra questão: a sobrevivência econômica. Tal sobrevivência

depende do sucesso que obtém junto a uma vasta audiência, heterogênea e dinâmica, isto é, a capacidade de vender seus produtos para clientes que se mantenham fiéis (e, portanto, que garantam a manutenção de seu status econômico). Charaudeau (2006) chama a atenção para o que ele denomina de hipótese rasa: por ser um grande público, os destinatários das mensagens tanto podem ser especialistas como pessoas com pouco conhecimento intelectual. Assim, caso os jornais focassem e tratassem os temas com profundidade, estariam criando um problema da ordem econômica: reduziriam seu público e conseqüentemente não teriam como se sustentar.

A informação midiática está diante de uma contradição: se escolhe dirigir-se a um público alvo constituído pelo maior número de receptores possível, deve basear-se no que se chama de ‘hipótese fraca’ sobre o grau de saber desse alvo e, logo, considerar que ele é pouco esclarecido. Mas como o que caracteriza “o maior número” é uma heterogeneidade qualitativa, sendo constituído de pessoas diversamente esclarecidas (entre o mais e o menos, a maioria se encontra num nível médio), a informação será talvez “forte” para alguns, que poderão considerar-se satisfeitos, mas será fraca para os demais. Como fazer então para atingir a maioria? Se a instância midiática escolhesse fornecer uma informação com alto teor de saber, partiria da hipótese forte sobre o grau de saber do alvo. Este, já sendo bastante esclarecido, seria quantitativamente reduzido (Charaudeau, 2006, p.19).

Esse impasse foi solucionado pela adesão a estratégias<sup>13</sup> que “prendem” o leitor, mesmo que as informações sejam do senso comum (rasas), conseguindo, assim, abranger um vasto público e obtendo sucesso comercial. Em função disso, as mídias apostam em informações generalistas, de pouca profundidade. Heberlê (2006) diz ser a disseminação contínua de vários posicionamentos, sem preocupação de chegar a um consenso, característica básica da esfera midiática. Nessa mesma direção, Nilson Lage (2001) argumenta que “o saber dos jornais é extremamente superficial, mas extenso. Eles se confessam precíveis; não tratam de fins ou princípios. Os espíritos positivos se irritam com a coragem que os jornais afirmam o impreciso” (p.154).

Parece-nos que a mídia desenvolveu uma habilidade ímpar para driblar tal impasse. E, mesmo tendo aderido à hipótese de informações tidas como fraca, vemos o sucesso econômico de muitos grupos de comunicação. Os detalhes da alternativa encontrada pelos *mass media* para conquistar amplas audiências, mesmo oferecendo informações generalistas, podem ser vislumbrados ao analisarmos o funcionamento da

---

<sup>13</sup> As estratégias adotadas pelas mídias e os efeitos de sentido produzidos por elas serão tratados na próxima seção.

mídia, as estratégias discursivas por ela utilizadas. Em busca dessas operações peculiares, observamos a partir de agora a esfera jornalística, que tem suas especificidades e difere em muitos aspectos de outras manifestações culturais midiáticas (Pena, 2005), como, por exemplo, das novelas e dos *reality shows* (voltados para o entretenimento). Nosso interesse particular é na imprensa de referência, que se ocupa com a produção de notícias, mais precisamente os jornais impressos.

## 2.2 A esfera jornalística: um espaço de encenações

A esfera jornalística difere de outras que se engendram no campo midiático essencialmente por trabalhar com acontecimentos da sociedade contemporânea. O seu principal produto é a notícia, isto é, os fatos que pela ótica dos jornalistas tenham apelo jornalístico (atendam às lógicas do jornalismo). Mas esse produto, para ser apresentado no espaço público, precisa obrigatoriamente ser construído discursivamente, tendo como referência o “real”. Afinal, a notícia que se baseia em dados que não tenham ocorrido não é notícia. Trata-se ou de fraude, uma falsificação, ou de um texto pertencente aos gêneros midiáticos voltados ao entretenimento. Ou seja, os aspectos da realidade têm relação direta com as notícias<sup>14</sup>.

Tanto, que já serviu de base para a concepção de uma teoria (dos espelhos), que tentava explicar a gênese das notícias como sendo um reflexo da realidade. Felipe Pena (2005) refuta essa concepção e usa a própria metáfora para tal. O reflexo da imagem no espelho pode ocorrer em diferentes fenômenos óticos e não só a reflexão regular, além, é claro, de haver espelhos planos e esféricos, estes últimos divididos em côncavos e convexos, que produzem uma imagem distorcida do que é refletido. Outro argumento de Pena é de que a linguagem neutra é impossível, pois não há como transmitir o significado (sem mediação) dos acontecimentos:

(...) as notícias ajudam a construir a própria realidade, o que inviabiliza a existência de um simples reflexo do real. Na verdade, os próprios jornalistas estruturam representações do que supõem ser a realidade no interior de suas rotinas produtivas e dos limites dos próprios veículos de informação (Pena, 2005, p.128).

---

<sup>14</sup> O conceito de notícia pode variar. Estamos tratando aqui da notícia como o produto da esfera jornalística. Notícia também pode ser um dos gêneros discursivos da esfera jornalística.

O entendimento de Pena sobre as notícias é partilhado por outros tantos pesquisadores da comunicação, como Rodrigues, Alsina, Heberlê, entre outros. Mas nem sempre foi assim. A teoria dos espelhos (não há alusão a um autor específico desse conceito) já foi muito defendida pelos comunicadores, e ainda o é, principalmente por aqueles ligados à produção das notícias. Podemos dizer, então, que o jornalismo se ocupa de acontecimentos. Isso não significa que as notícias, ao serem apresentadas na mídia, tenham atributo de verdade, correspondam à realidade. Entendemos, sim, que há uma construção discursiva de um fato, uma versão da realidade, a partir de escolhas feitas pelo enunciador-jornalista.

A adesão, ainda hoje, à concepção das notícias como reflexo da realidade não ocorre por acaso. Esse entendimento tem relação estreita com o caminho trilhado pelas mídias, que, ao adquirirem caráter industrial, absorveram também normas de produção e regras de funcionamento. Assim, consideramos que algumas peculiaridades da produção das notícias resultam de certos aspectos históricos do jornalismo impresso, considerado o primeiro meio de comunicação de massa. Vale ressaltar que os avanços do sistema econômico foram determinantes para a evolução da imprensa, em função de que o tipo de jornalismo exercido atualmente somente poderia emergir num certo estágio da sociedade industrial (Chauí, 2006).

O jornal diário viu seu apogeu no início do século passado. Datam desse período também os primeiros questionamentos sobre o papel social da imprensa e, conseqüentemente, de sua influência sobre a opinião pública. De acordo com Thompson (1995), o desenvolvimento dos jornais, já em ritmo industrial, nos séculos XIX e XX, é caracterizado pelo crescimento e consolidação da circulação massiva e pela crescente internacionalização das atividades de coleta das notícias.

A rápida expansão na circulação foi acompanhada por mudanças significativas na natureza e conteúdo dos jornais. Enquanto que os primeiros jornais dos séculos XVII e XVIII procuravam atingir primariamente um setor restrito da população, relativamente rico e bem educado, a indústria jornalística dos séculos XIX e XX foi se dirigindo sempre mais para um público maior (Thompson, 1995, p.236).

O advento da impressora rotativa e o desenvolvimento das estradas de ferro contribuíram para a melhoria dos métodos de produção e distribuição, respectivamente, e a rápida expansão da indústria jornalística. Thompson (2002) considera ainda o crescimento da população e um gradual aumento da alfabetização nos países

industrializados como fatores que favoreceram o caráter comercial dos jornais, assim como do mercado de livros.

Com relação à coleta das notícias, há de se considerar o surgimento das agências de notícias ainda no século XIX, com grande ascensão a partir da Primeira Guerra Mundial. Atualmente, existem inúmeras agências de notícias, porém apenas quatro grandes empresas concentram a maior fatia do mercado, isto é, são responsáveis pelo fornecimento de informações e imagens para quase a totalidade dos grandes veículos de comunicação. Fazem parte desse seleto e hegemônico grupo as empresas francesas Reutters e Agence France-Presse (AFP) e as norte-americanas Associated Press (AP) e United Press International (UPI).

Obviamente que o desenvolvimento e a expansão das agências por vários continentes somente se deu em decorrência do crescimento da imprensa durante o século XIX. Vale notar que tal crescimento, financiado com recursos advindos da comercialização de espaços publicitários e da venda de exemplares, permite uma independência financeira em relação aos subsídios políticos. Ou seja, na medida em que obtinha sucesso com um novo produto (a notícia) e fortalecia novas fontes de receita (circulação e publicidade), a imprensa conquistava maior independência dos partidos políticos, num movimento de despolitização, de afastamento das modalidades notadamente opinativas que até então prevaleciam no jornalismo.

Essas mudanças são explicadas por Traquina (2005-a), que aponta três vertentes fundamentais para o desenvolvimento do jornalismo, numa visão mais global da história: a expansão da imprensa para novos meios (rádio e televisão) e a abertura de novas fronteiras com o surgimento da internet (jornalismo *on-line*); a comercialização de uma nova mercadoria (a notícia); e, concomitantemente, a emergência dos pólos econômico e intelectual (com a profissionalização da atividade jornalística). A consolidação como um espaço especialista dentre tantos outros que compõem o campo midiático tem como consequência a definição da notícia a partir de valores e normas que atribuem um papel social para o discurso jornalístico numa democracia.

No entanto, nem sempre foi assim. Em alguns momentos da história, o jornalismo foi identificado com causas políticas, por exemplo. No século XIX, o objetivo era fazer propaganda e, de forma aberta, os jornais publicavam textos com suas posições. Isso se alterou com a adesão a um modelo de negócio, industrial, possibilitando iniciar uma trajetória mais independente para se firmar como campo social. As configurações atuais do campo jornalístico começaram a ser desenhadas já no

início do século XIX, período em que os jornais passam a ser encarados como um negócio que pode render lucros e, então, precisaram romper os vínculos financeiros que os associava a partidos políticos, apresentando-se como empresas “independentes”.

O foco, a partir daí, deixa de ser a defesa de causas políticas e passa para o aumento da tiragem. Ou seja, o objetivo da atividade jornalística é fornecer notícias e atender aos quesitos comerciais e não apenas fazer propaganda de grupos políticos. Segundo Traquina (2005-a), esse novo paradigma faz surgir os valores que até hoje norteiam a atividade jornalística: a notícia, a busca pela verdade, a independência, a objetividade e a noção de serviço ao público. São essas idéias que dão forma a uma nova intelectualidade do campo jornalístico, mas que, sobretudo, passa a ser marcado pela oferta de um novo produto: as notícias baseadas em fatos.

Voltamos, então, à questão abordada no início desta seção, qual seja a referência do real para a produção das notícias. Vale notar que, ao semear o valor de real no terreno das notícias, o campo jornalístico produz um duplo movimento: dissemina credibilidade aos seus discursos (o que é apresentado pelos jornais seria verdadeiro) e constrói uma representação universal do mundo (o que é apresentado pelos jornais seria real). Quer dizer que as estratégias utilizadas na construção das notícias produzem efeitos “verdadeiramente reais”, dando a impressão que os discursos ali apresentados constroem um todo, ofertado como “acontecimento real”.

É assim que acreditamos ser possível dizer que o poder<sup>15</sup> atribuído (tema de muita controvérsia) à mídia esteja não exatamente na sua capacidade de manipular, mas na impressão natural de que, nesse nosso mundo, somente existe aquilo que é apresentado pelas mídias. A esfera jornalística teria o poder de tornar visível, de descortinar os fatos, como se apenas aquilo em que tocasse ganhasse vida. Em outras palavras, funcionaria como uma espécie de mão de Midas, concedendo legitimidade e valor aos fatos eleitos para figurar na mídia.

Essa “dependência” do campo jornalístico, para que as produções de outros campos se façam ver e existir, é veementemente reprovada por Pierre Bourdieu (1997), que enxerga nessa ânsia por aparecer nas mídias como uma exibição narcísea, pois “não se está ali para dizer alguma coisa, mas por razões bem outras, sobretudo para se fazer ver e ser visto”. Ou seja, os indivíduos se submetem a essa lógica, sem qualquer

---

<sup>15</sup> Em relação ao poder das mídias, não as consideramos como o quarto poder. Concebemos as mídias como um campo com capacidade de influenciar, dar visibilidade, mas não como um poder instituído tal como o são o exército e a Justiça, por exemplo.

reflexão ou tentativa de negociação com os jornalistas, em função de a sociedade contemporânea se valer das mídias para tomar conhecimento dos assuntos da esfera pública. Quer dizer que os sujeitos das mais variadas esferas de atividade humana buscam a legitimidade que a mídia confere aos discursos.

(...) vota porque o outro simplesmente *existe* num espaço valorizado (a mídia), o que o torna legitimado pelo regime de visibilidade pública hegemônico. O *slogan* da internet – ‘o que não está na internet simplesmente não existe’ – aplica-se igualmente à mídia tradicional. Daí, a disputa acirrada dos partidos – nos países em que há um horário eleitoral reservado gratuitamente a políticos – por minutos a mais na televisão (Muniz Sodré, 2008, p.29).

A disputa por mais “espaço” a que se refere Muniz Sodré (2008) tem relação estreita com o que Bourdieu (1997) designa como “o efeito de real” que a imagem (principalmente, a mostrada pela televisão) tem a particularidade de conseguir produzir. Isso é, pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. E esse status de credibilidade é vital para os políticos que disputam eleições. Há, então, uma necessidade de aparecer, o que Thompson (2008, p.37) considera previsível, posto que “a visibilidade mediada não é apenas um meio pelo qual aspectos da vida social e política são levados ao conhecimento dos outros: ela se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam”.

Significa que os campos encenam para se fazer presentes na mídia, atitude que vai muito além de uma simples questão de vaidade como critica Bourdieu. Também é. Mas a necessidade de construir uma encenação, de tal forma que chame a atenção das mídias, está intrínseca às relações de poder, sejam políticas, econômicas ou religiosas. O poder simbólico dos campos perpassa, no mundo contemporâneo, pela visibilidade conquistada junto às mídias.

Assim, parece-nos lógico que os indivíduos desses campos desempenhem papéis, encenam uma performance. Heberlê (2006) acredita que os campos sociais buscam compreender as estratégias discursivas utilizadas pela mídia, com a finalidade de se adequar a essas lógicas e se apresentar na cena pública. Para tanto, os agentes aderem a um discurso performático, que muitas vezes tem como único propósito a visibilidade, mas inócuo se observado pelas lógicas internas de seu próprio campo social.

Essa questão é abordada por Rodrigues quando explica a legitimidade do campo midiático, concedida e consensuada pelos outros campos, que delegam à mídia parte de suas funções expressivas junto à esfera pública. É quando os campos recorrem “à criação de um discurso distinto, destinado ao uso externo, à visibilidade pública de que se encarregam os porta-vozes ou os serviços de informação, distinto em todo o caso do discurso específico do campo por marcas discursivas que lhe conferem uma notável importância simbólica” (1997, p.156).

Pena (2005) fornece um exemplo muito apropriado para ilustrar o condicionamento dos campos para se fazer ver. De forma irônica, em relação ao sentimento de os jornalistas se considerarem “historiadores da atualidade”, ele cita o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, em Nova York:

Não bastava atingir o símbolo do império capitalista, era preciso que o mundo fosse testemunha desse ato. E, assim, ele foi meticulosamente programado para que o segundo avião atingisse o alvo em um espaço de tempo suficiente para as câmeras de TV transmitirem ao vivo. O espetáculo do terror encontrou seu palco. E os roteiristas e diretores fomos nós, jornalistas, do alto de nossa perene pretensão de testemunhar a história e oferecer aos outros mortais a verdade sobre os acontecimentos (Pena, 2005, p.10).

A partir das afirmações de Pena, nos atrevemos a afirmar que até mesmo os considerados mais enfáticos adversários do imperialismo norte-americano, os extremistas islâmicos, encenam performances para ter visibilidade e pôr em cena as suas posições. Os críticos mais ferozes do capitalismo e, conseqüentemente, da mídia chegam a supor que o atentado não foi um ato de terrorismo, mas uma armação do governo George Bush, alicerçada num forte esquema midiático, para justificar alguns atos. Vale notar que em qualquer uma das versões, inclusive a dos que crêem numa farsa conspiratória, os supostos “autores” lançam mão da capacidade ímpar da mídia de fazer crer no que faz ver, de criar efeitos de verdade a partir de uma encenação.

É assim que podemos afirmar que a importância da mídia, especificamente a esfera jornalística, para os outros campos se assenta na capacidade que ela possui de legitimar os discursos de outrem, torná-los visíveis e instituir sentido aos seus discursos. Para tanto, os agentes desses campos protagonizam cenas performáticas adequadas às estratégias discursivas utilizadas pelos jornais para apresentar as notícias. Isso quer dizer que a performance encenada pelos campos encontra eco na cena discursiva

construída pelos jornais. Eles próprios, tal como um mestre de cerimônias, atuantes na encenação, que não se furtam em aderir à cena performática. Tais estratégias não são eleitas aleatoriamente, pois estão em consonância com as lógicas que regem o campo jornalístico, como vimos na seção anterior.

### **2.2.1 Estratégias discursivas na enunciação jornalística**

Não resta dúvida que desde o surgimento dos primeiros periódicos no Brasil (no início do século XIX) os jornais evoluíram muito, seja nas práticas comerciais/empresariais, seja nas estratégias concernentes ao produto notícia e sua apresentação no espaço público. Os autores que tratam desse tema o fazem sob as mais diversas abordagens, mas há um consenso de que existe uma metodologia de trabalho, que oferece um leque de estratégias para a produção das notícias.

Para tanto, o jornal se vale de informações de especialistas de outros campos para construir as notícias. Assim, consideramos que o jornalismo se configura como um espaço de polêmicas, sendo o jornal um tipo de mediador que deixa mostrar várias falas, mas controlando-as e impregnando-as de apreciações. Nesse sentido, Heberlê (2006, p.133) considera que o jornal não é algo estático, à espera da passagem de discursos dos outros campos, pois há toda uma "operação de apresentação, de performance midiática", que caracteriza esse tipo de mediação.

Ao estabelecer a sua mediação, os veículos reproduzem certos valores, evidenciam outros, estruturam a informação a partir de determinados pressupostos, elegem as vozes e anunciam falas, no amplo contexto da discursivização. Realizam, portanto, as suas estratégias discursivas, compondo elementos que funcionam como legitimadores da proposta definida para a mensagem ou a "versão" dos fatos (Heberlê, 2006).

É assim que consideramos o campo jornalístico como um espaço enunciativo-discursivo no qual os fatos da atualidade tomam forma e ganham maior ou menor destaque, em função da performance que os veículos de comunicação aderem. É fundamental destacar que tais fatos são construídos discursivamente, de forma a se moldarem à esfera jornalística e serem apresentados na mídia com os atributos do produto notícia. Por isso, entendemos que as informações noticiadas são, a rigor, uma representação do real, construído discursivamente pelos profissionais que atuam na

produção e edição das notícias. Heberlê afirma que a notícia é uma versão, mas não uma versão qualquer, pois passa pelo olhar crítico dos jornalistas<sup>16</sup>.

Não consideramos que essa construção seja realizada nem de forma aleatória, ao acaso, nem de forma objetiva, transparente. É fruto de um conjunto de escolhas, pois

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas* (Charaudeau, 2006, p.39).

Numa visão ampla, podemos dizer que a extensa lista de recursos disponíveis aos profissionais da comunicação pode ser compreendida como as estratégias discursivas. Especificamente no jornalismo impresso, essas estratégias são concernentes aos recursos tecnológicos disponíveis (diagramação, uso de cores, uso de fotografias, infográficos, tipologia diferenciada...) e ao trabalho de seleção realizado pelos jornalistas, a partir de valores-notícia<sup>17</sup>. A definição dessas estratégias, no entanto, não implica a desconsideração das configurações que consubstanciam o campo jornalístico. Ou seja, elas são eleitas coerentemente com as lógicas e as formas relativamente estáveis dos gêneros jornalísticos.

Compreender a capacidade que as mídias têm de prescrever comportamentos e a atração que exercem até mesmo sobre os mais rigorosos intelectuais, mesmo apresentando informações "rasas", ainda hoje é um desafio para quem se dedica a estudar a esfera midiática. A compreensão da influência da mídia na sociedade contemporânea passa pelo estudo das estratégias discursivas adotadas para construir seus discursos. No extenso rol dessas estratégias podemos falar em afetividade, apelo, espetáculo, emoção, encenação etc. Enfim, a mídia se vale de artifícios para tocar na audiência e para ganhar, ela própria, reconhecimento dos públicos.

Chauí (2006), quando aborda a noção de simulacro, faz menção a uma tendência das mídias a manifestações públicas de opiniões, principalmente as que se referem a sentimentos e impressões pessoais. A autora se contrapõe à idéia largamente difundida de que os meios de comunicação de massa banalizaram a cultura e reduziram a realidade a um espetáculo. O problema residiria no que ocorre com o espetáculo ao ser apresentado pelas mídias, fenômeno que Chauí designa como "a passagem do

---

<sup>16</sup> A percepção dos profissionais da imprensa para a notícia será tratada na seqüência desta seção.

<sup>17</sup> Trataremos sobre os valores-notícia na seqüência do estudo.

espetáculo ao simulacro, a nulificação do real e dos símbolos pelas imagens e pelos sons enviados ao espectador" (2006, p.16). O espetáculo por si só não seria problema, desde que redutível ao acontecimento. A questão é quando se passa do acontecimento à encenação do acontecimento, ao seu simulacro.

Nesse mesmo caminho, Alsina (2001) acredita que atualmente as emoções se transformaram num dos eixos centrais para a compreensão da sociedade. O que seria uma "*cultura de la representación que se fundamenta en la capacidad de seducir y de emocionar y en la que, en mi opinión, los medios de comunicación tienen un papel central*" (2001, p.63). A acepção de Charaudeau (2006) segue esta mesma linha, ao apontar para a questão da afetividade como forma de despertar o interesse do destinatário da informação.

Parece-nos, então, que na mídia estão ou aparecem movimentos de performance, deixando antever parte da “atuação” dos campos sociais, numa alusão ao teatro, com a diferença que a esfera jornalística não trata de ficção. Tais efeitos de sentido, pretendidos ou não, são elaborados a partir de um leque de estratégias discursivas. Esses processos, no entanto, não deixam de atender às especificidades que regem o campo midiático e às configurações da esfera jornalística, pois, mesmo que apresente uma cena com o intuito de tocar afetivamente no leitor, o discurso do jornalismo está sempre impregnado pelos valores que norteiam a atividade jornalística.

Nesse contexto, destacamos o critério da “objetividade”, que tanta polêmica tem provocado, uma vez que é a partir dessa noção que valores como veracidade e realidade são assimilados como atributos das notícias, produzindo efeitos de sentido que ajudam a manter a credibilidade dos jornais junto a seus públicos e, conseqüentemente, a oferecer um efeito de real aos seus discursos.

### **2.2.2 Efeito de objetividade e atividade jornalística**

A produção das notícias é um processo tão subjetivo quanto o espírito humano, eis que o produto das mídias não é simplesmente um relato dos fatos, mas uma construção do real, uma versão especializada. A noção de objetividade que se estabeleceu na atividade jornalística surgiu concomitantemente, segundo Traquina (2005-a), com a emergência do jornalismo como um campo social e a consolidação do “pólo econômico (a definição das notícias como um negócio) e do pólo ideológico (a definição das notícias como um serviço público)”. Várias questões contribuíram,

entretanto, para que essa noção fosse reforçada como um atributo das notícias, realçando outros tantos valores, como transparência e veracidade.

A crença de que a objetividade é um dos valores do jornalismo começou a tomar forma com o seu afastamento das causas políticas e a adesão a um modelo que dava primazia aos fatos em detrimento das opiniões. Obviamente que a informação (na acepção atual de notícia) não estava ausente das páginas dos jornais, assim como as opiniões não foram banidas das produções jornalísticas. De acordo com Pena (2005), a diferença é que antes as notícias não escondiam a carga panfletária, tinham narrativa retórica e defendiam explicitamente a posição dos jornais e seus donos.

Para evitar o chamado “nariz de cera” e se ater aos fatos, a imprensa norte-americana desenvolveu o método do *lead*, o qual privilegia, no primeiro parágrafo do texto noticioso, informações que respondam a algumas perguntas-chaves: Quem? O que? Quando? Onde? Por quê? Como? O modelo adotado nos Estados Unidos no início do século passado se difundiu pelas redações do mundo, criando a errônea idéia de que a adesão a tal método evitava a subjetividade nos textos jornalísticos. O mesmo ocorreu com o método da pirâmide invertida, que privilegia no início do texto as informações mais importantes, de tal forma que, se houver necessidade em função de espaço, o final da notícia possa ser suprimido.

Traquina (2005-a) levanta algumas questões históricas para explicar o surgimento do critério da objetividade no jornalismo. Um delas seria a perda da fé nos fatos por parte da comunidade jornalística em função de dois fatores: o sucesso da propaganda na Primeira Guerra Mundial, episódio em que jornalistas americanos trabalharam na produção de comunicados a favor da guerra, e o surgimento de uma nova atividade profissional: as relações públicas.

Com as relações públicas, as notícias pareciam tornar-se menos a reportagem dos acontecimentos e mais a reprodução de um universo de fatos que correspondiam aos interesses especiais de pessoas ou organizações que tinham os recursos financeiros para empregar estes consultores (Traquina, 2005-a, 137).

Ao que parece a descrença nos fatos (que, pelo visto, podiam ser facilmente construídos) ajudou a impulsionar mudanças profundas no jornalismo. O livro *Opinião Pública*, do jornalista norte-americano Walter Lippmann, publicado em 1922, preconizava essas mudanças ao defender que o jornalismo devia buscar um método científico para profissionalizar a imprensa. É assim que os métodos de trabalho

desenvolvidos no século passado e refinados nas últimas décadas com o advento de novas tecnologias (digitais) contribuíram para uma profissionalização da atividade.

O problema reside na ilusão de que, ao adotar critérios de objetividade (principalmente textuais), a imprensa produza notícias com valores de veracidade, neutralidade, imparcialidade, transparência etc. Pena (2005) é um dos muitos estudiosos que demonstra preocupação com tal idéia, já que difundir o significado de objetividade no jornalismo “é fundamental não só para melhorar a imagem da profissão perante a sociedade, mas para o entendimento dos jornalistas sobre o próprio ofício” (2005, p.52).

A despeito dessa (in)compreensão e se ela é estimulada ou não, certo é que os métodos adotados contribuem para reforçar a credibilidade dos jornais, a sua força simbólica na esfera pública. Antes da apresentação das notícias na cena pública, entretanto, há todo um trabalho de seleção dos acontecimentos. Charaudeau (2006), ao tratar das estratégias para apresentação das notícias, argumenta que o jornalista e a instância midiática (a empresa) fazem a escolha dos acontecimentos a partir de dados relativamente objetivos em relação a três questões: tempo – os jornais tratam de temas atemporais, a-históricos e efêmeros, eis que assuntos de profundidade requerem reflexão, coisa que não é da competência das mídias; espaço – tudo que é próximo interessa (toca) mais do que fatos distantes; critérios de importância – as escolhas são feitas em função do princípio de saliência dos acontecimentos.

As normas para a avaliação da importância das notícias são descritas nos manuais de redação. Em geral, os grandes jornais disponibilizam essas publicações para venda ao público externo, que não raro são usadas nas aulas de redação nas escolas de jornalismo. Além das normas que norteiam o trabalho dos profissionais, o *Manual de Redação* do jornal Folha de São Paulo (2005) traz os critérios utilizados para definição da importância da notícia: ineditismo – a notícia inédita é mais importante do que a já publicada; improbabilidade – a notícia menos provável é mais importante do que a esperada; interesse – quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é; apelo – quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é; empatia – quanto mais pessoas puderem se identificar com os personagens e a situação da notícia, mais importante; e proximidade – quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é.

Traquina (2005-b) distingue em duas as etapas de seleção da notícia, havendo os valores-notícia de seleção (a escolha do fato) e os valores-notícia de construção (a escolha de quais elementos desse fato serão dignos de serem incluídos na notícia). Quer

dizer, que há muito mais do que apenas seguir os critérios apresentados nos manuais de redação. De qualquer forma, os valores-notícia, cremos, têm relação estreita com a deontologia da atividade jornalística e com as hipóteses que a mídia constrói “sobre o que é mais apropriado para tocar a afetividade do sujeito alvo” (Charaudeau, 2006, p.81).

Importante dizer que a construção de uma notícia depende de uma sucessão de escolhas feitas ao longo do dia até o fechamento da edição. A definição das estratégias de que se valem os profissionais da mídia ocorre durante várias etapas do trabalho, tais como: a elaboração da pauta (assuntos); a orientação que será dada à notícia (linha norteadora); a escalação da equipe de reportagem (número e qualificação dos repórteres); a seleção das fontes (pessoas a serem ouvidas, entrevistadas, material a ser consultado); a qualidade do material apurado (informações e imagens); o processo de edição de textos e imagens (fotografias ou infográficos); a conjunção que ocorre quando se tem, ao final do dia, o mapa de anúncios (quando são definidos os espaços para material jornalístico e material comercial); a diagramação das páginas (distribuição do material na página); a produção de títulos e legendas pelos editores. Este é, em rápidas palavras, o ciclo noticioso de uma redação de jornal impresso.

A atividade de produção jornalística é, então, algo situado técnica, cultural e historicamente, pois acontece num quadro existencial dos indivíduos, com seus modos de perceber(...). Esse contexto também mostra e traduz a forma de explicitar, de apresentar (Heberlê, 2006, p.102)

Enfim, a equipe que atua nas redações dos jornais assume um sem número de decisões, as quais atendem a um emaranhado de requisitos impostos pelo pólo econômico (donos do jornal, anunciantes, perfil dos leitores) e pelo pólo intelectual (os métodos adotados na atividade e os valores que norteiam a profissão). Heberlê (2006) considera as pressões exercidas sobre a esfera jornalística uma tentativa de imposição (restrição), não sendo exclusividade do jornalismo, pois se deve às operações dos campos sociais, onde há um complexo contexto de interesses.

Saber diferenciar um fato banal de um acontecimento que possa figurar na capa dos jornais. Assim podemos resumir o “dom” que os jornalistas reivindicam para si de reconhecer e construir as notícias. O reconhecimento e a construção desse produto é motivo de disputa entre os profissionais que atuam nas redações: trata-se da busca incessante pelo *furo*, por dar uma informação antes dos concorrentes. É assim que os jornalistas vivem uma rotina de competição desenfreada:

A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o *furo*, a informação exclusiva, a reputação na profissão etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas (Bourdieu, 1997, p.58).

Significa dizer que a busca pelo inédito não atende somente às exigências do pólo econômico. É uma questão de honra para um grupo de profissionais que reivindica um monopólio do saber, precisamente o que é notícia, necessário na corrida pelo *furo jornalístico*. Esse reconhecimento ocorre por meio de categorias de percepção que lhes são próprias, as quais Bourdieu chama de óculos. Em outras palavras, os jornalistas desenvolvem “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (1997, p.25). Essas categorias, que definem as coisas que são vistas e a forma como são vistas, são decisivas na seleção e construção das notícias.

Nessa mesma linha de pensamento, Traquina (2005-b) observa que os jornalistas formam uma comunidade interpretativa, que somente consegue exercer sua profissão em sociedades em que as liberdades básicas, incluindo a liberdade de imprensa, estão consagradas. Quer dizer que há uma relação estreita entre jornalismo e democracia, fazendo com que as notícias tenham se provido de uma aceção de serviço público. Junto aos critérios de objetividade dos métodos jornalísticos, essa questão contribui para a crença de boa parte dos jornalistas (principalmente os recém-saídos das faculdades) que o jornalismo é a realidade. As lentes da sociedade.

Essa visão, ingênua na nossa concepção, tem sua razão, para não dizer sua utilidade. Obviamente que muitos profissionais têm conhecimento de que as notícias são, a rigor, uma versão especializada do real. No entanto, a maioria mantém a crença de que a notícia é um relato, não concebendo se tratar de uma construção. Posição compreensível, pois admitir que suas produções refletem suas próprias escolhas representa, para o jornalista, dizer que as notícias não são verdadeiras. E a verdade é uma ingênua pretensão dessa comunidade.

Nessa perspectiva, Traquina (2005-b) diz que os jornalistas têm aversão ao conceito de notícia como um produto (vendável), pois consideram apenas como um serviço essencial para a comunidade. Essa questão, segundo Traquina, é resultado de o jornalismo ser uma atividade por demais pragmática, sem tempo para reflexões, eis que

a maioria dos profissionais da área se dedica aos estudos da atividade apenas no período de formação acadêmica.

É assim que temos a percepção de que a continuidade dos estudos acerca da esfera jornalística e, principalmente as implicações de suas produções, é fundamental para a formação dos jornalistas. Consideramos que a criação de cursos de nível superior, nas últimas décadas, contribui sobremaneira para a profissionalização da atividade, principalmente no que se refere às questões éticas. A abertura de escolas de comunicação e de muitos programas de pós-graduação impulsionou as pesquisas sobre jornalismo. O caminho conquistado nos últimos anos, entretanto, corre risco de ser interrompido com a decisão do Supremo Tribunal Federal, em junho de 2009, de derrubar a obrigatoriedade do diploma de jornalista.

A decisão representa um retrocesso para o pólo intelectual do campo jornalístico, pois acarreta, inevitavelmente, numa diminuição no número de universitários e, nas universidades privadas, numa redução da receita, abrindo a possibilidade para o fechamento de cursos. Isso representa menos pesquisas, comprometendo a formação das próximas gerações de jornalistas, eis que os cursos de comunicação, apesar de ainda manter o foco nas técnicas de produção das notícias, são espaço importante para esses profissionais fazerem reflexões sobre sua atividade de trabalho.

O estudo sobre as especificidades da esfera jornalística, incluindo a formação acadêmica, é fundamental na difícil tarefa de lançar luz sobre as estratégias discursivas adotadas pelos jornalistas para a construção das notícias. É com o objetivo de analisar tais estratégias que passamos, a seguir, para o terceiro capítulo deste trabalho, o qual apresenta as reflexões acerca do objeto de estudo desta pesquisa: as notícias publicadas no jornal Zero Hora sobre um evento de grande repercussão na mídia gaúcha.

### 3 CAMPOS SOCIAIS EM TENSÃO: O EPISÓDIO ARACRUZ EM ZH

A esfera midiática tem desempenhado papel importante na luta simbólica que os campos sociais protagonizam na busca por reconhecimento. Estamos falando das cenas performáticas construídas nas mais diferentes esferas de atividade humana para chamar a atenção das mídias e, por conseguinte, se apresentar no espaço público. Há outras tantas formas de se fazer presente, porém, a mídia ocupou o importante espaço de mediadora dos assuntos da esfera pública no mundo contemporâneo.

Em função disso, ao analisarmos a cobertura do Episódio Aracruz por Zero Hora, observamos o envolvimento, no cerne do evento, de pelo menos três campos sociais. A performance de um desses campos, o político (movimentos sociais), provocou um imediato tensionamento com duas esferas, a econômica (industrial) e a midiática.

Devido às complexas relações dialógicas que podem ser apreendidas de tais notícias, tendo em vista o tensionamento verificado no Episódio Aracruz, consideramos necessária uma contextualização do fato, a fim de consubstanciar nossas reflexões, perante as quais ocupamos uma ativa posição responsiva. Assim, apresentamos na primeira etapa deste capítulo – *O Episódio Aracruz* – uma descrição do acontecimento, ocorrido em 8 de março de 2006. Desdobramos esta seção em três outras partes, nas quais apresentamos sucintamente três atores que foram tocados pelo tensionamento provocado com o Episódio Aracruz: *Via Campesina, Aracruz e Grupo RBS – jornal Zero Hora*.

Na segunda parte – *O Episódio Aracruz em Zero Hora: uma abordagem dialógica* –, fazemos uma breve descrição do destaque que Zero Hora dá ao acontecimento durante dez dias (de 9 a 19 de março de 2006). Nesse período, o jornal manteve em suas páginas notícias sobre o fato, o que, no jargão jornalístico, é chamado de *suíte*, ou seja, a manutenção do acontecimento na mídia, mas sempre apresentando novas informações a cada edição. Logo a seguir – *Questões metodológicas* –, trazemos os critérios sobre os quais se fundamentam nossas reflexões teórico-analíticas. As duas últimas seções – “*Ataque em Barra do Ribeiro*” – Edição de 10 de março e “*Impunidade Radical*” – Edição de 12 de março – são compostas pelas análises das capas das edições de 10 e 12 de março e suas respectivas páginas 4 e 5, as primeiras páginas do espaço dedicado à reportagem especial do dia.

### 3.1 O Episódio Aracruz

O que denominamos como Episódio Aracruz constituiu-se na manifestação de representantes de movimentos sociais de esquerda que buscavam demonstrar descontentamento com uma situação contrária aos seus ideais políticos e econômicos. Em outras palavras, a discordância com a atual política de reforma agrária e com a adoção de sistema de monocultura (a plantação de florestas artificiais de eucalipto, com vistas à instalação de uma indústria de celulose no Rio Grande do Sul). O fato ocorreu na madrugada do dia 8 de março de 2006, quando um grupo de 1,5 mil pessoas protagonizou uma ação de protesto na Fazenda Barba Negra, da empresa Aracruz Celulose, na cidade gaúcha de Barra do Ribeiro.

No local, o grupo entrou no hortoflorestal da Aracruz e inutilizou aproximadamente três milhões de mudas de eucaliptos, além de estufas e experimentos. Os manifestantes, em sua grande maioria, eram mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e estavam em Porto Alegre-RS participando de um acampamento no parque Maurício Sirotsky Sobrinho, promovido pela Via Campesina (organização internacional de camponeses que tem por objetivo defender os interesses desse segmento).

O acampamento, com a participação de quase duas mil pessoas, foi organizado com o intuito de fazer um contraponto à 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada de 7 a 10 de março de 2006, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela FAO (organismo das Nações Unidas para alimentação e agricultura), o evento contou com representantes de 81 países, que debateram a questão agrária<sup>18</sup>.

Paralelo ao evento do governo, a Via Campesina realizou o Fórum Terra, Trabalho e Dignidade, com integrantes de mais de 30 entidades da sociedade civil, ONGs e movimentos sociais. Para tanto, foi montado o acampamento que reuniu trabalhadores sem terra, pequenos agricultores, jovens e mulheres camponesas e trabalhadores afetados pelas represas (principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina).<sup>19</sup>

Foi nesse contexto, em que Porto Alegre sediava importante evento, sendo centro de atenções internacionais por conta dos debates sobre a reforma agrária, que

---

<sup>18</sup> Informações obtidas no site oficial do evento ([www.icarrd.org/po/index.html](http://www.icarrd.org/po/index.html)).

<sup>19</sup> Informações obtidas no site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)).

ocorreu o Episódio Aracruz. Na madrugada do dia 8 de março, por volta das 4 horas, um comboio de 40 ônibus transportou os manifestantes de Porto Alegre até Barra do Ribeiro, distante 60 quilômetros da capital gaúcha. O acontecimento teve grande repercussão nos campos político e jurídico, além de ocupar espaço privilegiado na mídia. A participação de mulheres não foi sem motivo, pois chamou a atenção para a data do episódio (Dia Internacional da Mulher).

Essa foi uma dentre outras manifestações realizadas por movimentos sociais nos últimos anos no Rio Grande do Sul, tendo como motivo a questão agrária. Falamos em “uma dentre outras manifestações” em função de o estado gaúcho ser historicamente palco de embates dessa natureza, cada vez que as tensões entre os campos sociais se acirram, bem como o fato de episódios desse tipo já terem ocorrido, tendo figurado inclusive na mídia internacional, como no caso do protesto do francês José Bové, que arrancou as plantas de uma lavoura experimental com soja transgênica da multinacional Monsanto, em Não-Me-Toque (RS), em 2001.

O Episódio Aracruz, entretanto, chamou nossa atenção por uma peculiaridade. A ação, às 4 horas, foi registrada por três equipes de jornalismo (das redes de televisão SBT, Bandeirantes e Pampa-Record) e por um fotógrafo de agência. O grupo de comunicação Rede Brasil Sul de Comunicações (Grupo RBS), detentor de 80% da mídia gaúcha e catarinense, no entanto, não tinha equipe no local. Ter ficado de fora de tal cobertura (seja por não ter sido avisado, seja por erro de avaliação), suscitou infinitos debates entre profissionais da área sobre a atividade jornalística (furo, ética, investigação, apuração...). Foi assim que os veículos do Grupo RBS, incluindo Zero Hora, ficaram sem os registros do Episódio Aracruz. Ainda no dia 8 de março, foram mobilizadas as equipes de jornalismo para iniciar o trabalho de produção das notícias, restando ir à Fazenda Barba Negra para captar as imagens das mudas de eucalipto inutilizadas e as estufas danificadas.

A fim de complementar a contextualização do acontecimento, apresentamos a seguir algumas observações sobre o movimento social que organizou o protesto, sobre a empresa que teve suas instalações danificadas e sobre o grupo de comunicação ao qual pertence o jornal Zero Hora.

### 3.1.1 Via Campesina

A Via Campesina<sup>20</sup> é um movimento internacional, criado em maio de 1993, em Mons, na Bélgica, que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras. Fazem parte da Via Campesina 148 organizações distribuídas em 69 países da América, Ásia, África e Europa. Ou seja, a Via Campesina é um grande guarda-chuva que abriga a maioria dos movimentos sociais de esquerda, como, no caso do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Uma das suas bandeiras é a defesa da soberania alimentar, definida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar. Na concepção da Via Campesina, soberania alimentar supõe o acesso à terra e a disponibilidade de créditos públicos para que camponeses tenham a possibilidade de produzir e vender seus produtos a um preço justo. Nos últimos anos, a entidade internacional tem se feito presente em todos os grandes eventos relativos à reforma agrária, além de organizar as suas próprias conferências. Mas são suas ações de protesto que mais chamam a atenção, como, por exemplo, o Episódio Aracruz.

### 3.1.2 Aracruz Celulose

A empresa Aracruz Celulose<sup>21</sup> é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Responde por 24% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado.

Suas operações florestais estão sediadas nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com mais de 286 mil hectares de plantios renováveis de eucalipto, intercalados com cerca de 170 mil hectares de reservas nativas. O plantio de eucalipto é realizado por terceiros, chegando a abranger mais de 90 mil hectares de 3.900 mil produtores rurais localizados no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

---

<sup>20</sup> Informações obtidas no site da Via Campesina ([www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org))

<sup>21</sup> Informações obtidas no site da empresa ([www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br)).

O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Votorantim (84% do capital votante) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12,5%). Na época do Episódio Aracruz, a maior parte das ações pertencia à família Lorentzen e ao Banco Safra, os quais venderam suas ações, em 2009, para o grupo Votorantim (com controle acionário da família Ermírio de Moraes).

### **3.1.3 Grupo RBS – Jornal Zero Hora**

A Rede Brasil Sul de Comunicações (Grupo RBS)<sup>22</sup>, atuante no mercado há 50 anos, é considerada a maior empresa de comunicação multimídia do Rio Grande do Sul. Em 1979, estendeu sua atuação para o estado vizinho de Santa Catarina. Três núcleos familiares, compostos por descendentes do fundador Maurício Sirotsky Sobrinho, detêm o controle acionário da empresa. Cada um desses grupos formou uma holding familiar a fim de se adequar à implantação, em 2000, da governança corporativa, estruturada com conselhos de acionistas, de administração e da família.

Na plataforma multimídia da RBS estão: 1 rede de televisão regional de canal aberto (RBS TV, afiliada da Rede Globo, com 18 emissoras); 2 emissoras de televisão comunitária; 1 emissora segmentada focada no agronegócio (Canal Rural); 26 emissoras de rádio; 8 jornais diários; e 4 portais da internet. Além disso, o grupo detém ainda editora, gráfica, gravadora, empresa de logística, empresa de marketing e empresa de mobile marketing.

Entre os diários da RBS, o jornal Zero Hora (ZH), em formato tablóide, tem uma história à parte, pois foi o primeiro veículo de comunicação do Grupo (1964), além de ser um jornal de referência para os gaúchos. Conforme o último relatório consolidado anual do Instituto Verificador de Circulação (IVC), publicado em janeiro de 2009, Zero Hora é líder no segmento jornal no estado gaúcho e sétimo colocado no ranking nacional, com uma média diária de 179.934 de circulação em 2008.

## **3.2 O Episódio Aracruz em Zero Hora: uma abordagem dialógica**

Na manhã do dia 8 de março, os veículos que não acompanharam a ação dos manifestantes na Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro, começaram uma corrida

---

<sup>22</sup> Informações obtidas no site da empresa ([www.gruporbs.com.br](http://www.gruporbs.com.br)).

contra o tempo na busca de informações sobre o acontecimento. A equipe de Zero Hora, assim como a de outros jornais impressos, publicou, na edição de 9 de março, a primeira de uma série de reportagens sobre o Episódio Aracruz. Para esta pesquisa, utilizamos as edições de ZH entre 9 e 19 de março de 2006, período que abrange do dia posterior até o segundo domingo subsequente ao fato, quando foram publicadas as reportagens de maior impacto, tanto em espaço quanto em conteúdo.

Durante seis dias consecutivos (de 9 a 14 de março), o fato foi destaque no privilegiado espaço da primeira página. Durante cinco dias foi tema da manchete, sendo que nos dias 11/03 e 13/03 o enunciado principal se referia a outro fato envolvendo os movimentos sociais: a desocupação da Fazenda Coqueiro, em Coqueiros do Sul-RS, onde havia integrantes do MST acampados desde 28 de fevereiro de 2006. Ou seja, os embates suscitados pelas divergências em torno da reforma agrária seguiram em destaque, mesmo não sendo o Episódio Aracruz a matéria principal, muito embora o acontecimento em Barra do Ribeiro figurasse nesses dias junto às notícias da desocupação em Coqueiros do Sul, deixando passar a idéia de ações orquestradas conjuntamente.

A seguir estão as manchetes de Zero Hora: *Ação violenta do MST ameaça investimento de US\$ 1,2 bi no RS (09/03)*, *Ataque em Barra do Ribeiro teve origem em orientação do Exterior (10/03)*, *Antes da retirada, dissidentes revelam pressões na fazenda (11/03)*, *Impunidade radical (12/03)*<sup>23</sup>, *MST mantém ameaça à Fazenda Coqueiros (13/03)*, *Chávez impulsiona ação do MST no Brasil (19/03)*.

Foram selecionadas para análise duas edições, as quais trazem para a apresentação do Episódio Aracruz uma variedade de recursos. Além disso, percebemos, pela observação do conjunto do material, que para essas duas edições houve a mobilização de grande número de profissionais da equipe de Zero Hora. Quer dizer, as notícias publicadas em 9 de março (primeiro dia da cobertura) ainda foram produzidas sob o impacto do próprio acontecimento e da ausência de Zero Hora durante a ação dos manifestantes.

É assim que escolhemos como objeto de reflexão as edições dos dias 10 e 12 de março de 2006, pois em ambas é dedicado espaço privilegiado ao tema, tanto na capa quanto nas páginas internas. A edição de 10 de março é a primeira (após o fato) em que

---

<sup>23</sup> Embora o Episódio Aracruz não tenha sido tema de manchete no dia 12/03 (Anexo 3), consideramos que a notícia sobre o acontecimento em Barra do Ribeiro-RS teve um destaque maior (pelo tamanho das letras) que a manchete do dia: *Quem vai ficar com o pólo gaúcho?*.

se observa o resultado de um trabalho de averiguação, pois a matéria principal vai além dos acontecimentos no hortoflorestal. Nessa mesma perspectiva, a edição de 12 de março faz um retrospecto de protestos ocorridos no Rio Grande do Sul. Além disso, a edição dominical recebe atenção especial dos editores na busca da conquista de uma audiência superior aos dias de semana (aos domingos se acirra a disputa por venda avulsa, em função dos cadernos de classificados).

Por conseguinte, elegemos essas duas edições e, a partir da observação do material publicado sobre o Episódio Aracruz, nos detivemos nas capas e nas duas primeiras páginas com notícias sobre o tema (páginas 4 e 5). A seguir, fazemos um detalhamento da organização da análise do material selecionado.

### **3.2.1 Questões metodológicas**

A esfera jornalística é um espaço privilegiado de instituição e produção de sentidos, a partir de uma cena discursiva construída pelas notícias<sup>24</sup> publicadas. Para tanto, os profissionais da área lançam mão de estratégias discursivas (eleição de um gênero, seleção lexical, imagens, espaço físico ocupado, seleção de entrevistados, distribuição na página etc.) que, querendo ou não, manifestam suas escolhas, preferências e posicionamentos diante de fatos do cotidiano. São essas estratégias, ou melhor dizendo, a cena performática e os efeitos de sentido produzidos por elas que serão considerados na análise da cobertura do jornal Zero Hora sobre o Episódio Aracruz.

Tais efeitos assumem nova e maior dimensão quando se trata dos enunciados da capa do jornal, muitas vezes única página lida pelos leitores, seja por falta de tempo ou falta de hábito para uma leitura mais detalhada, seja pelo custo do exemplar de jornal impresso. Assim, as construções discursivas desse espaço e os múltiplos entendimentos que delas podem emergir merecem atenção especial dos analistas do discurso.

Além de figurar na primeira página, as notícias em análise ocupam o espaço privilegiado das páginas 4 e 5, que no jornal Zero Hora é de uso exclusivo das reportagens especiais, dos acontecimentos que geram notícias de impacto. Podem ser publicadas aí notícias de qualquer uma das editorias (política, polícia, economia,

---

<sup>24</sup> Notícia pode suscitar diferentes compreensões, como, por exemplo, um produto da esfera jornalística que apresenta uma versão especializada dos acontecimentos (concepção que usamos nesta pesquisa), um dos gêneros informativos do jornalismo ou ainda um serviço público em sociedades democráticas.

exterior etc). A notícia apresentada nesse espaço pode ocupar apenas as duas páginas ou, caso o tema requeira (na ótica do enunciador-jornalista), estender-se nas páginas seguintes. Seguindo esse critério de importância, elegemos para análise a capa e as páginas 4 e 5 das edições de 10 e 12 de março de 2006.

A fim de observarmos as notícias que circulam nos espaços selecionados, tem-se como um dos pontos referenciais os manuais de redação e estilo, nos quais estão descritas as normas éticas que regem a atividade dos profissionais da área e indicam os critérios de padronização da produção jornalística. Confrontamos as estratégias mais aparentes escolhidas pelos jornalistas de Zero Hora para a construção da notícia com as regras técnicas recomendadas nos manuais mais comumente utilizados pelos profissionais<sup>25</sup>.

Por questões metodológicas, a análise de cada uma das edições (10 e 12 de março) que contempla a capa e, mais sucintamente, as páginas internas (4 e 5) está organizada em dois grupos interdependentes. O primeiro deles apresenta uma reflexão acerca dos recursos verbais eleitos para a construção da notícia. O segundo grupo analisa os recursos visuais utilizados (como cor, espaço e elementos gráficos). Em referência às capas, espaços decisivos para a apresentação (e conseqüente sucesso) do produto notícia, desdobramos a categoria analítica que trata dos recursos verbais (o primeiro grupo) em outros dois tópicos: (a) designações utilizadas para a chamada sobre o Episódio Aracruz e (b) elementos verbais utilizados em outras chamadas, que, por constituírem o mesmo projeto gráfico, mantêm uma interlocução, desencadeando efeitos de sentido.

Para este último item, na capa de 10 de março, selecionamos chamadas que figuram no espaço dedicado ao Episódio Aracruz (são chamadas secundárias sobre o mesmo acontecimento). Na capa de 12 de março, abrangemos as chamadas sobre outras notícias, por considerarmos as relações dialógicas estabelecidas com a chamada do Episódio Aracruz. O caminho metodológico delineado para a seleção e análise do material foi delimitado a partir do diálogo entre pesquisador e objeto de análise, tendo em vista as relações dialógicas que podem ser observadas na encenação construída por Zero Hora, a partir das estratégias discursivas eleitas, na apresentação das notícias sobre o Episódio Aracruz. No conjunto da análise, serão consideradas noções advindas do Círculo de Bakhtin, como enunciado, palavra, acento de valor, vozes sociais e relações

---

<sup>25</sup> São considerados o *Manual de Redação da Folha de São Paulo* (SILVA, 2005) e o *Guia de Ética e Responsabilidade Social da RBS/Rede Brasil Sul* (2004).

dialógicas, de modo a observarmos como o jornal se posiciona em relação ao Episódio Aracruz, criando diferentes relações de sentido.

### 3.2.2 “Ataque em Barra do Ribeiro” - Edição de 10 de março

#### Capa – Edição de 10 de março

A fim de analisarmos a capa em foco, no que tange a seus elementos verbais e visuais, consideramos necessário uma breve introdução da sua apresentação. A primeira página da edição de 10 de março de Zero Hora tem como principal destaque o Episódio Aracruz, sendo tema da manchete e da foto principal, além de outras três chamadas secundárias. No total, o espaço destinado ocupa 21,5 centímetros de largura por 27 centímetros de altura, o que representa 63,8% da área total da mancha de um jornal com formato tablóide. A capa traz ainda uma coluna vertical na parte lateral direita com quatro chamadas referentes a outras notícias. O cabeçalho do jornal, na parte superior da página no sentido horizontal, carrega o nome do periódico e, logo abaixo, as chamadas e as respectivas ilustrações dos cadernos especiais que compõem a edição.



Figura 1. Capa do jornal Zero Hora em 10 de março de 2006<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Todas as figuras são apresentadas, em anexo, em tamanho maior.

## A capa e os recursos verbais

A partir dos elementos verbais eleitos para a capa da edição de 10 de março de 2006, podemos observar posições empreendidas pelo jornal. Para tanto, a partir de algumas marcas lingüísticas, observamos aspectos relativos (a) às designações utilizadas na manchete sobre o Episódio Aracruz e (b) os recursos verbais das chamadas secundárias do mesmo acontecimento, que mantêm um diálogo com a chamada principal.

### (a) Designações utilizadas na chamada principal: efeitos de sentido em circulação

Em relação às designações eleitas para a manchete sobre o Episódio Aracruz - *Ataque em Barra do Ribeiro teve origem em orientação do Exterior* – consideramos o impacto das palavras *ataque* e *orientação do Exterior*. A palavra *ataque*, além de ser acentuada avaliativamente como uma agressão, pode remeter a ações militares com o objetivo de conquista de território, de destruir as forças inimigas. Ao sentenciar que o *ataque* seguiu uma *orientação do Exterior*, compreendemos que Zero Hora busca não só uma explicação para o Episódio Aracruz como também pretende identificar os responsáveis pela ação. Ao fazer uso de uma designação também utilizada na esfera militar, no entanto, tocou, mesmo que de forma subjacente, na questão do nacionalismo, da defesa da pátria, desencadeando o diálogo entre *ataque* e *defesa*, já que a ação dos sem-terra não teria tido origem no âmbito nacional, o que permite observar a relação *ataque/exterior* e *defesa/nacional*.

As vozes sociais que circulam no enunciado da manchete deixam ressoar pistas das posições avaliativas que o sujeito (no caso, o jornal) assume no discurso, sua heterogeneidade e articulação com múltiplas vozes. Essa mesma dimensão de singularidade, de ressignificação da palavra, que garante a dinamicidade dos sentidos, pode ser percebida na linha de apoio da manchete, composta por dois extensos segmentos. No texto, que serve para detalhar o assunto do título, podemos observar índices que remetem a acentos de valor das notícias em Zero Hora.

“Planejado com o apoio da Via Campesina Internacional, o ato de vandalismo realizado por 1,5 mil sem-terra contra a empresa Aracruz Celulose, na madrugada de quarta-feira, em Barra do Ribeiro, seguiu uma cartilha de organizações mundiais que pregam a expulsão de multinacionais e o fim do agronegócio. A ação, que pode

afugentar um investimento de US\$ 1,2 bilhão do Estado, é parte de um plano que visa combater de forma radical o capital estrangeiro, confirmou o líder do MST João Pedro Stedile.”

No primeiro segmento, as expressões *ato de vandalismo* e *cartilha de organizações mundiais*, além de ratificarem os efeitos de sentidos apreendidos na manchete, põem em circulação novas valorações ao discurso. O *ataque* ganha nova acepção ao ser apresentado de modo mais detalhado e com valoração mais contundente como *ato de vandalismo*, isto é, fica evidenciado o sentido de agressão com que o jornal busca qualificar a ação. A referência a *uma cartilha de organizações mundiais*, além de retomar discursivamente *orientações do exterior* da manchete, faz menção a *uma cartilha*, que remete a ensino, tal como as cartilhas que ensinam a ler, a compreender uma língua. Ou seja, o ato seguiu as recomendações da *cartilha* que traz os ensinamentos dos discursos de entidades internacionais.

No desenvolvimento do discurso, percebemos que há uma delimitação das *organizações mundiais*, com sua *cartilha*, no que tange a suas funções: pregam a expulsão de multinacionais e o fim do agronegócio. Essa posição reitera e desenvolve a idéia de nacionalismo, eis que, ao evidenciar os objetivos dos organizadores do Episódio Aracruz, desvela uma possível articulação que busca terminar com as empresas que atuam no meio rural. Cremos ser necessário, aqui, destacar que uma das emissoras segmentadas do Grupo RBS, o Canal Rural, tem como foco o agronegócio. Em outras palavras, o meio rural (empresarial) é origem da receita financeira de uma das empresas do grupo de comunicação ao qual pertence Zero Hora. Esse contexto nos faz lembrar a concepção de Bakhtin/Volochinov (1999) em relação a signo ideológico e possíveis relações de sentido desencadeadas no discurso.

No segundo segmento da linha de apoio da manchete, o Episódio Aracruz que antes havia sido designado de *ataque* e *ato de vandalismo*, agora é resumido como *ação*. Seria uma simples designação, aparentemente pouco avaliativa, se não fosse acentuada axiologicamente como uma ação que (a) *pode afugentar um investimento de US\$ 1,2 bilhão do Estado* e (b) *é parte de um plano que visa combater de forma radical o capital estrangeiro*. No item “a”, a ação é valorada como uma possibilidade de *afugentar*, ou seja, espantar um investimento do RS. No item “b”, a ação é valorada como parte de um *plano*, o que indica o resultado de um planejamento maior, pensado com antecedência. Como destaque do objetivo desse plano, a palavra *combater*, acrescida da expressão *de forma radical* (o capital estrangeiro), orienta avaliativamente a posição assumida pelo jornal Zero Hora frente ao Episódio Aracruz. Interessante

observar nesse segundo segmento o recurso ao discurso citado<sup>27</sup>. Ao dizer que João Pedro Stedile, líder do MST, *confirmou* que a ação fazia parte de um plano para afugentar investimentos no agronegócio gaúcho, se, por um lado, cria um efeito de verdade, consulta ao principal representante do MST, por outro, revela os meandros da cena criada, o mecanismo discursivo de o sujeito citante colocar na boca do sujeito citado o que quer dizer. Nesse movimento discursivo, a escolha do verbo *dicendi*, no caso *confirmou*, é reveladora da orientação avaliativa do enunciado.

A necessidade de causar algum tipo de impacto é típica da esfera jornalística. Trata-se do movimento que as mídias fazem de conquista das audiências, a despeito da falta de profundidade com que trata o temas, aquilo que Patrick Charaudeau (2006) chama de *hipótese rasa*. É o caso do Episódio Aracruz nas páginas de Zero Hora dois dias após a ocorrência do fato, quando, provavelmente, os leitores de ZH já haviam recebido as informações básicas sobre o acontecimento, com exceção de um forte motivo para o ato. A resposta veio na edição seguinte, dia 10 de março, na qual um fato novo é adicionado às informações já de domínio público: o protesto faz parte de uma estratégia internacional.

Na tentativa de prender a atenção dos leitores, os jornalistas, sem desconsiderar as normas que norteiam a atividade, tais como as recomendações de “textos objetivos”, buscam na linguagem os subsídios para construir os discursos jornalísticos. Significa dizer que, ao lançar mão de artifícios para conquistar seu público e ganhar reconhecimento, o enunciador-jornalista faz uso de elementos lingüísticos. Assim, fazemos remissão à intrínseca relação entre *significação* e *tema*. Ou seja, os aspectos verbais que, mesmo trazendo traços do repetível, ganham sempre novos sentidos, novos acentos de valor, a cada enunciado concreto, dependendo da construção da cena discursiva e das relações dialógicas postas em circulação.

## **(b) Elementos verbais em outras chamadas: relações dialógicas desencadeadas**

---

<sup>27</sup> Segundo Bakhtin (2003), discurso citado constitui uma enunciação sobre outra enunciação. Ao ser introduzida no enunciado, a palavra do outro é reconfigurada no meu discurso por meio de uma entonação expressiva, que jamais se dá na neutralidade. Na concepção de Maingueneau (2005), discurso citado ocorre quando “põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante” (p.139). Essa estratégia cria um efeito de autenticidade no discurso, pois atribui ao autor da enunciação citada a responsabilidade pelas palavras trazidas na enunciação citante.

O espaço destinado ao Episódio Aracruz não se restringe à área da manchete e da foto principal. O tema tem tamanha relevância para Zero Hora, que a parte inferior da página, onde poderiam figurar chamadas sobre outros acontecimentos ou anúncios publicitários, também é ocupada por notícias sobre o Episódio Aracruz. São três chamadas secas (sem texto de apoio) relativas a três esferas sociais diferentes.

A primeira delas – *Mulheres invasoras debocham dos estragos* – trata da postura das mulheres que participaram do protesto, um dia após o Episódio. A palavra *invasoras* é acentuada valorativamente de modo que, ao qualificar as *mulheres* como *invasoras*, mostra a posição do jornal em relação ao fato acontecido. É o caso de se considerar a palavra como um enunciado que se dirige e se materializa não só em relação ao objeto do discurso, mas também ao interlocutor e a outros discursos. A designação “invasão”, nessa perspectiva, é comumente usada na esfera policial para nomear a ocupação de um espaço por civis, diferenciando do trabalho dos policiais, que realizam uma “ocupação” do espaço seja privado ou público. Zero Hora parece ter se apropriado dessa nomenclatura (“o MST invade, a polícia ocupa”), apesar do aspecto avaliativo que remete tal diferenciação. Assim, o “invasor” é aquele que se apropria indevidamente de um espaço que não lhe pertence, tanto que no meio científico especializado nas ciências agrárias a designação *invasoras* é usada também para nomear àquelas ervas daninhas que prejudicam a produção agrícola. No caso da manchete em foco, o efeito negativo volta-se para a ação das mulheres.

O tom avaliativo se repete na escolha do verbo *debochar* que (des)qualifica a atitude das *mulheres invasoras* diante dos *estragos*. A cena construída com tais palavras numa chamada colocada imediatamente abaixo à foto do hortoflorestal, com as caixas quebradas e os funcionários uniformizados trabalhando, produz efeitos de sentido que ratificam o sentimento de repúdio do jornal ao ato produzido.

Efeitos de sentido na mesma direção podem ser observados na emergência dos enunciados da segunda chamada – *Aracruz adia anúncio de investimento* –, que trata da decisão da empresa de celulose em adiar o anúncio de investimentos no Rio Grande do Sul. Essa chamada reafirma o que já foi explorado na linha de apoio da manchete, na qual Zero Hora especula a possibilidade (num tom de ameaça) de o protesto afugentar a multinacional do estado gaúcho e a cogitada futura instalação de uma fábrica de celulose, com investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão. Desse modo, “adiar” o *anúncio do investimento* pode ser compreendido como uma espécie de aviso (ameaça)

de desistência, por parte da Aracruz, da implantação da fábrica de celulose e, conseqüentemente, da abertura de novos postos de trabalho.

O terceiro destaque diz respeito à esfera política – *Governo gaúcho rompe com Via Campesina* –, no qual chama a atenção o verbo *romper*, numa alusão à medida adotada pelo governador em exercício, Antônio Hohlfeldt. Colocado no terceiro e último espaço para as chamadas secundárias e também último item da área dedicada ao Episódio Aracruz, o enunciado soa como uma resposta ao ato de protesto e um fechamento (com saldo positivo) das notícias da edição. Vemos aqui a emergência do discurso de outro campo social, além daqueles que elencamos no início desse capítulo, sob a perspectiva de Zero Hora: a manifestação do governo estadual, na figura do vice-governador, que, na época do acontecimento, exercia a função de governador do RS.

Com um olhar mais criterioso para os efeitos que emergem da cena discursiva criada para apresentar o Episódio Aracruz, conseguimos vislumbrar uma certa ordem na concepção e apresentação dos fatos por Zero Hora: 1) o ataque é de fora; 2) há um plano internacional contrário ao agronegócio gaúcho; 3) a foto mostra destruição e o trabalho de reconstrução; 3) as mulheres debocham; 4) a Aracruz fica indecisa sobre os investimentos futuros; 5) há uma resposta do governo, que anuncia o rompimento com a Via Campesina.

Percebemos, assim, as relações dialógicas da cena performática construída por Zero Hora, apreendidas a partir da observação dos recursos lingüísticos eleitos, os quais impregnados de acentos de valor, deixam emergir as posições axiológicas do jornal frente ao Episódio Aracruz. Tais relações, entretanto, ganham nova dimensão ao serem vislumbrados os aspectos visuais da capa. Em busca desse entrelaçamento entre verbal e visual, isto é, dos enunciados que constituem a primeira página, passamos às reflexões dos recursos visuais da capa da edição de 10 de março, os quais são cotejados separadamente apenas por uma questão metodológica.

### **A capa e os recursos visuais<sup>28</sup>**

Considerando a indissociável relação entre o verbal e o visual, não deixaremos de recorrer na análise a elementos verbais da capa, pois somente assim podemos fundamentar as reflexões sobre os efeitos de sentido que emergem da análise dos

---

<sup>28</sup> A imagem desta capa está no Anexo A.

recursos que Zero Hora traz à cena da primeira página do jornal. Logo, sem desconsiderar essa complexa relação, trazemos alguns aspectos visuais da capa, que tem como destaque a fotografia que ilustra a manchete de ZH.

A saliência da imagem ocorre tanto pelo espaço que ocupa quanto pelo conteúdo apresentado. Com dimensões de 21 centímetros de largura por 14 centímetros de altura, a fotografia mostra trabalhadores da empresa Aracruz devidamente uniformizados e com chapéus de palha. A cor das calças dos trabalhadores (laranja) é repetida no ícone gráfico que marca as três chamadas secundárias sobre o Episódio. A cor laranja, mesmo que de forma discreta, é utilizada nos logotipos dos cadernos Patrola e Gastronomia. Essa repetição não parece ser aleatória, pois, além de evitar a utilização de muitas cores (o que provocaria uma poluição visual), passa a idéia de unidade, além de destacar a cor do uniforme dos trabalhadores e ratificar a importância da foto para a cena discursiva.

Vale destacar que as cores quentes (variantes do vermelho, amarelo e rosa) foram usadas com parcimônia na capa desta edição. Além da repetição do laranja nos logotipos dos cadernos, há ainda o logotipo do Segundo Caderno (em vermelho) e a segunda fotografia da capa, na qual podemos ver um jogador (a chamada refere-se à editoria de esportes) vestindo uma jaqueta vermelha (cor do time de futebol). Mesmo que presente em quatro pontos fora da chamada do Episódio Aracruz, esses tons não chamam a atenção, principalmente por serem usados em pequenas áreas. Criam um ambiente harmônico, mas não competem com a foto principal nem tiram a centralidade da imagem.

Ainda em relação às tonalidades, é interessante perceber a presença de cores frias (derivadas do violeta, azul e verde) em diferentes pontos da capa. O elemento gráfico que reúne as chamadas dos quatro cadernos especiais tem como cor de fundo o azul claro. Uma tonalidade muito próxima pode ser percebida nos jalecos dos trabalhadores da foto do Episódio Aracruz. O lugar onde estão os empregados da empresa de celulose é ao ar livre, onde predomina o verde da vegetação. Esse conjunto ressalta ainda mais o laranja das calças dos operários e contribui para que o olhar do leitor se prenda à imagem.

A eleição de tais tonalidades é decisiva para a construção de um material despoluído, mas também contribui, no contraste entre as cores frias e quentes, para ressaltar a foto principal. Apesar das regras dos manuais de redação, as quais convocam para uma postura isenta e imparcial dos jornalistas, observamos que essas escolhas deixam mostrar, mesmo que parcialmente, uma posição avaliativa dos

profissionais que atuam na edição da capa. A inscrição do jornalista nas suas produções está em consonância com o que Schwartz (1994, 2003, 2006) chama de dimensão humanizada do trabalho (valores, saberes, experiências, história) que considera o permanente debate com as normas, configurando renormalizações diversas.

Não é apenas o jogo de cores que prende a atenção do leitor à fotografia e conseqüentemente ao assunto que ela ilustra. Não podemos desconsiderar que vivemos num tempo de consumo das imagens, tal como defendido por Debord (1997), e os jornais levam em consideração isso ao montar a primeira página. Além do mais, a imagem da chamada sobre o Episódio Aracruz mostra um grupo de pessoas agindo, trabalhando, o que em fotojornalismo é sempre valorizado, justamente por chamar mais a atenção dos leitores do que aquelas imagens onde há pessoas paradas (como no caso das outras fotos apresentadas nessa mesma capa).

Em relação aos elementos que aparecem na fotografia, é interessante observar os rostos dos funcionários da Aracruz, que, mesmo parcialmente cobertos pelos chapéus de palha, apresentam uma expressão de seriedade, principalmente o homem enquadrado em primeiro plano. Essa concentração no trabalho, a serenidade com que desempenham suas atividades, se contrapõe à imagem do espaço físico em que está o grupo, onde as caixas de mudas de eucalipto estão em desordem, algumas inclusive quebradas e amontoadas.

Outro aspecto que parece entrar em confronto com o ambiente desorganizado provocado pelas caixas quebradas e as mudas caídas ao chão é a utilização de uniformes por todos os operários que estão na fotografia. A adesão ao uso de roupas uniformizadas, inspirada nas normas militares, ainda hoje remete a uma idéia de ordem e de organização. Essa concepção é largamente explorada por empresas do porte da Aracruz Celulose, que, além de passar a imagem de um ambiente ordeiro, também se vale dos uniformes para fazer propaganda de sua marca.

Não poderíamos deixar de discutir a relação dialógica existente entre a legenda e a imagem que, embora aparentemente pareça aproximar as duas dimensões, as distancia. Logo abaixo da foto, podemos ler: “Quase 500 operários iniciaram ontem a reconstrução dos canteiros de mudas, estufas e laboratórios depredados quarta em Barra do Ribeiro”. Sobre o número de funcionários que Zero Hora afirma estar envolvidos no trabalho, percebemos a pertinência de elencar algumas percepções. Não questionamos o número de trabalhadores mobilizados para a atividade, porém nos chama a atenção que a foto mostre somente 16 pessoas (percebemos a presença de algumas delas apenas por

detalhes, como os chapéus que ornem suas cabeças). Ou seja, é mostrado um pequeno grupo de funcionários, aglomerado, que ao ser transformado em foco central da fotografia preenche a imagem, de modo a passar a idéia de que o local está lotado de pessoas. Tal recurso nos faz lembrar as noções de Marilena Chauí (2006), que nos fala do simulacro: a passagem do acontecimento à encenação do acontecimento. Quer dizer, a construção de algo diferente daquilo que é. Sobre a fotografia de ZH: até poderia haver 500 pessoas envolvidas no trabalho, pois é possível que estivessem dispersas. Certo é que a imagem não mostra 500 pessoas aglomeradas no mesmo ambiente, ao contrário do que diz a legenda e sugere a fotografia ao fechar o foco em um pequeno grupo, parecendo que o local estava lotado.

Destacamos ainda na legenda da fotografia principal acentos de valor postos em circulação nas palavras *reconstrução* e *depredados*. Podemos entender que *reconstrução* está em relação dialógica com “deprecação”, e a variação *depredados*, que não só é determinada no enunciado verbal (“canteiros de mudas”, “estufas” e “laboratórios”), mas também pode ser visualizada em alguns elementos da fotografia (as caixas quebradas e as mudas caídas ao chão). A força axiológica das palavras selecionadas assinala a orientação avaliativa do jornal em relação ao Episódio.

Gostaríamos de destacar que as estratégias utilizadas pelo jornal Zero Hora são concernentes à esfera jornalística. A equipe responsável pela edição se valeu dos recursos disponíveis e de seus conhecimentos para oferecer centralidade à fotografia. A publicação de tal foto na capa (trabalho que envolveu fotógrafo, editor de fotografia, editor de capa e equipe de design gráfico) não foi realizada de forma indiscriminada, pois ao produzir os profissionais deixam perpassar seus conhecimentos, suas crenças e seus saberes, reelaborando suas tarefas, a partir do estatuto lacunar das normas. Referimo-nos aqui à noção de renormalização apresentada por Yves Schwartz (2003), que nos fala da permanente construção de novos de saberes, que surgem incessantemente sempre a cada investida dos grupos humanos para produzir.

A mobilização desses profissionais, entretanto, não se restringe ao espaço enunciativo-discursivo da primeira página do jornal, pois as notícias da capa são, a rigor, um resumo do que é apresentado nas páginas internas dos periódicos impressos. É assim que passamos a perscrutar os aspectos (verbais e não-verbais) eleitos para a composição das duas primeiras páginas da reportagem especial, nas quais são tratados os temas destacados na capa.

Páginas internas – Edição de 10 de março

Seguindo as prerrogativas da dialogicidade dos discursos, elegemos para esta reflexão algumas marcas (verbais e visuais), buscando apreender, mesmo que em parte, acentos de valor que se deixam mostrar nas páginas 4 e 5 da edição do dia 10 de março. Nesse dia, ZH dedicou espaço privilegiado ao Episódio Aracruz, tendo ocupado seis páginas internas, além de ser tema de colunistas (textos de opinião). Apresentamos, primeiramente, os elementos verbais, que, seguidos dos visuais, nos dão pistas das posições axiológicas assumidas na performance de Zero Hora ao apresentar o Episódio Aracruz.



Figura 2. Página 4 da edição de 10 de março de 2006



Figura 3. Página 5 da edição de 10 de março de 2006

Elementos verbais

Em relação aos elementos verbais eleitos para as notícias das páginas 4 e 5, optamos por selecionar aqueles que ocupam espaço de maior destaque, como títulos, cartolas e legendas. Seguindo o mesmo viés adotado na manchete, a matéria de abertura, na página 4, estampa o título *Destruição segue linha internacional*. A designação *destruição* associado à *linha internacional* reforça a ideia de ameaça à nação, que expusemos nas reflexões sobre a capa dessa edição, ampliando acentos avaliativos ao Episódio.

Na página 5, no título *O Estado contra-ataca*, podemos perceber relações dialógicas com a manchete da primeira página (*Ataque em Barra do Ribeiro teve origem em orientação do Exterior*). As medidas tomadas pelo governo estadual, na figura do governador em exercício, Antônio Hohlfeldt, são consideradas pelo jornal como uma resposta à ação dos manifestantes (*ataque e contra-ataque*). No *lead* da notícia, o jornal afirma que havia sido deflagrada uma *ofensiva contra os mentores da depredação*. Tal afirmação, em relação ao título e à manchete, parece reforçar a idéia de que há um embate, uma luta simbólica, entre os agentes de diferentes esferas, os quais lançam mão de suas “armas”. Novamente aqui, percebemos o uso de jargões típicos da esfera militar, como *contra-ataca* e *ofensiva*, os quais o jornalista faz uso para a construção das notícias, realçando aspectos do Episódio Aracruz com palavras que lembram uma estratégia militar.

A segunda metade da página 5 (parte inferior) é usada para apresentar uma notícia elaborada por um dos repórteres da RBS TV (a rede de televisão regional de canal aberto que integra o Grupo RBS), com base em declarações gravadas com uma câmera escondida. A postura da equipe de reportagem (e aqui não consideramos que tal atitude tenha sido tomada unilateralmente pelo jornalista, mas que houve o envolvimento de editores) entra em confronto com um dos princípios básicos do jornalismo, descrito, inclusive, no Guia de Ética e Responsabilidade da RBS (2004). Na seção sobre Ética editorial, o tópico Documentos e Identificação (p.21) traz a recomendação de que “todos os integrantes das redações devem informar à fonte o nome e a condição de jornalista de veículo da RBS”, sendo consideradas exceções os casos que obriguem a preservação do sigilo da identidade profissional (para comprovação de ato ilícito) ou que representa risco para a segurança pessoal.

A postura do jornalista apenas ratifica o estatuto lacunar das normas e do trabalho (imprevistos), preconizado por Schwartz (2003, 2006), em que há sempre espaço para (re)elaborações do trabalhador. Afinal, o uso desse expediente é comum em jornalismo, pois em alguns casos as fontes jamais concordariam em dar um depoimento caso soubessem que estão sendo gravadas. É a busca por informações que toque na emoção, provocando indignação e repulsa pela ação.

O título dessa notícia – *Depois da depredação, risada e deboche* – faz eco à chamada da capa (*Mulheres invasoras debocham dos estragos*) e à legenda da foto da capa (*Quase 500 operários iniciaram ontem a reconstrução dos canteiros de mudas, estufas e laboratórios depredados quarta em Barra do Ribeiro*). Assim como na

legenda, novamente vemos o uso do verbo depredar (*depredação/depredados*), o qual traz resquícios da postura avaliativa de ZH frente ao Episódio, eis que tal palavra faz circular sentidos depreciativos, como destruição e devastação, entre outros. O tom avaliativo se mantém no uso das designações *risada* e *deboche*, que (des)qualifica a atitude das mulheres participantes da manifestação diante dos estragos. A imagem da mulher com um sorriso no rosto (tema que será explorado nas reflexões sobre os aspectos visuais) reforça a posição que o jornalista expõe nas suas escolhas lexicais (*deboche*). Posição que jamais será neutra, pois traz consigo, mesmo que não aparentemente, seus acentos de valor, conforme postula a teoria bakhtiniana. As vozes pluriacentuadas que depreendemos dos aspectos verbais da capa são amplificadas ao trazermos para a análise os aspectos visuais dessa mesma cena, os quais serão abordados a seguir.

### **Elementos visuais**

No alto da página 4<sup>29</sup>, há uma pequena foto em preto e branco em que aparece uma das manifestantes que participou do Episódio Aracruz. Essa imagem foi utilizada, ao longo de mais de uma semana, como selo para as notícias sobre o fato. Ao contrário da maior parte dos selos (recurso gráfico usado para facilitar a identificação de um tema recorrente na mídia; uma espécie de carimbo), este não usa de ilustrações gráficas e apela para a personificação.

Novamente, buscamos subsídios nos aspectos verbais para ancorar nossas reflexões, considerando a indissociável relação entre verbal e visual na constituição dos enunciados que carregam as marcas axiológicas das produções discursivas. Ao observarmos cartola (*Questão agrária*) e selo, conjuntamente, apreendemos ainda outras pistas discursivas da circulação de acentos valorativos. Com a eleição de uma imagem do protesto como selo, o tema Questão Agrária (tão vasto e tão propenso a embates) parece ficar enclausurado, restrito às ações de protesto protagonizadas pelo MST. A justaposição desses dois temas (protestos e reforma agrária) encaminha para uma relação aparentemente direta, como se manifestações violentas fossem inerentes ao debate sobre questões agrárias, quase um convite de repúdio ao tema.

---

<sup>29</sup> Essa página está reproduzida no Anexo B.

Além disso, retomando a análise inicial sobre a personificação do selo que ilustra a cartola *Questão agrária*, é válido dizer que a imagem produz efeitos de verdade, como uma ratificação daquilo que é “dito”. É assim que percebemos o uso da foto de uma das manifestantes para ilustrar as notícias sobre esse tema nas edições em análise do período de 9 a 19 de março de 2006. O selo e a cartola em questão foram usados, inclusive, para as notícias que tratavam de outro acontecimento que não o Episódio Aracruz (a desocupação da Fazenda Coqueiros).

A metade inferior da página 4 é ocupada integralmente por uma fotografia, na qual aparece em primeiro plano um grupo de manifestantes, que Zero Hora identifica como integrantes da Via Campesina, durante protesto realizado em auditório da PUC/RS, onde se realizava a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. A mesma foto mostra ao fundo a mesa de palestrantes e autoridades, na qual está em destaque a imagem sorridente do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e conhecido no meio político pela sua militância em defesa das causas dos movimentos de esquerda.

Uma fotografia de arquivo (19/09/2005) do governador em exercício, Antônio Hohlfeldt, ilustra a matéria que ocupa a metade superior da página 5<sup>30</sup>. A fotografia mostra o vice-governador sentado em um gabinete, no momento em que está dando uma declaração (possivelmente uma entrevista). O ambiente é ornamentado com quatro bandeiras, além de uma pintura com a imagem de Hipólito José da Costa, patrono da imprensa brasileira. Assim como a figura histórica do quadro, Antônio Hohlfeldt também é jornalista, além de professor e, na época do acontecimento, político com cargo eletivo (vice-governador).

A segunda imagem da página 5 é de uma mulher, de chapéu de palha, com um meio sorriso no rosto. Essa imagem, associada aos aspectos verbais da notícia, cria um efeito de deboche (o sorriso parece irônico). A mulher é identificada como integrante da Via Campesina participante do Episódio Aracruz. A imagem é uma reprodução de vídeo feito pela equipe de reportagem da RBS TV (o canal de televisão do Grupo RBS) no acampamento de agricultores participantes do Fórum organizado pela Via Campesina, paralelo à 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Na matéria, sem assinatura de repórter, visto que é uma versão editada das

---

<sup>30</sup> Essa página pode ser visualizada no Anexo C.

informações apresentadas nos telejornais da RBS TV, é exposta a forma como a imagem foi obtida: “Com uma câmera escondida, o repórter...”. Ou seja, a imagem foi captada sem que a agricultora soubesse que estava sendo filmada.

As imagens dessas duas páginas nos remetem às pistas avaliativas deixadas por Zero Hora: o selo, com a personificação de uma camponesa; a foto do protesto da Via Campesina na PUC/RS com a imagem do ministro Rosseto sorrindo; a foto do governador em exercício Hohlfeldt com o quadro do patrono da imprensa ao fundo; a imagem da agricultora com um meio sorriso no rosto. Essas cenas ressoam e reforçam as posições ideológicas percebidas nas marcas lingüísticas, como a cartola *Questão Agrária*; o título que fala em *linha internacional* do protesto; a reação do governo (*O Estado contra-ataca*); e o título *Depois da depredação, risada e deboche*. No conjunto, podemos vislumbrar as modalidades de conflito que Zero Hora adere para apresentar o Episódio Aracruz, exacerbando antagonismos e divergências.

Os efeitos de sentido vislumbrados na performance de Zero Hora na edição de 10 de março nos remetem às concepções da arquitetura bakhtiniana sobre a dimensão social e, portanto, viva e dinâmica da linguagem. É assim que os enunciados são elaborados na complexa relação entre aspectos verbais, visuais, sociais, ideológicos e dialógicos. Nessa mesma perspectiva, passamos na seqüência às reflexões analíticas do segundo material selecionado para esta pesquisa.

### 3.2.3 “Impunidade Radical” - Edição de 12 de março

#### Capa – Edição de 12 de março<sup>31</sup>

Assim como na análise anterior, o Episódio Aracruz ocupa espaço de destaque na capa da edição de 12 de março de Zero Hora. São usadas três colunas de largura (das cinco que subdividem a mancha de um jornal tablóide) por 20 centímetros de altura, ocupando quase 40% do espaço total. Em relação ao espaço dedicado à esfera publicitária, há, na parte inferior, à direita, dois anúncios de lojas de varejo. Apesar de comporem a cena discursiva da capa de jornal, não serão considerados nesta análise, justamente por pertencerem à outra esfera, com especificidades diferentes das do campo jornalístico.

---

<sup>31</sup> A capa da edição de 12 de março de 2006 foi foco de um artigo, escrito em co-autoria com a professora-doutora Maria da Glória Di Fanti (UCPel-PUC), encaminhado, em janeiro de 2010, para submissão da comissão editorial da Revista Gragoatá.

Além da notícia sobre o Episódio Aracruz, a primeira página traz a manchete do jornal, mas com letras menores que a da chamada sobre o acontecimento em Barra do Ribeiro-RS. É assim que consideramos a chamada do Episódio Aracruz como a principal da capa desta edição. Há ainda outras três chamadas menores, com suas respectivas cartolas e linhas de apoio. Na parte superior da página, logo abaixo do nome do periódico, com cinco colunas de largura, estão as chamadas dos cadernos dominicais e suas ilustrações. É essa cena e os enunciados que ali circulam que passamos a analisar a seguir.



Figura 4. Capa do jornal Zero Hora em 12 de março de 2006

### A capa e os recursos verbais

Seguindo a ordem metodológica estabelecida nesta pesquisa, trazemos num primeiro momento os recursos verbais, categoria que é desdobrada em outras duas: (a) designações utilizadas para a chamada sobre o Episódio Aracruz e (b) elementos verbais utilizados em outras chamadas. Para esse último item, selecionamos chamadas que figuram no espaço dedicado a notícias que não tratam do Episódio Aracruz, por considerarmos as relações dialógicas estabelecidas com o tema de nossa pesquisa. Na

segunda etapa perscrutamos os aspectos visuais que, indissociáveis dos recursos verbais, são indispensáveis na compreensão dos sentidos em circulação.

**a) Designações utilizadas na chamada principal: efeitos de sentido em circulação**

Na circulação de vozes observadas na chamada do Episódio Aracruz, percebemos a emergência de algumas palavras que se destacam pelos acentos valorativos que orientam para avaliações negativas. Com o título *Impunidade radical*, em letras maiores que a manchete da edição (*Quem vai ficar com o pólo gaúcho?*), a chamada tem a seguinte linha de apoio: "Indulgência estimula repetição de ações violentas no Estado". Há ainda quatro fotos, sendo que três delas têm como legenda "Punição: nenhuma". Na quarta foto, do Episódio Aracruz, a legenda é um pouco diferente: "Punição:?". Algumas das designações que fazem parte de tais enunciados nos chamam a atenção, como *impunidade*, *indulgência*, *radical*, *violentas* e *punição*. Passamos então às reflexões que buscam vislumbrar efeitos de sentido construídos com tais palavras.

O título da chamada ("Impunidade radical") produz uma espécie de acusação, ao considerar a falta de punição das ações atribuídas aos movimentos sociais. Associada à *impunidade*, a palavra *radical* reforça o tom acusatório, além de passar a idéia de que no Rio Grande do Sul impera uma inoperância nos processos criminais, como se essa falta de atitude fosse uma posição recorrente. Significa que as pessoas com a incumbência de avaliar tais ações teriam a postura de não aplicar as penas cabíveis a fatos relacionados aos movimentos sociais de esquerda.

Pela observação dos enunciados que constituem a notícia sobre o Episódio Aracruz, é válido observar que a designação *radical* suscita o conflito entre duas perspectivas diferentes: uma, a observada no título em análise, que desqualifica a posição dos representantes do campo jurídico, outra, comumente observada nos veículos de comunicação, que caracteriza como inflexível o posicionamento de movimentos sociais, como a Via Campesina. Tal ressingularização remete às afirmações de Bakhtin de que não existe neutralidade, sendo o enunciado constituído dialógica e ideologicamente em situações de enunciação ímpares. Remete ainda às noções de Schwartz sobre o "fazer" do trabalhador, que no decorrer de sua atividade oferece contribuições únicas (pois é resultado de suas vivências, sua história) para o trabalho,

subvertendo as normas descritas nos manuais, de tal forma a deixar sua marca no que é produzido.

O enunciado da linha de apoio, "Indulgência estimula repetição de ações violentas no Estado", que também é destacado graficamente na página, apresenta uma orientação valorativa que não só reforça a idéia de que não há punição, mas também atribui à falta de aplicação de penas o crescimento de ações violentas de movimentos sociais no Estado. Essa posição axiológica é reiterada por diferentes elementos verbais, como é o caso da palavra *violentas*, que, qualificando as ações, deixa emergir o conflito entre a posição do jornal e a dos movimentos sociais.

Além dos aspectos verbais que compõem o título e a linha de apoio, destacamos a palavra *punição*, usada na legenda das quatro fotos que compõem a notícia sobre o Episódio Aracruz. Tal enunciado suscita uma discussão particular devido ao fato de sobre ele recair grande parte das posições ideológicas antagônicas que circulam nesse espaço. Consideramos, para tanto, a compreensão da esfera judiciária em relação a *punição*: a aplicação de uma pena civil ou criminal a alguém. Entretanto, a decisão de imputar uma pena a alguém, da competência da esfera judiciária, somente pode ocorrer depois de transcorridas etapas na Polícia Judiciária, no Ministério Público e no Poder Judiciário. Dessa forma, percebemos um claro confronto do jornal não só com os movimentos sociais, mas também com a legislação brasileira.

Para apurar os responsáveis por fatos como os descritos por Zero Hora, de acordo com a legislação brasileira, é necessário que seja instaurado inquérito policial, durante o qual são reunidas provas e identificados os autores dos atos infratores. Somente depois disso, o Ministério Público, único órgão em nossa sociedade com poder persecutório, pode denunciar alguém à Justiça. Cabe aos juízes a decisão de acolher ou não tal denúncia para a abertura de um processo judicial, durante o qual será dada a oportunidade de defesa do réu. Ao final, é dada a sentença, que pode condenar ou absolver.

Os enunciados que remetem à cobrança de punição aos supostos culpados apresentam diferentes acentos de valor, como já observamos. Essa expressividade é bastante contundente no conjunto de fotografias que, criando efeito de verdade, apela para cenas de destruição, jogando com cores e recursos gráficos. Além disso, a disposição das fotografias, em ordem cronológica, variando de 2001, 2003, 2005 e 2006, dá uma idéia de que está diminuindo o espaço de tempo entre uma ação e outra, o que equivale a um aumento da incidência. Esse direcionamento avaliativo é mais

aparente ao observarmos o funcionamento discursivo da designação *punição* nas fotografias. As três primeiras fotos apresentadas possuem uma mesma legenda – “Punição: nenhuma” – que, se do ponto vista formal, é uma repetição, do ponto de vista enunciativo, configura-se como um novo enunciado a cada ocorrência, com sentido dinâmico que, não deixando de entrar em confronto com os movimentos sociais e com a legislação brasileira, acusa a falta de Justiça em três diferentes ações dos movimentos sociais. O tom acusatório é reiterado pelo uso do pronome “nenhuma” (em referência à “punição”) que no enunciado apresenta índices valorativos que indica a falta de qualquer medida contra os responsáveis pelos atos. Na quarta fotografia, a do Episódio Aracruz, a legenda sofre um deslocamento bastante sugestivo. No lugar de “nenhuma”, após “punição”, aparece um ponto de interrogação: “Punição: ?”. Esse sinal gráfico, entrando em dissonância com as outras ocorrências das ações que não tiveram punição, remete à incerteza, questionamentos e insegurança. Como em três dos quatro episódios relacionados na capa do Jornal, até a data da edição (12/03/2006), os inquéritos policiais não haviam sido concluídos, é possível perceber o confronto entre as posições assumidas pelo jornal e a legislação brasileira. O quarto e último fato (o Episódio Aracruz) havia ocorrido há quatro dias, tempo insuficiente para a conclusão das etapas processuais no Poder Judiciário.

Em consonância com os trâmites que devem ser respeitados pela esfera judiciária, Zero Hora traz no seu Guia de Ética e Responsabilidade Social da RBS (2004) recomendações sobre o tema. Na página 16 do referido manual, o item “Acusações” diz que a “RBS não divulga nomes de acusados em processos, a menos que tenha ocorrido algumas destas situações: indiciamento, prisão em flagrante, pedido de prisão preventiva, denúncia aceita pela Justiça ou confirmação de envolvimento por informações consistentes apuradas pelo veículo”. Ao fazer uso da legenda “Punição: nenhuma” e “Punição:?”, o jornal afirma que em três dos quatro casos listados não houve punição aos envolvidos, e o último (o Episódio Aracruz) suscita dúvidas sobre a disposição da Justiça em “punir” os “infratores”. Tais efeitos de sentido entram em conflito com as recomendações da própria empresa, pois somente no Episódio Aracruz, por exemplo, nenhuma das situações elencadas pelo Guia de Ética ocorreu. Mesmo a brecha deixada pelo Guia (“ou confirmação de envolvimento por informações consistentes apuradas pelo veículo”), não poderia ser usada, eis que não havia equipe de reportagem de Zero Hora durante a manifestação na Fazenda Barba Negra.

Consideramos pertinente ampliar nossa análise, abrangendo a chamada que se encontra logo abaixo das fotografias, que trata da saída de integrantes do MST da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul-RS. Quer dizer que no interior do espaço dedicado ao Episódio Aracruz, sob o título *Impunidade radical*, há uma chamada que se refere a um outro embate originado pelas divergências em torno da reforma agrária. No título da chamada “MST desocupa a Fazenda Coqueiros e se aloja em área vizinha”, vemos a emergência dos verbos *desocupa* e *se aloja*. Podemos apreender assim uma construção que causa impacto, principalmente, por elencar, junto aos quatro episódios passados, uma ação do MST que ainda não foi encerrada.

Tendo em vista a constituição dos aspectos verbais da capa, em que não desconsideramos a indissociável relação com os elementos visuais, é possível perceber as notícias como uma construção que busca “tocar” na emoção dos leitores, criando efeitos negativos para o Episódio Aracruz. Percebemos, na capa, o confronto com alguns dos preceitos básicos do jornalismo, descritos na maioria dos manuais de redação: evitar tomar para si (jornalista) a responsabilidade de avaliar fatos do cotidiano, sem que para isso tenha consultado fontes, isto é, especialistas no tema. Essa medida se faz necessária em função de a esfera jornalística buscar em outras esferas subsídios para construir seus próprios discursos, ou seja, trata de fatos de esferas diversas e se utiliza, para tanto, do conhecimento de especialistas de outras áreas que não a jornalística para subsidiar sua produção. Essa prática deve ser objeto de reflexão, uma vez que, sem um olhar crítico, um leitor desavisado possivelmente vai aceitar como “verdade” as versões apresentadas e os efeitos criados pelos enunciados da capa do jornal.

#### **b) Elementos verbais em outras chamadas: relações dialógicas desencadeadas**

Diferentemente da análise realizada sobre a edição “*Ataque em Barra do Ribeiro*” - Edição de 10 de março, abarcamos nesta categoria as chamadas secundárias da capa de 12 de março que não compõem o espaço dedicado à chamada do Episódio Aracruz. Esse foco diferenciado justifica-se pelos efeitos de sentido que podem ser vislumbrados ao observarmos o conjunto discursivo da primeira página do jornal. Assim, passamos a uma breve discussão sobre as duas chamadas secundárias selecionadas, que mantêm um diálogo com os enunciados que circulam sobre o Episódio Aracruz.

### **“Quem vai ficar com o pólo gaúcho?”**

Mesmo em corpo menor que a chamada do Episódio Aracruz, o enunciado em forma de pergunta “Quem vai ficar com o pólo gaúcho?” é manchete da edição de 12 de março de 2006 do jornal Zero Hora. Vale destacar que não é usual a utilização de perguntas, mesmo em títulos, sendo desaconselhado o seu uso pelos manuais de redação por remeter a dúvidas, efeito contrário ao almejado nas notícias, que tem como ponto referencial a busca por efeitos de objetividade, veracidade e imparcialidade.

O enunciado, construído como um questionamento, põe em xeque a situação de um importante segmento da economia do Rio Grande do Sul: o pólo petroquímico. Tal acepção remete a um efeito de incerteza em relação ao futuro do estado do Rio Grande do Sul, o qual é impossível desatrelar do efeito sugerido pela chamada do Episódio Aracruz, que faz referência à impunidade existente no estado gaúcho com relação a “ações violentas”.

### **“Olho por olho”**

A expressão “Olho por olho, dente por dente” está registrada num dos 282 artigos do Código de Hamurabi (1792-1750 a.C.), o qual instituiu a vingança como preceito jurídico no Império Babilônico. É base também para a Lei de Talião, que prescreve ao transgressor a pena igual ao crime que praticou. A Lei de Talião (do latim *Lex Talionis*: *lex*: lei e *talis*: tal, parêntese) consiste na rigorosa reciprocidade do crime e da pena, por isso é freqüentemente expressa pela máxima *olho por olho, dente por dente*. É uma das mais antigas leis existentes.

O jornal lançou mão de parte da expressão – “Olho por olho” – para identificar uma das chamadas da capa, usando-a como cartola para o título “Crescem casos de justiça com as próprias mãos”. Aqui, novamente, é perceptível o efeito de sentido de que o poder público no Estado não é atuante. O enunciado “Descrédito nas instituições alimenta tentativas de linchamento”, logo abaixo da chamada, segue a mesma orientação avaliativa e indica que os próprios cidadãos estão tomando para si a responsabilidade de punir os supostos culpados de crimes. O enunciado configura-se como mais uma alusão à impunidade existente no Rio Grande do Sul, explicitada na chamada sobre o Episódio Aracruz.

## A capa e os recursos visuais<sup>32</sup>

Em interlocução com os elementos verbais, os recursos visuais eleitos para compor a capa da edição de 12 de março de 2006 constituem fonte fundamental para observar posições avaliativas empreendidas pelo jornal ao produzir a capa de jornal. Nessa perspectiva, destacamos o uso da cor vermelha em diferentes elementos gráficos. Em contextos que tratam de questões sociais, o vermelho nos remete à cor da bandeira de movimentos sociais de esquerda, inclusive os envolvidos na articulação do protesto contra a Aracruz. A cor vermelha aparece nas chamadas dos cadernos dominicais ZH Classificados e Donna ZH. A foto que ilustra o destaque de Donna ZH (a reportagem “Os limites da intimidade de um casal”) também tem um recurso em vermelho: o cobertor que cobre a mulher que está deitada sobre uma cama. O elemento gráfico (uma tarja) localizado acima do nome do jornal, no qual há a inscrição do endereço do site da empresa, neste dia, também é de cor vermelha. Essa tarja é parte integrante do projeto gráfico do jornal Zero Hora, mas varia de cor conforme a diagramação da capa e as cores empregadas. Mesmo não sendo foco desta análise e termos conhecimento de que tal material tenha sido produzido por uma equipe de profissionais de outra área e de fora da redação, é válido ressaltar que o vermelho está presente ainda no principal anúncio da página (lojas Ponto Frio).

Assim, independentemente dos motivos que levaram a tal escolha, a eleição da cor vermelha deixa emergir um efeito de busca de unidade entre diferentes elementos visuais que compõem o todo da página, além de se prestar à utilização de uma etiqueta para a chamada que remete ao Episódio Aracruz. A referida etiqueta vermelha é usada como fundo para o enunciado “Impunidade radical” e a linha de apoio “Indulgência estimula repetição de ações violentas no Estado”, que serve de título para a chamada que versa sobre as ações “violentas” protagonizadas pelos movimentos sociais no Rio Grande do Sul nos últimos cinco anos. Esse elemento gráfico se destaca dentre os outros usados na página devido à cor (o matiz vermelho é mais escuro que o usado no anúncio do Ponto Frio) e em função do espaço que ocupa (três colunas de largura e 5,5 centímetros de altura).

A utilização de uma etiqueta como elemento gráfico não é por acaso. As quatro fotos (em preto e branco) que ilustram a chamada estão dispostas dentro de um quadro

---

<sup>32</sup> A capa da edição de 12 de março está no Anexo D.

de cor amarelo claro (tom pastel), que oferece um efeito de papel envelhecido, tal como documentos de arquivo. Assim passa a idéia de que os fatos ali apresentados (todos atos de protesto orquestrados e protagonizados por movimentos sociais) fazem parte de um acervo catalogado, arquivo-morto. Etiquetas como a apresentada nessa capa também são usadas por magazines para indicar o preço de produtos, principalmente roupas, em liquidação. Pode-se entender, assim, que para o jornal Zero Hora haveria uma grande “oferta”, uma banalização, de ações violentas no Rio Grande do Sul, as quais, apesar de serem recorrentes, são apenas registradas em documentos já arquivados. Impossível dissociar tais considerações dos efeitos de sentido que verificamos na análise dos aspectos verbais, os quais nos remetem à “inoperância” da Justiça no RS, vislumbrada a partir dos acentos de valor produzidos com as construções *Impunidade radical e Punição: nenhuma*.

Importante dizer que o uso de tais recursos visuais para criar uma página esteticamente harmônica e que prenda a atenção do leitor não se configura como uma quebra das normas éticas que regulam a atividade jornalística. Ao contrário, além de atender às prerrogativas da construção discursiva da capa e lhe conferir uma certa estabilidade, a orquestração dos recursos gráficos para a produção da primeira página de um periódico jornalístico condiz com o que nos ensina Schwartz (2003) sobre o debate entre normas antecedentes e renormalizações (ressignificações), fundamental para a construção dos saberes humanos. O que deve ser ressaltado na capa em foco, no entanto, são as posições avaliativas, ideológicas, que se projetam no conjunto dos recursos verbo-visuais, já que o jornalista, não sendo neutro e estando inserido na história que se faz no dia-a-dia, faz avaliações sobre diferentes segmentos, como é o caso do tom negativo observado em relação às ações atribuídas aos movimentos sociais.

### **Páginas internas – Edição de 12 de março**

As páginas 4 e 5 da edição dominical de Zero Hora do dia 12 de março de 2006 apresentam um texto de abertura (na página 4), seguido de quatro tópicos, distribuídos ao longo das duas páginas, que fazem parte do texto principal. Pequenos entretítulos (intertítulos) são usados para marcar o início da narração de cada um dos quatro episódios em que houve a participação de movimentos sociais. Na página 5, no canto inferior direito, há outra notícia, a qual apresenta um título “Ibope constata preocupação

com invasões”, um pequeno texto e, em destaque, um gráfico com o resultado da pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope).

Em função da organização metodológica, apresentamos primeiramente as reflexões acerca dos elementos verbais seguidas das análises de elementos visuais. Destacamos que para a categoria que compreende os elementos verbais foram selecionadas algumas marcas linguísticas, as quais empreendem relações de sentido com os aspectos visuais, por compreendermos como constitutivos um do outro.



Figura 5. Página 4 da edição de 12 de março de 2006



Figura 6. Página 5 da edição de 12 de março de 2006

Elementos verbais

No título principal da notícia (*Com a marca da impunidade*), a utilização de alguns itens lexicais chama a atenção por repetirem a posição axiológica que observamos na capa desta edição. Entre as designações que integram o título principal da página, a palavra *impunidade* requer algumas considerações. Na análise da capa, em relação ao enunciado *Impunidade radical*, destacamos que a punição de alguém somente pode ocorrer após transcorridas etapas na Polícia Judiciária, no Ministério Público e no Poder Judiciário. Recomendações que atentam para a legislação brasileira estão descritas no Guia de Ética e Responsabilidade Social da RBS (2004). A despeito

da recomendação, o jornal recorre novamente, assim como na primeira página, à designação *impunidade*, que faz menção à “inoperância” das autoridades judiciárias.

Nos entretítulos, podemos observar o mesmo efeito da capa, onde quatro episódios ocorridos no Rio Grande do Sul são colocados num conjunto, passando a idéia de que esse tipo de ação é recorrente no estado gaúcho. Os quatro entretítulos trazem os seguintes enunciados: *Barra do Ribeiro, 8 de março de 2006 - Alvo: Aracruz Celulose; Esteio, 26 de outubro de 2005 - Alvo: Standard Distribuidora e Logística; Porto Alegre, 8 de novembro de 2003 - Alvo: Centro de Biotecnologia da UFRGS; Não-Me-Toque, 25 de janeiro de 2001 - Alvo: Monsanto*. A designação *alvo* (qualquer ponto que se procura acertar com um tiro) reforça a idéia de que a questão agrária esteja atrelada aos objetivos ou a finalidade dos movimentos sociais.

A notícia colocada na parte inferior à direita da página 5 faz um contraponto à “recorrência” de manifestações no RS, ao apresentar o resultado de uma pesquisa, realizada pelo Ibope, com a opinião dos brasileiros sobre as ações do MST. O título da referida notícia (“Ibope constata preocupação com invasões”) indica, pelas palavras eleitas (*constata, preocupação*), que a população desaprova a conduta dos movimentos sociais. O uso da designação *invasões* para se referir aos atos do MST traz para a cena discursiva a acepção negativa do verbo invadir: apropriação indevida de espaço que não lhe pertence. Novamente vemos aqui alusão à recorrência de ações criminosas (invasão, pela legislação brasileira é crime) e à falta de punição, eis que tais manifestações são motivo de preocupação dos brasileiros.

Entre as estratégias discursivas de que se valem os jornalistas, a publicação de resultados de pesquisa produz um efeito de veracidade, pois “comprova” com números obtidos por meio de um método científico a posição assumida no discurso jornalístico. O uso de números para a construção das notícias atende ao requisito da objetividade que os produtos da esfera jornalística “devem” apresentar, pois oferecem dados “concretos”.

A apresentação de pesquisas produz relações de sentido que não se restringem ao efeito de verdade criado com os índices. No conjunto da pesquisa, as questões trazem palavras, acentuadas valorativamente, que orientam respostas merecedoras reflexão. É assim que percebemos a saliência de algumas designações usadas nas duas questões, e respectivas possibilidades de resposta, apresentadas pelo Ibope:

**Questão:** *As invasões promovidas pelo MST abalam ou não a democracia brasileira?*

**Respostas:** *Abalam - Não abalam - Não sabe/não opinou*

**Questão:** *Qual a postura do governo federal em relação às invasões de terra?*

**Respostas:** *Conivente - Repressor - Não sabe/não opinou*

Nesse conjunto<sup>33</sup>, percebemos o direcionamento das perguntas ao apresentarem possibilidades fechadas de respostas, requerendo um posicionamento sem demais reflexões dos entrevistados perante a dualidade das alternativas. As posições irredutivelmente contrárias (*abalam x não abalam, conivente x repressor*) nos remetem a situações polarizadas (bem x mal, bom x ruim).

A escolha de tais palavras, pelo enunciador-jornalista, parece ratificar o que as noções da teoria dialógica apresentam sobre acento de valor: o enunciado concreto vem carregado de sentidos, não é neutro, comportando sempre um traço avaliativo concebido pelo locutor. É nesse movimento, de orientação apreciativa, que o sujeito deixa sua marca e mostra sua posição em relação ao outro. Nossas breves considerações sobre os elementos verbais selecionados reclamam uma interlocução com os aspectos visuais desse mesmo espaço, reflexão que faremos a seguir.

## Elementos visuais

A parte superior da página 4<sup>34</sup> foi usada para o título da notícia (*Com a marca da impunidade*), colocada logo abaixo da tarja azul onde está a cartola *Questão agrária*. Ao lado do título, podemos ver novamente o selo que identifica as notícias sobre o Episódio Aracruz (a imagem da mulher com o rosto coberto, item analisado nas reflexões sobre a edição de 10 de março).

Em consonância com a cena construída na capa da edição, percebemos a presença do tom vermelho. Diferentemente da primeira página do jornal, onde essa cor serviu com um elemento gráfico (um espécie de etiqueta onde foi colocada a manchete), na página 4 o vermelho está presente nas letras do entretítulo que marca o Episódio Aracruz. Na página 5<sup>35</sup>, além de ser usada nos entretítulos que versam sobre os outros três episódios resgatados por Zero Hora, a cor vermelha está presente nos quadros ilustrativos associados a cada um dos episódios e nos elementos que compõem o gráfico demonstrativo da pesquisa do Ibope. Os entretítulos marcam, pela cor e pelos enunciados, as manifestações ocorridas no Rio Grande do Sul, enquanto os quadros

<sup>33</sup> Voltaremos a abordar a pesquisa do Ibope na seção *Elementos visuais*.

<sup>34</sup> Esta imagem está no Anexo E.

<sup>35</sup> Ver Anexo F.

ilustrativos (com os enunciados *O que impediu a punição* e *A situação* também em vermelho) resumem a situação de cada episódio junto à Justiça e às polícias Civil e Federal.

Como já afirmamos, o vermelho remete à cor das bandeiras dos movimentos sociais de esquerda, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Via Campesina, participantes do Episódio Aracruz. Além disso, a cor vermelha, por pertencer à palheta de tons quentes, sempre deixa emergir um efeito marcante, o qual é potencializado com as escolhas lexicais feitas para os entretítulos.

O efeito de impacto é visto também no uso do vermelho para mostrar o resultado da pesquisa do Ibope. Interessante que as outras cores escolhidas para marcar as porcentagens das respostas pertencem à palheta dos tons frios (azul e verde). Com tal estratégia, é evidenciado o resultado da pesquisa. Na primeira pergunta, 76% dos entrevistados no Brasil, ao serem questionados se “As invasões promovidas pelo MST abalam ou não a democracia brasileira?”, optaram pela resposta “Abalam” (na Região Sul esse índice sobe para 79%). A segunda questão averiguada pelo Ibope questionava sobre “Qual a postura do governo federal em relação às invasões de terra?”, tendo ocorrido empate nas opções “Repressor” e “Conivente” (ambas as respostas obtiveram índice 39% na pesquisa em nível nacional e 38% na averiguação da Região Sul). A eleição da cor vermelha foi usada para indicar a resposta de maior índice, como para a opção “Abalam” da primeira pergunta. No gráfico que ilustra a segunda pergunta, na qual houve empate, entretanto, o vermelho é usado para marcar a opção “Conivente”. Temos a percepção de que tal escolha faz emergir a posição axiológica do jornal Zero Hora sobre as ações o MST.

Em relação às fotos, é importante destacar que a principal imagem (na página 4) é do Episódio Aracruz, o que está em consonância com o critério de atualidade descrito nos manuais de redação. O que destoa das normas da atividade jornalística é o crédito da foto, onde se lê a seguinte inscrição: *Jefferson Bernardes, Preview.com, Banco de Dados – 8/03/06*. É nessa cena que Zero Hora assume o fato que tanta controvérsia despertou e, na nossa concepção, provocou reflexos na cobertura do jornal sobre o Episódio Aracruz: os veículos do Grupo RBS não registraram o momento da manifestação, o que soa estranho em se tratando do jornal de maior circulação do RS.

Ao compreendermos que a cobertura jornalística de Zero Hora sobre o Episódio Aracruz traz a emergência de relações dialógicas, as quais não podem ser encerradas em reflexões isoladas das categorias analíticas, finalizamos neste tópico o desafio que

empreendemos de analisar aspectos constitutivos dos enunciados eleitos para compor a cobertura jornalística do Episódio Aracruz em Zero Hora. As reflexões nos requisitaram uma ativa posição responsiva perante o objeto de pesquisa, o qual, a partir das observações realizadas no âmbito das categorias analíticas, oferece subsídios para passarmos à seção onde apresentamos as nossas percepções finais em relação ao trabalho desenvolvido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar estratégias discursivas adotadas para a construção das notícias publicadas em Zero Hora sobre um acontecimento de grande repercussão na mídia gaúcha, que para fins de pesquisa denominamos como Episódio Aracruz. Consideramos que os jornalistas lançam mão de tais estratégias para construir as notícias que são apresentadas na esfera pública, o que, indubitavelmente, produz efeitos de sentido diversos, variando entre modalidades de adesão e modalidades de conflito. É válido destacar que ao se valer de artifícios concernentes a sua atividade profissional, o jornalista deixa ressoar pistas, pelos seus enunciados, da posição axiológica do jornal. Isso não quer dizer que há um "controle" na circulação desses efeitos, visto a dinamicidade da linguagem e a ativa posição responsiva dos leitores perante os discursos. Também não quer dizer que nas produções jornalísticas, constituídas por múltiplas vozes, haja única e exclusivamente a voz do jornal, mas que os discursos apresentados, em função da rotina produtiva das notícias, carregam intrinsecamente as posições ideológicas da empresa onde foram geradas.

Para empreender tais reflexões, tivemos como embasamento teórico as noções desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin, que permite o estabelecimento de uma interlocução com outras linhas de pensamento. Foi assim que realizamos uma interlocução da teoria dialógica do discurso com as concepções de campo social, do sociológico Pierre Bourdieu, e com as noções da abordagem ergológica, do filósofo Ives Schwartz.

A análise das estratégias discursivas eleitas para a produção das notícias sobre o Episódio Aracruz teve como intuito vislumbrar a cena construída pelo jornal Zero Hora e as relações dialógicas empreendidas nesse espaço, de tal forma a recuperar características e efeitos de sentido das notícias no jornal impresso. Nesse sentido, selecionamos as edições de 10 e 12 de março de 2006, contemplando a capa e, de modo mais sucinto, as páginas internas (4 e 5), como objeto de nossas reflexões teórico-analíticas.

Atendendo questões metodológicas, organizamos a análise em dois grupos interdependentes, contemplando, primeiro, as reflexões acerca dos recursos verbais eleitos para a construção da notícia e, segundo, a análise dos recursos visuais utilizados na cena discursiva. Na etapa de análise das capas, desdobramos a categoria que trata dos recursos verbais em outros dois tópicos, de tal forma a observar as designações

utilizadas para a chamada sobre o Episódio Aracruz e perscrutar os elementos verbais em outras chamadas.

Em nosso entendimento, as reflexões acerca das edições de 10 e 12 de março, mesmo que organizadas separadamente em tópicos, reclamam uma articulação que não pode ficar circunscrita às análises isoladas de cada edição, pois as relações de sentido apreendidas entre verbal/visual e capa/páginas internas ganham nova dimensão com a tessitura de uma malha analítica que permeie as edições 10 de março/ 12 de março. Para tanto, apresentamos algumas considerações sobre as notícias do Episódio Aracruz, tendo como base as análises realizadas no terceiro capítulo, onde detalhamos os efeitos de sentido depreendidos das notícias em ZH.

Aqui, para evitar uma delongada discussão, não esmiuçaremos as acepções apreendidas a cada palavra, foto ou infográfico, buscando apresentar uma reflexão que englobe relações dialógicas perceptíveis, a partir das análises de ambas as edições de Zero Hora. Nessa perspectiva, observamos uma certa estabilidade nos enunciados apresentados nas duas edições selecionadas. No que tange aos principais aspectos verbais, apresentados a seguir, consideramos válido ressaltar as posições avaliativas que emergem das palavras usadas (títulos, legendas, linha de apoio etc.) e suas relações dialógicas, tanto nas capas como nas páginas internas.

Nessa perspectiva, podemos perceber que efeitos de sentido produzidos com o uso das designações *ataque*, *orientação no exterior*, *ato de vandalismo*, *cartilha de organizações mundiais*, *pregam a expulsão*, *afugentar*, *plano*, *combater* e *forma radical*, na capa, e *destruição* e *linha internacional*, nas páginas internas, da edição de 10 de março, são potencializados no jornal de domingo (12/mar) com as palavras *impunidade radical*, *indulgência*, *ações violentas* e *punição: nenhuma*, na capa, e *marca da impunidade* e *alvo*, nas páginas internas.

A partir da análise conjunta desses materiais, temos a percepção de que as notícias da edição de 10 de março buscam apresentar as razões subjacentes ao Episódio Aracruz, apresentado por Zero Hora como uma ação com *origem em orientação do Exterior*, seguindo uma *linha internacional*. Ao defender que o *ato de vandalismo seguiu uma cartilha de organizações mundiais que pregam a expulsão de multinacionais e o fim do agronegócio*, na nossa ótica, Zero Hora começa nessa edição (10/mar) a tecer um discurso que nos remete à "fragilidade" do Rio Grande do Sul frente ao plano dos movimentos sociais em dar *fim ao agronegócio*.

O “sentimento” de que o estado gaúcho está “indefeso” contra o *ataque* da Via Campesina e do MST é exacerbado na edição de 12 de março, onde não apenas o Episódio Aracruz é foco das notícias na capa e nas páginas 4 e 5. Outros três acontecimentos são apresentados, a partir de um trabalho de retrospectiva, deixando emergir a concepção de uma recorrência de ações violentas no Estado. Podemos entrever tal efeito pelas designações eleitas por ZH, que nos indicam haver no Rio Grande do Sul uma *impunidade radical* em relação aos atos de protesto, incentivando, pelo ambiente de *indulgência* estabelecido no estado gaúcho, a repetição de manifestações que, recorrentemente, resultam em *punição nenhuma*.

Em síntese, depreendemos, na fluidez dos sentidos dos enunciados, que a “insegurança” está instaurada no RS. Tal efeito ganha reforço na intrínseca relação das chamadas principais com os elementos verbais que compõem as chamadas secundárias em ambas edições. Cremos que as designações apresentadas no dia 10 de março (*mulheres invasoras, debocham, rompe e Aracruz adia anúncio de investimento*, na capa, e *contra-ataca, depredação, risada e deboche*, nas páginas internas) e as construções discursivas da edição de 12 de março (*Quem vai ficar com o pólo gaúcho?* e *Olho por olho*, na capa, e *Ibope constata preocupação com invasões, abalam e conivente*, nas páginas internas) mantêm a orientação de sentido de “insegurança”, assim como um convite implícito de repúdio aos protestos pelas conseqüências que podem provocar: a perda de investimentos.

Por consideramos que enunciados que circulam nas páginas de jornal são constituídos por aspectos verbais e visuais, acentuados valorativamente, não realizamos uma reflexão isolada nas categorias analíticas. Nesse sentido, trazemos na seqüência os principais elementos visuais das edições analisadas, indissociáveis dos recursos verbais, para a apreensão de sentidos que emergem a cada fotografia, infográfico, cor etc.

Na primeira edição analisada (10/mar), a fotografia da capa enfatiza o trabalho de reconstrução dos canteiros de mudas da Fazenda Barba Negra, que segundo Zero Hora foram *depredados* pelos sem-terra. A acepção de “retomada” do trabalho fica ainda mais evidente na centralidade que a ação dos funcionários da Aracruz ganha pela cor das calças laranja do uniforme em comparação com os outros elementos visuais que figuram na cena performática da primeira página do jornal impresso. Os raros pontos com cores quentes em contraposição à perceptível preferência por tons frios - azul e verde - ressaltam os trabalhadores da Aracruz.

A importância da cor na construção da cena discursiva nos jornais impressos fica ainda mais evidenciada nos elementos gráficos da edição dominical, na qual, novamente os tons quentes dão saliência ao Episódio Aracruz. O vermelho foi usado numa etiqueta (do tipo que marca as liquidações em magazines), preso ao papel amarelado (típico dos documentos de arquivo), que serviu para colocar o título da chamada sobre o acontecimento em Barra do Ribeiro-RS. O mesmo vermelho se faz presente nas páginas internas, nos entretítulos dos quatro episódios elencados por Zero Hora para “comprovar” a recorrência de protestos no Rio Grande do Sul. Tanto que usa a palavra *alvo* (em vermelho) nos quatro entretítulos. O vermelho faz distinção ainda entre os resultados da pesquisa do Ibope, ressaltando a opinião desfavorável dos entrevistados em relação às ações do MST, que, segundo a averiguação de método científico (estratégia que oferece efeito de verdade), *abalam a democracia brasileira* e tem a *conivência* do governo federal. Apesar do empate (39%) nas respostas *conivente* e *repressor*, o vermelho foi escolhido para colorir a fatia do gráfico referente à resposta *conivente*. Tal escolha marca a posição axiológica de conflito assumida por Zero Hora perante os movimentos sociais.

A cena de “destruição” vista na foto de 10 de março se repete no jornal de domingo nas quatro imagens selecionadas tanto para figurar na capa (as fotos estão em preto e branco, completando o ambiente de “arquivo”) como nas páginas internas, onde estão as quatro fotos (coloridas) dos episódios lembrados, sendo que há destaque para a foto do Episódio Aracruz.

A cartola e o selo usados nas páginas internas em ambas as edições (no conjunto verbo-visual) provocam um recrudescimento das relações de sentido que podem ser observadas na performance de Zero Hora. A imagem de uma pessoa (mesmo que estilizada) como selo indica uma personificação do tema “questão agrária”, tratado com a superficialidade típica de alguns discursos jornalísticos. A postura (des)comprometida com que traz para a esfera pública a discussão sobre a reforma agrária, atrelando à temática os protestos dos movimentos sociais (a rigor, apenas um dos aspectos de assunto que requer reflexão aprofundada), atende aos interesses econômicos da própria Zero Hora e às estratégias de conquista das audiências (informações rasas revestidas de uma cena impactante, que toque nas emoções).

Não poderíamos nos furtar em trazer para discussão a relação dialógica entre os enunciados sobre o Episódio Aracruz e à existência, no Grupo RBS, de uma emissora focada no agronegócio, o Canal Rural. Em última análise, o *fim do agronegócio* do RS,

que Zero Hora afirma ser um dos objetivos de protestos como o Episódio Aracruz, representaria a perda de uma das fontes de receita do grupo de comunicação ao qual pertence ZH. Vemos, então, um confronto nos interesses desses dois campos sociais (o político e o midiático), provocando o acirramento das tensões, percebido na orientação avaliativa das notícias em Zero Hora.

Compreendemos que os acontecimentos apresentados nas páginas dos diários têm uma dimensão simbólica junto à sociedade contemporânea, eis que a esfera midiática tem a função, delegada e legitimada pelos outros campos, de mediadora dos discursos das mais diferentes esferas de atividade humana. A apresentação desses discursos, no entanto, não ocorre aleatoriamente, pois o campo jornalístico, por não se restringir a um espaço de passagem, busca instaurar valores nessa mediação (preencher os discursos com as suas próprias posições axiológicas). É assim que Zero Hora, ao construir as notícias sobre o Episódio Aracruz, encenou diferentes modalidades de composição para apresentar os campos sociais tocados pelo acontecimento: as modalidades de cooperação foram usadas para colocar em cena a empresa Aracruz Celulose e o governo estadual, enquanto as modalidades de conflito ficaram redutíveis às ações dos movimentos sociais de esquerda (Via Campesina, MST e MMC), com reflexos no desempenho das esferas policial e judiciária.

A despeito da adesão a qualquer das possibilidades de composição, com os outros campos, para a apresentação dos discursos, as notícias sobre o Episódio Aracruz apresentaram enunciados com a relativa estabilidade dos gêneros discursivos que se engendram na esfera jornalística. A desatenção a algumas das normas básicas do jornalismo, principalmente no que tange a recomendação de as produções dessa esfera terem o predicado de isenção (obtido por meio de uma metodologia de trabalho com vistas à “objetividade”), não representa que a cobertura jornalística do acontecimento em Barra do Ribeiro-RS possa ser considerada fraudulenta. Os acentos valorativos que permeiam os enunciados sobre o Episódio Aracruz têm, na nossa compreensão, outras implicações.

O distanciamento de tais prescrições, perceptível na valoração das notícias do Episódio Aracruz, realça a linha editorial do jornal Zero Hora, que não se furtou, ele próprio, em preencher os discursos com a sua posição contrária às ações de movimentos sociais como o MST e a Via Campesina. Esse preenchimento ocorre, tal como postulado por M. Bakhtin, em função de a linguagem não ser neutra, mas repleta de relações dialógicas que se instauram a cada nova situação, estabelecendo variados

efeitos, como aproximação e distanciamento em diferentes graus. Assim, por exemplo, ao mesmo tempo em que a cobertura do Episódio Aracruz de Zero Hora se distancia de algumas normas descritas nos manuais de redação se aproxima das estratégias que buscam “prender” o leitor.

O tratamento dispensado ao tema reforma agrária por Zero Hora requer atenção redobrada dos leitores, pois tal postura parece ser condizente com os interesses do próprio grupo de comunicação. A forma com que trouxe o tema para a esfera pública, colocando no mesmo eixo as manifestações dos movimentos sociais, os quais também encenam suas performances para se apresentar na mídia, não foge às lógicas do campo midiático. Nesse sentido, compreendemos que, nas notícias sobre o Episódio Aracruz, a voz de Zero Hora, constituída por um emaranhado nada harmônico de outras vozes, de cunho econômico, político, social, jurídico, etc., na cobertura do Episódio Aracruz, deixa ressoar alianças e rompimentos, dentre outras relações dialógicas, com diferentes segmentos da sociedade, o que, sem dúvida, exige uma visão crítica de um leitor nem sempre preparado para tal ato.

Assim, finalizamos nossas reflexões sem, entretanto, desconsiderar a não-saturação dos sentidos e as múltiplas possibilidades de leitura, pois nossa compreensão de uma língua viva, de caráter singular, implica o estabelecimento permanente de relações responsivas (relações dialógicas) com discursos de outrem em diferentes direções, o que garante a dinamicidade de sentidos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. *A indústria cultural*. In: COHN, G. (org) *Comunicação e indústria cultural*. p. 287-295. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ALSINA, M.R. *Teorías de la comunicación: Ámbitos, métodos y perspectivas*. Barcelona: Universitat de València, 2001.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal (1952/1953)*. 4.ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. *Discurso no Romance (1934/1935)*. In. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 4.ed. São Paulo, 1998.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski (1929)*. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem (1929)*. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARROS, D. *Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso*. In: BRAIT, B. (org) *Bakhtin – dialogismo e construção de sentido*. 2.ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005

BELTRÃO, L.; QUIRINO, N. O. *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa*. 2.ed. São Paulo: Summus, 1986.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

CEREJA, W. *Significação e tema*. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin – conceitos-chaves*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DI FANTI, M. G. *Discurso, Trabalho & Dialogismo: a atividade jurídica e o conflito trabalhador / patrão*. São Paulo: PUC-SP, 2004. Tese (doutorado), Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (Lael), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

- FAÏTA, D. *Análise das práticas linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto*. In: SOUZA-E-SILVA, M. C.; FAÏTA, D. (orgs) *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FAÏTA, D. *Gêneros de discurso, gêneros de atividade, análise da atividade do professor*. In: MACHADO, A. R. (org.). *O ensino como trabalho*. Londrina: Eduel, 2004.
- FAÏTA, D. *A linguagem como atividade*. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). *Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana*. Trad. Jussara Brito e Milton Athayde...(et al). Niterói: EdUFF, 2006.
- FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo – as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. 2.ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- GRILLO, S. *Esfera e Campo*. In: BRAIT, B. (org) *Bakhtin – outros conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2006.
- GRUPO RBS. *Guia de Ética e Responsabilidade Social da RBS/Rede Brasil Sul*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HEBERLÊ, A. L. O. *Significações: os sentidos da ciência no mundo da mídia*. Pelotas: Educat/Embrapa, 2006.
- LAGE, N. *Ideologia e Técnica da Notícia*. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- RODRIGUES, A.D. *Comunicação e Cultura: A experiência cultural na era da informação*. Lisboa:Editorial Presença, 1994
- RODRIGUES, A.D. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- SCHWARTZ, Y. Entrevista: Yves Schwartz. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 4. n. 2, p. 457-466, 2006.
- SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. *Trabalho & Educação*, Revista do Nete, UFMG, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 21-24, jan/jun 2003.
- SCHWARTZ, Y. *Travail et philosophie: convocations mutuelles*. 2.ed., Toulouse: Octares, 1994.

SILVA, C. E. L. (coord.). *Manual da Redação da Folha de São Paulo*. 9.ed. São Paulo: PubliFolha, 2005.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 3.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. O ensino como trabalho – o professor como trabalhador. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 44, p. 339-351, Campinas-SP: Unicamp/IEL, jun 2003.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Atividades languageiras e atividade de trabalho. *Alfa*, Revista de Lingüística, n. 49, v. 2, p. 7-18, São Paulo, 2005.

SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. São Paulo: Humanitas, 1999.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. *Revista Matrizes*. Trad. Andrea Limberto. São Paulo, n. 2, p. 15-38, abril 2008.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo Volume I: Porque as notícias são como são*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005-a.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo Volume II: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005-b.

### **Documentos eletrônicos:**

ARACRUZ CELULOSE. Disponível em:  
<http://www.aracruz.com.br>. Acesso em 22/03/2008 e 30/11/2009.

GRUPO RBS. Disponível em:  
<http://www.gruporbs.com.br>. Acesso em 22/03/2008 e 30/11/2009.

2ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Disponível em:  
<http://www.icarrd.org/po/index.htm>. Acesso em 22/03/2008 e 30/11/2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Disponível em:  
<http://www.mst.org.br>. Acesso em 22/03/2008 e 30/11/2009.

VIA CAMPESINA. Disponível em:  
<http://www.viacampesina.org>. Acesso em 22/03/2008 e 30/11/2009.

## ANEXO A

Capa de Zero Hora de 10 de março de 2006

zh.clicrbs.com.br

# ZERO HORA

ANO 42 - Nº 14.805 - 2ª Edição PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2006 SC/PR - R\$ 2,50  
Demais regiões - R\$ 3,50 - Uruguai \$ 48 **R\$ 2,00**



Bianca Jhordão  
é bem mais que  
apenas linda

**PATROLA**



Capital vè  
dois sucessos  
populares

**Segundo Caderno**



Receitas  
batidas no  
liquidificador

**Gastronomia**



Expodireto, sem  
seca, mas com  
dólar defasado

**CAMPO & LAVOURA**

## Ataque em Barra do Ribeiro teve origem em orientação do Exterior

Planejado com o apoio da Via Campesina Internacional, o ato de vandalismo realizado por 1,5 mil sem-terra contra a empresa Aracruz Celulose, na madrugada de quarta-feira, em Barra do Ribeiro, seguiu uma cartilha de organizações mundiais que pregam a expulsão de multinacionais e o fim do agronegócio. A ação, que pode afigurar um investimento de US\$ 1,2 bilhão do Estado, é parte de um plano que visa combater de forma radical o capital estrangeiro, confirmou o líder do MST João Pedro Stedile.



Quase 500 operários iniciaram ontem a reconstrução dos canteiros de mudas (foto), estufas e laboratórios depredados quarta em Barra do Ribeiro

ESPANCO OTTEWILL

MARCO GARIBOLDI

**FUNCIONALISMO FEDERAL**

**Mantido em R\$ 24,5 mil teto do Judiciário**

Gratificação e adicional por tempo de serviço têm de ser incluídos no salário. **Pág. 28**

---

**LÍDER NA LIBERTADORES**

**A madrugada de euforia no México**

Delegação colorada (na foto, Clemer) passou a quinta saboreando vitória de 2 a 1 sobre o Pumas. **Esportes**

---

**ELEIÇÕES 2006**

**PMDB lulista está perto de adiar prévias**

**Página 16**

---

**GRUPO TIO PATINHAS**

**Clube de bilionários tem 16 brasileiros**

Relação cobçada no mundo ganha mais 102 nomes, chegando a 793. **Página 38**

> Mulheres invasoras debocham dos estragos

> Aracruz adia anúncio de investimento

> Governo gaúcho rompe com Via Campesina

Páginas 4 a 14 e 26

4 | Reportagem Especial &gt;

ZERO HORA &gt; SEXTA | 10 | MARÇO | 2006



HUMBERTO TREZZI\*

Um dos mais destruidores atos da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o atentado contra a Aracruz Celulose, ocorrido na quarta-feira, afirma a nova linha da organização.

A frente de batalha deixa de ser o campo improdutivo, e a articulação das invasões agora é internacional. O ato em Barra do Ribeiro, concebido para afugentar um investimento de US\$ 1,2 bilhão e milhares de empregos, aumentou o afastamento entre o MST e o governo Lula.

Ao devastar milhares de mudas e dilapidar um patrimônio de pesquisas, os sem-terra e seu braço feminino, o Movimento das Mulhe-

## QUESTÃO AGRÁRIA

# Destruição segue linha internacional

res Camponesas (MMC), praticaram as diretrizes de uma cartilha internacional. A depredação teve o apoio e o planejamento da Via Campesina, guarda-chuva de entidades que defendem um mundo sem multinacionais, sem empresas, sem defensivos e de princípios coletivistas.

Paul Nicholson, dirigente da entidade que participa de um fórum de ONGs paralelo à conferência internacional de reforma agrária no campus da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), culpou a vítima.

— A destruição do laboratório foi um ato de legítima defesa de camponeses contra a política destrutiva de

uma empresa, a Aracruz, que prega a monocultura, danifica o ambiente e o torna infértil — disse Nicholson, que, apesar do nome inglês, se identifica como representante do País Basco, região espanhola.

A Polícia Civil confere informações de que estrangeiros ligados à Via Campesina participaram do vandalismo. O delegado regional de Barra do Ribeiro, Rudymar de Freitas Rosales, analisa vídeos com imagens da invasão e listas dos ônibus que levaram os manifestantes. Entre esses veículos há um com placas de Villa Elisa, no Paraguai, até ontem visto estacionado no Parque Mauri-

cio Sirotsky Sobrinho, na Capital. O veículo trouxe desde Assunção uma delegação com 39 paraguaios ligados a nove associações de agricultores. A participação de estrangeiros no vandalismo lhes renderia, no mínimo, a expulsão do país.

Os policiais tentam formalizar testemunhos de que os forasteiros estiveram no local do atentado, bem como um asiático, que teria sido fotografado no viveiro de mudas. Será difícil, porque a ação foi planejada de forma a proteger a identidade dos militantes. Os voluntários para a depredação dormiram num prédio contíguo à Igreja Santo Antônio (dos

freis capuchinhos) e dali saíram com rostos cobertos por lenços.

A depredação da Aracruz é a culminância de um processo de ampliação do espectro de lutas do MST, copiado de outros países.

## Invasores de conferência gritaram "Fora Aracruz"

Em entrevista à rádio CBN, o líder do MST João Pedro Stedile defendeu ontem táticas radicais contra as multinacionais. Ao justificar a depredação da Aracruz, perguntou aos participantes se "alguém já comeu eucalipto, alguém já comeu papel?". E aproveitou para criticar o governo Lula, antigo aliado.

— Governo, em toda parte do mundo, só vive puzando o saco do poder econômico. A novidade é que, no Brasil, é um governo de esquerda que começou a puzar o saco do capital.

Dando forma às palavras de Stedile, 200 militantes da Via Campesina invadiram o palco da conferência, ao entardecer de ontem. Ao entregar um documento de apoio à reforma agrária, recebido pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, gritavam "reforma agrária urgente" e "fora FMI e Aracruz".

\*humberto.trezzi@zerohora.com.br

\*Colaborou Vanessa Nunes



Um dia depois da depredação de mudas e laboratório de indústria em Barra do Ribeiro, integrantes da Via Campesina fizeram protesto contra a empresa, ao entregar documento ao ministro Rossetto (U)

# O Estado contra-ataca

RODRIGO CAVALHEIRO

Uma ofensiva contra os mentores da depredação do viveiro da Aracruz foi deflagrada ontem pelo governador em exercício, Antonio Hohlfeldt (PMDB).

A primeira orientação, dada à Polícia Civil, foi identificar os integrantes da Via Campesina entrevistados ontem por jornais, TVs e rádios. Em seguida, veio a ruptura formal com a organização, na forma de uma ordem de serviço.

— Esta ordem suspende temporariamente toda e qualquer relação institucional de órgãos do governo do Estado com a Via Campesina — explicou Hohlfeldt.

A Casa Civil fará um levantamento de convênios, contratos e protocolos celebrados entre o Estado e entidades que mantenham vínculo com a organização internacional. Serão atingidas aquelas que firmem documentos, dêem declarações públicas ou pratiquem atos que as envolvam com a organização.

Uma terceira medida do governo será a publicação em jornais de um edital, para vincular as pessoas cita-

das ao inquérito policial.

— Também pretendemos convocar os jornalistas que estiveram presentes para nos dar mais dados sobre o que ocorreu — complementou o governador em exercício.

Enquanto a Polícia Civil procura identificar os participantes do ataque, o Ministério Público investe em outra frente de investigação.

— Vamos descobrir quais são as empresas que alugaram os ônibus para a operação. Queremos inibir este tipo de atitude — revelou o promotor da Comarca de Barra do Ribeiro, Daniel Indrusiak.

## PRF acompanhou sem-terra sem saber do vandalismo

Ontem, ZH localizou a dona de uma dessas empresas. A mulher revelou que os sem-terra usaram um acesso de terra para ir de Tapes a Barra do Ribeiro. Ou seja, o grupo não teria passado pela BR-116 na madrugada de quarta-feira.

A possibilidade de que o grupo que partiu de Tapes tenha fugido do movimento da BR-116 é considerada a mais forte pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Alertada para a

movimentação dos sem-terra pela Brigada Militar de Tapes, às 3h20min de quarta-feira, três policiais rodoviários procuraram em vão o comboio entre as 3h30min e as 7h. Quando finalmente acharam o grupo, na BR-290, ainda acompanharam os ônibus em direção a Porto Alegre. Sem desconfiar do crime praticado pelos passageiros.

— Quando os encontramos, não havia razão para pará-los. Para a gente, eram ônibus do MST que não tinham feito nada de errado. Ninguém esperava que fizessem este ato de guerrilha — argumenta o chefe da comunicação social da PRF, inspetor Alessandro Castro.

De acordo com a dona da empresa usada pelo grupo, o motorista do veículo recebeu o pagamento do aluguel em dinheiro ao chegar a Tapes. O condutor não emitiu o recibo que permitiria descobrir quem pagou pelo serviço.

— O motorista voltou apavoradíssimo. Quem teve a capacidade de fazer aquilo com uma empresa daquelas, pode fazer qualquer coisa — afirma.

rodrigo.cavalleiro@zerohora.com.br



O governador em exercício assinou ordem em que rompe com Via Campesina

## ANTONIO HOHLFELDT GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

*“Quanto à Aracruz, não há problemas, mas existe uma certa preocupação evidentemente em relação a empresas que poderiam vir...”*

*“Estes movimentos não fazem um ato em si por ele mesmo, fazem um ato buscando a intermediação da magnificação que a mídia dá.”*

*“Eu me sinto aterrorizado no sentido literal do termo, não no sentido de institucional, de movimento terrorista. Não consigo imaginar que pessoas racionais tem um comportamento deste.”*

*“(...)o governo sempre teve uma relação muito respeitosa nos movimentos populares, dentro dos quais a Via Campesina. Agora, não foi este o comportamento deles conosco.”*

## Depois da depredação, risada e deboche

Em contraste ao choro da pesquisadora Isabel Gonçalves, que se desesperou ao ver seu trabalho científico destruído durante a invasão da Aracruz Celulose na madrugada de quarta-feira, uma reportagem da RBS TV veiculada ontem no RBS Notícias e no Jornal Nacional exibiu o riso de integrantes da Via Campesina que participaram da ação.

Com uma câmera escondida, o repórter Giovanni Grizotti registrou as reações de agricultores acampados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho ao ataque e colheu depoimentos sobre como ele foi organizado. Em uma das cenas, um homem de chapéu conta rindo a um grupo de pessoas que uma das invasoras tomou café e depois quebrou a garrafa térmica dentro da empresa.

— Tava bem bom o café, mas quebrou tudo — disse, provocando risadas gerais.

Outra agricultora afirma que a

ação vinha sendo planejada há cerca de três meses, e dois ou três dias antes já havia olheiros da Via Campesina colocados nas proximidades da empresa para monitorar a situação. Sem saber que estava sendo gravada, outra mulher que participou da destruição de pelo menos 3 milhões de mudas de árvores, estufas e laboratórios da Aracruz conta que houve um leve temor ao descer do ônibus, mas que a visão da depredação estimulou o grupo.

— Deu aquele medinho na mulherada só no sair do ônibus, sabe. Mas depois que viram as primeiras indo destruir... Mas foi muito lindo de ver.

Uma invasora conta ainda que mulheres de Santa Catarina viajaram ao Estado apenas para participar da atividade, retornando em seguida para casa. Confira, a seguir, trechos das conversas gravadas pela reportagem da RBS TV no acampamento:

## A conversa

### Agricultor

— Diz que uma tomou cafezinho e depois quebrou a térmica (risos). Tava bem bom o cafezinho, mas quebrou tudo (risos).

### Agricultora 1

— Foi um estrago total, né.

### Repórter — É?

— Daí eu virei as caixas. Não tinha força, mas consegui. De tarde nós fomos pra lá. Era pra ter ido de manhã, mas fomos tarde. Lá em Tapes. Ficamos lá, passamos a noite... 2h30min a gente foi pra lá. Mas tinha gente há dois, três dias... tudo num lugar certo, né.

### Repórter — Lá perto da empresa?

— Lá pertinho... Quando chegamos lá não tinha ninguém, o guarda não tava mais lá... e entramos tudo, os ônibus deram a volta.

### Agricultora 2

— Que eu sei, há uns três meses atrás já vinha sendo articulado (o ataque).

— Todas as mulheres assim, ô... (cobrindo o rosto com um lenço lílãs)



Agricultora diz que a ação contra empresa vinha sendo articulada há três meses

### Repórter — Pra não aparecer?

— Pra não aparecer... e eles filmando tudo.

— Deu aquele medinho na mulherada só no sair do ônibus, sabe. Mas depois que viram as primeiras indo destruir... Mas foi muito lindo de ver.

### Agricultora 3

— Já foram os de Santa Catarina. Nem vieram, nem vieram (ao acampamento).

Repórter — Esses de Santa Catarina foram só na Aracruz, lá?

— Só. Não, e fomos depois na universidade entregar o documento (manifesto do movimento das mulheres).

ANEXO D  
Capa de Zero Hora de 12 de março de 2006

zh.clicrbs.com.br

# ZERO HORA

ANO 42 - Nº 14.807 PORTO ALEGRE, DOMINGO, 12 DE MARÇO DE 2006 Demais regiões - R\$ 4,00 R\$ 6,50 - Uruguai \$ 60 R\$ 3,50

**DOMINGO >**

Donna **ZH** Empregos & Oportunidades TVshow

Os limites da intimidade de um casal

Portadores de deficiência revelam seu potencial

O novo rosto da Sinhá Moça  
Débora Falabella interpreta o papel que já foi de Lucélia Santos na nova novela das seis

**ZH CLASSIFICADOS > 14,9 mil ofertas**

## Impunidade radical

Indulgência estimula repetição de ações violentas no Estado

Destruição na Moissano - 25/1/2001

Incêndio na UFRGS - 4/11/2003

Punição: nenhuma

Punição: nenhuma

Raquel em distribuidora - 26/10/2005

Atoque à Aracruz - 4/3/2006

Punição: nenhuma

Punição: ?

> MST desocupa a Fazenda Coqueiros e se aloja em área vizinha

Páginas 4 a 7, 35 e 39

## Quem vai ficar com o pólo gaúcho?

Grandes grupos privados travam uma disputa de bastidores para garantir mais poder na Copesul. **Páginas 22, 23 e 24**

ANO ELEITORAL	OLHO POR OLHO
Lula estuda reajuste do Bolsa-Família	Crescem casos de justiça com as próprias mãos
Governo federal investe pesado em medidas simpáticas aos eleitores. <b>Página 12</b>	Descrédito nas instituições alimenta tentativas de linchamento. <b>Páginas 42 e 43</b>

ELEIÇÕES 2006

RBS divulga normas para sua cobertura

**Página 16**

Confira nossas ofertas neste jornal.

BAHIA

**BAIXAMOS AINDA MAIS OS JUROS. CONFIRA NOSSAS OFERTAS.**

**60 ANOS**

**PONTO FRIO**

## ANEXO E

Página 4 de Zero Hora de 12 de março de 2006

| 4 | Reportagem Especial &gt;

ZERO HORA &gt; DOMINGO | 12 | MARÇO | 2006



QUESTÃO AGRÁRIA

# Com a marca da impunidade



O governo estadual prometeu rigor na investigação policial e na punição dos participantes do ataque à Aracruz, que cobriram o rosto com lenços na madrugada de quarta-feira para evitar a identificação

NILSON MARIANO

Autoridades prometem ir às últimas consequências para punir os manifestantes que atacaram a Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, na última quarta-feira.

Não foi o que aconteceu nos últimos atentados cometidos no Rio Grande do Sul.

A expectativa é de que a destruição do viveiro de mudas e de pesquisa com eucaliptos da Aracruz – perpetrada por integrantes da Via Campesina – encerre uma trajetória de impunidades. Casos anteriores continuam insolúveis. Os envolvidos nas depredações na Monsanto (Não-Me-Toque), na Standard (Esteio) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não foram responsabilizados.

O que embaralha as investigações é a estratégia dos movimentos so-

ciais. Agindo em multidões, dificultam a identificação mesmo quando apanhados em flagrante pelas forças policiais. Como provém de diferentes municípios, emperram a localização depois que se dispersam e voltam para casa. Delegados se queixam: onde encontrar, como intimidar e ouvir cerca de 1,5 mil manifestantes?

O ataque à Aracruz e as últimas ações dos sem-terra repercutem. Pesquisa do Ibope constata que 76% dos entrevistados reprovam as invasões de propriedades. Consideram que é um fator de abalo à democracia.

Para os especialistas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), antes saudado por defender a reforma agrária, desviou-se para a irracionalidade. O professor Zander Navarro, da UFRGS, é impiedoso na análise sobre a devastação na Aracruz:

– Uma total insanidade, beirando o completo ridículo, pois o ato foi

realizado porque são contra o eucalipto (*amplamente plantado nos assentamentos, diga-se de passagem*). Uma cabal demonstração do esgotamento do movimento.

**Socióloga lembra mesmo equivoco no século 18**

Também pesquisador na Universidade de Sussex (Inglaterra), Navarro entende que o MST recorre ao extremismo para “manter-se à tona da vida política”, manipulando “tristemente” os mais pobres do campo. Alerta que os efeitos são inversos dos pretendidos:

– Obviamente, apenas aceleram sua imagem negativa entre os brasileiros e rebaixam a visão sobre a necessidade da reforma agrária.

Professora de sociologia na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Maria Beatriz Balena Duarte também detecta irracionalidade, exacerbando da violência e equívocos no

MST. Diz que está na “contramão”, porque outros movimentos sociais conseguiram transformar em políticas públicas suas reivindicações.

– Com esses atos, está buscando a visibilidade perdida, mas não percebe que se afasta das pessoas. É próprio da civilização ocidental o repúdio à violência – ressalta.

Maria Beatriz compara que os sem-terra, ao atacarem centros de pesquisa, repetem o erro de operários britânicos do século 18. Acharo que as máquinas da Revolução Industrial eram culpadas pela miséria, quebraram os próprios instrumentos de trabalho.

O vandalismo na Aracruz remete a episódios idênticos, ocorridos a partir de 2001. Agora, o governo estadual promete os rigores da lei, até rompeu relações com a Via Campesina e o MST. Os casos passados, no entanto, seguem pendentes.

✉ nilson.mariano@zerohora.com.br

**Barra do Ribeiro, 8 de março de 2006**  
**Ato: Aracruz Celulose**

Na madrugada de quarta-feira, cerca de 1,5 mil agricultores ligados à Via Campesina, a maioria mulheres, invadiram e destruíram o laboratório de mudas de eucaliptos na Fazenda Barba Negra, de propriedade da Aracruz Celulose. Utilizaram paus com facas amarradas na ponta para danificar as estufas.

A Polícia Civil investiga como os manifestantes viajaram em 40 ônibus sem serem interceptados. O comboio se desloca a partir de Tapas, utilizando estradas secundárias para driblar a vigilância. Ao atacar a Aracruz, cobriram os rostos com panos, para dificultar a identificação.

ESTRELA/REUTERS/REUTERS/UNION DE IMAGES - AP/US



Membros da Via Campesina depredaram empresa e saquearam mercadorias

**Esteio, 26 de outubro de 2005**  
**Alvo: Standard Distribuidora e Logística**

Passados quatro meses e meio, o Judiciário e a Polícia Civil não conseguiram localizar os integrantes da Via Campesina que saquearam a empresa de alimentos Standard, em Esteio. Eles se livraram da prisão em flagrante, no momento da invasão, porque havia o risco de explosão de um depósito de amônia.

A tática de agir em bando e anonimamente confundiu a ação policial. Quando a Standard Distribuidora e Logística foi invadida, o delegado da Polícia Civil de Esteio, Ireno Schulz,

defendeu a prisão dos manifestantes dentro da empresa, quando estavam sitiados pela Brigada Militar.

— Irfamos atuar e prender em flagrante, mas foram liberados e voltaram para suas casas.

Oficiais da BM consideraram impraticável o plano do delegado. O comandante de Policiamento Metropolitano, coronel Paulo Roberto Mendes, diz que havia risco de enfrentamento em um local apertado e às margens da rodovia Porto Alegre-Vale do Sinos (BR-116):

**O QUE IMPEDIU A PUNIÇÃO**

Os invasores não puderam ser presos dentro da Standard porque havia o risco de explosão de um depósito de amônia

**A SITUAÇÃO**

A Justiça e a Polícia de Estelo terão de localizar 1.107 pessoas identificadas durante a invasão, dispersas por diferentes municípios

— Prender mil e poucas pessoas não é como prender meia dúzia. O subcomandante-geral da Brigada, coronel Ison Pinto de Oliveira, acrescenta um perigo ainda maior: o depósito de amônia (usado para refrigerar os alimentos) poderia explodir em caso de tumulto. A avaliação foi de que poderia atingir bairros vizinhos, danificar instalações elétricas, causar uma tragédia.

— Numa decisão institucional, tomada em conjunto, resolvemos que eles deveriam sair da empresa — lembra o coronel Ison.

A Justiça agiu rápido. Identificou 1.107 envolvidos, quando desocupavam a Standard, e mandou prender os 29 ônibus. No entanto, a juíza Uara Maria Castilho dos Reis depara com uma tarefa gigantesca para tocar a ação de desapropriação da empresa: como citar e ouvir os implicados.

A magistrada tem nomes e endereços dos agricultores. A maioria mora em distritos rurais, em diferentes municípios. Outra dúvida da juíza é se forneceram os endereços corretos.

Na esfera criminal, o delegado Schulz procura os invasores para concluir o inquérito. Sem veículos e equipes, terá de pedir a ajuda de outras DP's para as intimações.

**Não-Me-Toque, 25 de janeiro de 2001**  
**Alvo: Monsanto**

A Polícia Federal (PF) até que tentou, mas o ativista francês José Bové não foi responsabilizado por ter comandado a destruição de uma lavoura experimental de soja transgênica, em Não-Me-Toque, no norte do Estado, em janeiro de 2001.

Ao se despedir de Porto Alegre, onde participava do Fórum Social Mundial (FSM), Bové agradeceu a hospitalidade:

— Recebi excelente acolhida e espero voltar em breve — disse, no Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Depois da destruição, a PF determinou que Bové fosse expulso do país em 24 horas, mas a mobilização dos participantes do FSM e um habeas corpus impediram o cumprimento da medida. Bové ficou mais cinco dias na Capital.

Os membros do MST que participaram do ataque à empresa também ficaram impunes. O delegado da Polícia Civil de Não-Me-Toque, Arlindo

Cirio da Cunha, lembra que os manifestantes viajaram da Capital, em ônibus, e retornaram depois do ato.

— Não foi possível fazer a identificação de dezenas de pessoas — argumenta Cunha.

A Monsanto preferiu não se desgastar. Distribuiu a experiência para outros Estados, retomou as pesquisas de Não-me-Toque quando a resistência à soja transgênica se dissipou.

**O QUE IMPEDIU A PUNIÇÃO**

A Polícia Civil de Não-Me-Toque não conseguiu identificar os envolvidos, que voltaram de ônibus para Porto Alegre. A Polícia Federal mandou expulso Bové do país, em 24 horas, mas um habeas corpus garantiu a permanência dele por mais tempo

**A SITUAÇÃO**

O caso não foi levado adiante



Laboratório com pesquisa de modificações genéticas de eucalipto foi incendiado

**Porto Alegre, 8 de novembro de 2003**  
**Alvo: Centro de Biotecnologia da UFRGS**

A destruição do Centro de Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em novembro de 2003, permanece um mistério.

A Polícia Federal (PF) ainda não conseguiu concluir o inquérito. O incêndio nos laboratórios sobre pes-

quisas genéticas, incluindo eucaliptos, não pode ser associado à Via Campesina ou ao MST. A PF simplesmente não tem pistas de quem teria atado o fogo, destruindo trabalhos acadêmicos de décadas e causando prejuízos avaliados em R\$ 1,5 milhão na época.

**O QUE IMPEDIU A PUNIÇÃO**

Peritos da Polícia Federal constataram que o incêndio foi criminoso, mas não acharam pistas dos culpados

**A SITUAÇÃO**

A PF segue investigando, terá de complementar um inquérito considerado insuficiente pela Justiça

Segundo delegado a presidir o inquérito, José Luís Raupp Pereira, da Polícia Fazendária, lembra que o centro não tinha câmaras de vigilância nem controle de entrada de pessoas. A PF chegou a enviar o inquérito para a Justiça, mas ele foi devolvido, considerado insuficiente.

— Falta ouvir mais uma pessoa, acredito que possa terminar até o final deste mês — diz Raupp, observando que tem mais 200 inquéritos para tocar.

O diretor do Centro de Biotecnologia, professor Carlos Termignoni, diz que um dos projetos arrasados, o Genolyptus, era bancado pela Aracruz (atacada na quarta-feira) e mais 12 indústrias de celulose do país. Termignoni reforçou a segurança nos laboratórios desde o atentado.



Bové e integrantes do MST e do MPA destruíram lavoura de soja transgênica

**Ibope constata preocupação com invasões**

Uma pesquisa do Ibope sobre as ações do MST, divulgada na quarta-feira, constata que a população de-

saprove as invasões de terra. Realizado em 142 municípios do país, o levantamento aponta que 76% dos entrevistados consideram que as invasões abalam a democracia.

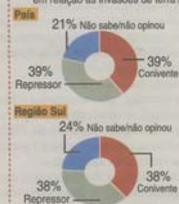
Encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a pesquisa foi realizada entre 16 e 20 de fevereiro, antes do ataque à Aracruz. No Sul, a rejeição aos atos do MST supera a média nacional.

**RESULTADOS DA PESQUISA**

▶ As invasões promovidas pelo MST abalam ou não a democracia brasileira?



▶ Qual a postura do governo federal em relação às invasões de terra?



Elaboração de Arns

SEGUIE >